



# RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

**2024**  
2º Trimestre

**IGEPPS**  
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

**GOVERNO DO  
PARÁ**

● <https://www.igepps.pa.gov.br/>

● @igepps.pa

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

### **Presidente**

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

### **Procuradora-Chefe**

Ana Rita Dopazo Antônio José Lourenço

### **Diretor de Administração e Finanças**

Franklin José Neves Contente

### **Diretora de Previdência**

Camila Busarello

### **Diretor de Proteção Social dos Militares**

Carlos Dória Santos

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>24</b>
1.1 Estrutura Patrimonial.....	25
2.1 Avaliação da execução orçamentária de programas e ações de governo .....	24
<b>2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1.2 Programa Governança Pública</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1.3 Programa Manutenção da Gestão</b> .....	<b>30</b>
<b>3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS</b> .....	<b>33</b>
3.1 Quantitativos de servidores ativos, aposentados e pensionistas .....	33
3.2 Receitas Previdenciárias – Poder Executivo .....	34
<b>3.2.1 Finanprev</b> .....	<b>34</b>
<b>3.2.2 Funprev</b> .....	<b>35</b>
3.3 Compensação Previdenciária .....	35
<b>3.3.1 Requerimentos da COMPREV</b> .....	<b>35</b>
<b>3.3.2 Valores da Compensação Financeira</b> .....	<b>36</b>
3.4 Taxa de Administração .....	36
3.5 Recuperação de Crédito .....	37
<b>3.5.1 Dívidas das Prefeituras</b> .....	<b>37</b>
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO.....	37
<b>3.6.1 Finanprev e Funprev</b> .....	<b>37</b>
3.7 Receitas e despesas – SPSM.....	40
3.8 Receitas e despesas previdenciárias – Outras Instituições.....	40
<b>3.8.1 Finanprev</b> .....	<b>40</b>
<b>3.8.2 Funprev</b> .....	<b>44</b>
<b>4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL</b> .....	<b>46</b>
4.1 Segregação de massa dos segurados do RPPS.....	46
<b>4.1.1 Massa de segurados – Finanprev</b> .....	<b>46</b>
<b>4.1.2 Massa de segurados – Funprev</b> .....	<b>47</b>
<b>4.1.3 Massa de segurados – SPSM</b> .....	<b>47</b>
4.2 Evolução do resultado do Plano de Custeio relativa aos últimos exercícios - Comparativo entre a evolução das receitas estimadas e as efetivamente executadas .....	47
4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS.....	49
<b>4.3.1 Hipóteses biométricas</b> .....	<b>49</b>
<b>4.3.2 Hipóteses demográficas</b> .....	<b>49</b>
<b>4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras</b> .....	<b>50</b>
4.4 Alíquotas do plano de custeio previdenciário .....	50
<b>4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício</b> .....	<b>50</b>
4.5 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício .....	51
<b>5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS</b> .....	<b>54</b>

5.1	Carteira Global.....	54
5.2	Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global .....	56
5.3	Carteira Funprev .....	57
5.3.1	Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Funprev.....	57
5.3.2	Evolução do Rendimento Funprev .....	58
5.3.3	Distribuição de Recurso por Segmento – Funprev .....	58
5.3.4	Movimentações – Funprev.....	58
5.3.5	Rentabilidade e Meta Atuarial – Funprev .....	59
5.4	Carteira Finanprev .....	62
5.4.1	Evolução do Patrimônio Líquido do Finanprev .....	62
5.4.2	Resultado do Finanprev .....	62
5.4.3	Movimentação Finanprev.....	62
5.5	Atendimento à Lei Complementar nº 115/2017 e 125/2019 - Transferência do rendimento FUNPREV para o FINANPREV .....	63
<b>6</b>	<b>PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.....</b>	<b>65</b>
6.1	Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimento – COINV.....	65
<b>7</b>	<b>ATIVIDADES INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>81</b>
7.1	Gestão de Pessoal.....	81
7.1.1	Movimentação e registro do quadro funcional.....	81
7.1.2	Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores .....	82
7.1.3	Ações e Projetos de Qualidade de vida .....	82
7.2	Gestão ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	85
7.2.1	Poder Executivo .....	85
7.2.2	Poderes Legislativo e Judiciário .....	86
7.2.3	Todos os Poderes .....	87
7.2.4	Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário .....	88
7.2.5	Despesas Executadas nos Programas do IGEPPS.....	90
7.2.6	Requisições de Pequeno Valor .....	93
7.2.7	Auxílio Funeral.....	93
7.2.8	Diárias no país.....	94
7.2.9	Empresas .....	95
7.3	Gerenciamento do Custeio e Contratos .....	97
7.4	Controles Internos e conformidade .....	97
7.5	IMAGEM INSTITUCIONAL .....	101
7.5.1	Produção de Conteúdo Gráfico e Audiovisual .....	102
7.5.2	Produção de Notícia .....	102

7.5.2 Site.....	105
7.5.4 Desenvolvimento de campanha de comunicação.....	106
7.6 Cumprimento de decisões judiciais e análises jurídicas .....	112
7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	113
7.6.2 Requisições de Impugnações .....	114
7.6.3 Recuperação de Crédito .....	117
7.6.3 Precatório.....	119
7.6.4 Análises Jurídicas .....	120
7.7 Tecnologia da Informação.....	124
7.7.1 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD .....	126
7.8 Gestão de benefícios DE proteção Social .....	127
7.8.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma .....	127
7.8.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte .....	128
7.8.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte. ....	128
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA .....	129
7.9 Gestão de benefícios previdenciários .....	130
7.9.1 Análise de benefícios previdenciários.....	130
7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte .....	132
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral .....	134
7.9.4 Abono de Permanência.....	135
7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará .....	136
7.9.6 Vacâncias.....	136
7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento .....	139
7.9.8 Pagamento de Retroativos.....	142
7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais .....	143
7.9.10 Recuperação de Crédito .....	145
7.10 Núcleo de Atenção Psicossocial .....	146
7.10.1 Denúncias de nova união e de óbito apuradas .....	147
7.10.2 Relatórios Técnicos.....	147
7.10.3 atendimentos Psicossociais .....	147
7.10.4 Educação Previdenciária .....	147
<b>8 CANAIS DE ATENDIMENTO.....</b>	<b>151</b>
8.1 Estrutura Física de Atendimento Presencial.....	153
8.1.1 Central de Atendimento – CATEN .....	153
8.1.2 Núcleos Regionais .....	154
<b>9 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>160</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar n.º 44/2003 e alterado pela Lei Complementar n.º 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário e pela administração e governança dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Finanprev, Funprev e Fundo de Proteção Social dos Militares Estaduais (FPSM), respectivamente.

A missão principal do Instituto baseia-se na gestão sustentável, eficaz, atuarial e transparente, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido, garantindo através do seu funcionamento a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Nesse contexto, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários e ao custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

Nessa linha, o presente Relatório de Governança Corporativa são evidenciados as atividades realizadas e os principais resultados alcançados no segundo trimestre de 2024, detalhando as ações desenvolvidas e as metas atingidas pela atuação institucional movida pelos programas e ações de Governo, ressaltando, também, o impacto social dos serviços prestados.

Destaca-se, na oportunidade, que se trata de instrumento formal de prestação de contas ao Governo, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo IGEPPS ao longo do período de abril a junho de 2024 apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a “Gestão Pública Eficiente e Presente”, o fortalecimento da Instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

Por fim, as informações e os dados inseridos no Relatório de Governança Corporativa do segundo trimestre de 2024 foram integralmente repassados pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que compõem o organograma institucional, respeitando-se as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabendo ao Núcleo de Planejamento do IGEPPS compilar toda a base de elementos informativos coletados e realizar ajustes, formatação, bem como selecionar dentre o acervo coletado, os tópicos que estrategicamente demonstram de forma clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão.

## 1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O fundo financeiro Finanprev possui natureza contábil, em regime de repartição simples, para prover recursos, para o pagamento de aposentadoria e pensão aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar n.º 112/2016 alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do fundo Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do segundo trimestre de 2024, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, alçava-se em R\$ 544.993.520,77 (quinhentos e quarenta e quatro milhões novecentos e noventa e três mil quinhentos e vinte reais e setenta e sete centavos).

Por sua vez, o Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização para prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual, que ingressaram no Estado a partir 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016. O Funprev encerrou o segundo trimestre de 2024, com Patrimônio Líquido alçado em R\$ 4.273.791.055,47 (quatro bilhões duzentos e setenta e três milhões setecentos e noventa e um mil e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), aplicados em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar n.º 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, para prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, inatividade e incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

## 2 GESTÃO ESTRATÉGICA

### 2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O IGEPPS está presente em 03 (três) programas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

**Tabela 1:** Programas e Ações do PPA 2024-2027 – 2º trimestre de 2024.

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover os direitos humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

**Fonte:** PPA 2024-2027/SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Quando analisada a execução orçamentária/financeira dos Programas no período de abril a junho de 2024, o valor total gasto foi de R\$ 68.805.560,01 (sessenta e oito milhões, oitocentos e cinco mil quinhentos e sessenta reais e um centavo).

**Tabela 2:** Execução orçamentária/financeira – por programa – 2º trimestre de 2024.

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	150.000,00	71.517,19	-	-	-
Governança Pública	21.800.000,00	44.800.000,00	10.599.264,81	17.722.402,74	39,6
Manutenção da Gestão	206.765.485,00	181.256.500,00	58.206.295,20	101.242.567,82	55,9
<b>Total</b>	<b>228.715.485,00</b>	<b>226.128.017,19</b>	<b>68.805.560,01</b>	<b>118.964.970,56</b>	<b>52,6</b>

**Fonte:** SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No Programa de Governança Pública foi utilizado o valor de R\$ 10.599.264,81 (dez milhões, quinhentos e noventa e nove mil duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos), totalizando 39,6% da dotação real do Programa para 2024.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 58.206.295,20 (cinquenta e oito milhões duzentos e seis mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) totalizando 55,9% da dotação real do Programa para 2024, viabilizando a gestão administrativa do Instituto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos o IGEPPS realizou o destaque orçamentário e financeiro à Secretaria e Planejamento e Administração (Seplad) no valor de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) que representou o maior valor de despesas no 2º trimestre de 2024, seguido de Investimentos e do Grupo de Pessoal. A partir de março de 2024, a execução orçamentária e financeira do auxílio-funeral passou a ser realizada na Unidade Gestora 840250 – Encargos IGEPPS, por meio de provisão financeira da UG do IGEPPS.

**Tabela 3:** Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa – 2º trimestre de 2024.

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa					
Grupo	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Pessoal	47.000.000,00	36.223.766,81	7.098.093,99	13.969.698,71	38,6
ODC	164.206.500,00	154.904.250,38	53.549.125,10	91.297.716,23	58,9
Investimentos	15.000.000,00	35.000.000,00	8.158.340,92	13.697.555,62	39,1
<b>Total</b>	<b>228.715.485,00</b>	<b>227.269.338,19</b>	<b>68.805.560,01</b>	<b>118.964.970,56</b>	<b>52,3</b>

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

### 2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

O Instituto no 2º trimestre de 2024, se fez presente em 03 (três) Estações Cidânicas na Região Guajará, sendo duas no município de Belém: Shopping Bosque Grão-Pará e Shopping Pátio Belém; e uma no município de Ananindeua: Shopping Metrópole Ananindeua.

Os serviços ofertados são: abono de permanência, aposentadoria, atualiza o cadastral, auxílio-funeral, certidão negativa, comunica o de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribui o (CTC), declara o de recebimento de benefício previdenciário, emissão de contracheque, inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isen o de imposto de renda, libera o de crédito, pensão por morte, pensão alimentícia, portaria, reativa o de benefício, reforma, reserva, restitui o de contribui o previdenciária, retifica o de DIRF, reversão ao serviço ativo, revisão de aposentadoria, revisão de pensão, revisão de reserva ou reforma e vantagens pecuniárias, emissão de cédula C, e dentre outros, a emissão de contracheque.

Na tabela a seguir é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentária/financeira do objetivo:

**Tabela 4:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024.

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania				
	Produto: Pessoa Atendida				
	Execução Física (Un)				
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)
Guajará	Belém	3.500	1.203	2.478	71
	Ananindeua	1.500	254	464	31
<b>Total</b>		<b>5.000</b>	<b>1.457</b>	<b>2.942</b>	<b>59</b>

**Fonte:** SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de abril a junho de 2024, foram realizados 1.457 (mil quatrocentos e cinquenta e sete) atendimentos nas estações cidadanias, totalizando 58,8% da meta prevista para 2024, conforme a tabela acima, sendo 1.203 (mil e duzentos e três) nas estações cidadanias localizadas no município de Belém (Shoppings Pátio Belém e Grão-Pará) e 254 (duzentos e cinquenta e quatro) em Ananindeua, no shopping Metrópole. Os serviços mais demandados foram: outros, consulta de processos, emissão de contracheques e cédula C.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do IGEPPS se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, a qual resultou no destaque orçamentário e financeiro de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao 2º Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais (QDQQ).

Dentro desta ação o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante a meta 10.2 e 10.3, pois o Instituto quando oferta os serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo os seus segurados, beneficiários e sociedade em geral acesso aos serviços, garantindo a igualdade de oportunidades.

### 2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260 de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade e IV- gestão pública presente. Nesse sentido, o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, objetivando contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará, por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública este Instituto possui 05 (cinco) ações, sejam elas: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação

Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõe, bem como, as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2024.

**Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Agentes Públicos**

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Capacitação de Agentes Públicos, cujo produto é servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite a capacitação de seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentária/financeira.

**Tabela 5:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024.

Ação: Capacitação de Agentes Públicos								
Produto: Servidor Capacitado								
Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
150	199	231	154	2.500.000,00	2.500.000,00	1.603.139,11	2.011.283,59	80,5

**Fonte:** SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de abril a junho de 2024, foram capacitados 199 (cento e noventa e nove) servidores, atingindo 154% acima da meta prevista para 2024, conforme tabela acima.

Destacam-se no período supracitado os cursos de Folha de Pagamento no Funcionalismo Público, Imersão COMPREV BG-COMPREV, 13º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia, Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio Público Auditoria governamental, controles interno e externo, compliance, governança e gestão de riscos, 14º Curso de Gestão Patrimonial, 3º Curso Básico de Capacitação de Ordenadores de Despesas e Gestores Públicos, Gestão Ágil de Projetos, Gestão Completa e Eficiente do Patrimônio Público, Gestão do Patrimônio Imobiliário na Administração Pública, Gestão Estratégica de Departamento Jurídico, Governança, Gestão de Riscos e Compliance: uma abordagem teórica e prática na Administração Pública, Planejamento e Acompanhamento de orçamento Público de RH Total: Semana Nacional para Departamento de Pessoas e Recursos Humanos Inteligência Emocional com foco em desenvolver gestores, líderes e profissionais de alta performance; Auditoria e Folha de Pagamento e Despesa com Pessoal; 2º e-Social e conceitos básicos de EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos; 57º Congresso Nacional da ABIPEM e Lei Geral de Proteção de Dados; Formação e Aperfeiçoamento do Profissional de Secretariado e Assessoria e Contratações Públicas.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado, refere-se ao indicado no Manual de monitoramento do SigPlan, que indica o registro da quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente o mesmo servidor, ainda que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em

referência.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto no 2º trimestre foi de R\$ 1.603.139,11 (um milhão seiscentos e três mil cento e trinta e nove reais e onze centavos) representando 80,5% do total previsto para a ação no exercício de 2024, como demonstrado na tabela acima.

**Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.**

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Construção de Imóveis Públicos Estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação o instituto busca realizar manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No 2º trimestre de 2024, foram realizadas diversas reformas e manutenções prediais como:

- Agência Santarém: serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, instalações elétricas, hidráulicas, lógica, portas e janelas, pintura, calhas e telhado com mudança de layout.
- Agência Marabá: serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, instalações elétricas, hidráulicas, lógica, portas e janelas, pintura, calhas e telhado com mudança de layout.
- Sede do IGEPPS: serviços de manutenção predial corretivas e preventivas e adequações em salas, banheiros, do prédio principal, auditório, prédio anexo, portões de entrada e saída do estacionamento, sistema de esgoto e captação de águas pluviais, substituição de telhas, instalações e adequações elétricas e de lógica, substituição de lâmpadas, luminárias, disjuntores e tomadas, substituição de louças e acessórios hidrossanitários, tratamento de fissuras na passarela e substituição do revestimento do piso com instalação de proteção em granito.
- Agência Castanhal: realizada a manutenção predial corretiva e preventiva.
- Agência Capanema: realizada a manutenção predial corretiva e preventiva.
- Agência Abaetetuba: finalização dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, instalações elétricas, hidráulicas, lógica, portas e janelas, pintura, calhas e telhado.
- Agência Altamira: realizada os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, instalações elétricas, hidráulicas, lógica, portas e janelas, pintura, calhas e telhado.

Em relação à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$ 8.047.490,97 (oito milhões quarenta e sete mil quatrocentos e noventa reais e noventa e sete centavos), representando 59,1% do total previsto para a ação no exercício de 2024.

Em relação a metafísica, considerando que o produto é “imóvel construído” e conforme orientação em reunião com a SEPLAD há uma secretaria específica para atender a este produto, os órgãos habilitados nesta ação não computarão a metafísica, somente será alimentada a informação qualitativa.

Esta ação permitiu ao IGEPPS atender ao plano de expansão institucional por diversas Regiões, a partir da contratação dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais necessários visando à execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais, em geral.

Na tabela a seguir é possível observar a ação, produto, execução orçamentária/financeira.

**Tabela 6:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024.

Ação: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais										
Produto: Imóvel Construído										
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	%
Baixo Amazonas	Santarém	1	-	-	-	200.000,00	3.511.490,50	1.381.301,38	1.381.301,38	39,3
Carajás	Marabá	1	-	-	-	200.000,00	3.572.120,38	1.868.498,05	1.868.498,05	52,3
Guajará	Belém	1	-	1	100	8.600.000,00	12.324.944,22	2.840.291,92	8.379.506,62	68,0
Guamá	Castanhal	1	-	-	-	200.000,00	800.000,00	275.223,68	275.223,68	34,4
Rio Caeté	Capanema	1	-	-	-	200.000,00	800.000,00	296.171,39	296.171,39	37,0
Tocantins	Abaetetuba	1	1	1	100	200.000,00	337.083,95	537.082,85	537.082,85	159,3
Rio Capim	Paragominas	1	-	-	-	200.000,00	500.000,00	-	-	-
Xingu	Altamira	1	-	-	-	200.000,00	1.154.360,95	848.921,70	848.921,70	73,5
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>25</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>23.000.000,00</b>	<b>8.047.490,97</b>	<b>13.586.705,67</b>	<b>59,1</b>

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

## **Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.**

Este objetivo visa a ampliação da atuação do RPPS para torná-lo cada vez mais seguro, transparente, fomentando as boas práticas de gestão para o fortalecimento da governança e da gestão do RPPS, atuando diretamente na Missão e na Visão institucional e subsidiando ações de educação previdenciária que permitam consolidar a Previdência Social como política de Estado por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS<sup>1</sup> a educação previdenciária tem como produto a pessoa capacitada e diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do IGEPPS, aos segurados e beneficiários, aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2024).

No período de abril a junho de 2024, foram capacitados 1.001 (mil e um) segurados e beneficiários nos municípios de Belém (Região Guajará), Castanhal (Região Guamá), Altamira (Região Xingu) e Paragominas (Região Rio Capim), representando 391% da meta planejada para o ano de 2024.

Na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentário-financeira do objetivo. A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

Em relação ao programa “Papo Previdenciário” a ação ocorreu na Sede da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e na Fundação Hospital das Clínicas Gaspar Viana – FHCGV em Belém, Região do Guajará, como também na Agência do IGEPPS em Paragominas, Região Rio Capim, levando aos segurados informações acerca de aposentadoria, abono de permanência, previdência complementar, saúde mental, educação financeira e projeto de vida na preparação para a aposentadoria além de promover a divulgação da Cartilha Previdenciária.

Ainda no âmbito do programa, foi realizada a Palestra: Recalculando a Rota: planejamento previdenciário do servidor público, no Auditório do Tribunal da Justiça - TJ/PA – Fórum Cível com transmissão online. Essa atividade teve como objetivo fomentar a cultura previdenciária sobre o Regime de Previdência Estadual (regras de aposentadoria e abono de permanência), bem como tratar de estratégias e ferramentas práticas para o planejamento previdenciário, englobando a reformulação do projeto de vida pré-aposentadoria.

---

<sup>1</sup> Manual do Pró-gestão RPPS Versão 3.5 Aprovada em 21/12/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/MANUALDOPRGESTORPPSVERSO3.5.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

**Tabela 7:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024.

Ação: Educação Previdenciária - 2º Trimestre										
Produto: Pessoa Capacitada										
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Baixo Amazonas	Santarém	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Carajás	Marabá	60	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Guajará	Belém	370	858	2.201	594,9	465.000,00	465.000,00	-	-	-
Guamá	Castanhal	60	56	56	93,3	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Rio Caeté	Capanema	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Tocantins	Abaetetuba	20	-	-	-	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Rio Capim	Paragominas	20	41	41	205,0	5.000,00	5.000,00	-	-	-
Xingu	Altamira	30	46	46	153,3	5.000,00	5.000,00	-	-	-
<b>Total</b>		<b>600</b>	<b>1.001</b>	<b>2.344</b>	<b>391</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPSS.

Também foram realizados três workshops com a temática do Planejamento Previdenciário: Garantindo o futuro dos servidores públicos. A ação ocorreu nos auditórios da Universidade Estadual do Estado do Pará - UEPA, em Belém, Região do Guajará, do Departamento de Trânsito – DETRAN, em Castanhal, Região Guamá e da Universidade Estadual do Estado do Pará UEPA em Altamira, Região Xingu. O Workshop visa informar os servidores acerca das regras especiais relacionadas às carreiras, nas quais são garantidas aposentadorias com idade e tempo de contribuição diferenciada, na forma do art. 201, §1º da CF/88, como os policiais civis.

Também houve a ação de Orientação Profissional para Jovens Pensionistas com objetivo de auxiliar jovens beneficiários de pensão por morte em vias de encerramento do vínculo com o IGEPPS a se inserir no mercado de trabalho. A ação ocorreu de forma online na sede do instituto com a equipe de psicologia do Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS). Ainda, a equipe realizou a Roda de Conversa com estudantes de graduação de psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA no auditório da sede do instituto, com intuito de discutir atuação do psicólogo na previdência. Debatendo temas como envelhecimento ativo, importância da promoção da preparação psicossocial para aposentadoria, orientação profissional, trabalho e identidade profissional.

Quanto à execução orçamentário/financeira, não apresentou movimentação financeira, referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois as ações foram realizadas na Região do Guajará em parcerias com órgãos da Administração Pública, assim como parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Dentro dessa ação o IGEPPS contribui ao ODS 4 – Educação de qualidade, impactando ao alcance da meta 4.4, pois ao difundir o conhecimento sobre as mudanças legislativas e instrução processual formam-se servidores (jovens e adultos) com maiores competências técnicas e profissionais tanto para a instrução processual quanto para se tornarem disseminadores de conhecimento sobre a matéria previdenciária, promovendo além do aumento na qualidade do serviço público, oportunidades de aprendizado para os segurados, beneficiários e sociedade em geral.

### **Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado**

A ação Previdência Itinerante tem como produto beneficiário atendido e visa ampliar o acesso aos serviços essenciais relacionados à previdência estadual. A ação surge dentro do Plano de Expansão Institucional, objetivado atender as necessidades do IGEPPS, por meio da ampliação do atendimento do RPPS e a sociedade em geral com os postos itinerantes, estruturados em caminhões baús, devidamente ambientados e equipados, que se deslocam

por vários municípios paraenses.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do IGEPPS, nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e nas unidades móveis - IGEPPS Itinerante.

No período de abril a junho de 2024, foram realizados na 18.211 (dezoito mil duzentos e onze) atendimentos de forma presencial na sede, terminal hidroviário e nas agências. Já os atendimentos virtuais, foram realizados 493 (quatrocentos e noventa e três), por meio dos quais inúmeras dúvidas são facilmente sanadas ou agendamentos marcados, por meio de requerimentos virtuais. Pelo Call Center e Chat foram atendidos 10.869 (dez mil oitocentos e sessenta e nove), conforme a Tabela abaixo.

Os atendimentos itinerantes totalizaram 1.142 (mil cento e quarenta e dois). As unidades móveis percorreram 21 (vinte e um) municípios, em 6 (seis) regiões de Integração, sendo o maior quantitativo na Região Rio Caeté, que totalizou 431 (quatrocentos e trinta e um) atendimentos, seguido da região do Baixo Amazonas, com 312 (trezentos e doze).

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 948.634,73 (novecentos e quarenta e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos), representando 55,9% do total previsto para ação no exercício de 2024.

Destaca-se que a despesa realizada é, sobretudo, relacionada às diárias de servidores (civil e militar), pois em período anterior ao cronograma estabelecido, há o deslocamento de servidores para viabilizar a logística para as unidades móveis nos municípios previstos, bem como durante o atendimento, quando necessário. Outro tipo de despesa nessa ação são os suprimentos de fundos, utilizado para materiais de consumo, locomoção e transporte.

A ação gestão previdenciária contribuem ao ODS 10 e sua meta 10.4, pois as ações de gestão visando ao alcance da missão institucional assegurando projetos que permitem ampliação do acesso aos serviços previdenciários, difusão de conhecimento, fomento da responsabilidade corporativa garantem maior acesso do IGEPPS aos segurados, beneficiários e sociedade em geral, garantindo gradativamente que se reduzam as desigualdades no âmbito da proteção social, como preconiza a referida meta ODS.

Na tabela a seguir é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira:

**Tabela 8:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024.

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado										
	Produto: Atendimento Realizado										
	Municípios	Execução Física (Un)					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Unidade de Atendimento		Meta prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)	
Guajará	Belém	Sede		11.193	23.751	7.069	3.800.000,00	3.800.000,00	948.634,73	2.124.413,48	55,9
		Terminal Hidroviário		269	496						
		Unidade Móvel		-	104						
		Requerimento Virtual		493	962						
		Call Center		10.095	24.727						
		Chat		774	1.552						
Benevides	Unidade Móvel		-	92							
Baixo Amazonas	Santarém	Agência		773	2.313						
	Alenquer	Unidade Móvel		63	63						
	Belterra			36	36						
	Juriti			26	26						
	Monte Alegre			82	82						
	Óbidos			71	71						
	Oriximiná			34	34						
Carajás	Marabá		Agência		641	1.586					
	Canaã dos Carajás	Unidade Móvel		7	7						
	Curionópolis			7	7						
	Parauapebas			51	51						
Araguaia	Conceição do Araguaia		Unidade Móvel		-	209					
	Floresta do Araguaia			-	14						
	Santa Maria das Barreiras			-	31						
	Ourilândia do Norte			42	42						
	São Félix do Xingu			42	42						
	Tucumã			53	53						
	Rio Maria			-	-						
	Xinguara			45	45						
Santana do Araguaia		-	78								

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

**Tabela 8:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024 (Continuação)

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado										
	Produto: Atendimento Realizado										
	Municípios	Execução Física (Un)					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Unidade de Atendimento		Meta prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)	
Guamá	Castanhal	Agência	1.021	2.092	4.390	7.069	3.800.000,00	3.800.000,00	948.634,73	2.124.413,48	55,9
	Igarapé-Açu	Unidade Móvel		109	109						
Rio Capim	Paragominas	Agência		91	216						
Tocantins	Abaetetuba	Agência		818	2.720						
Rio Caeté	Capanema	Agência		2.021	6.020						
	Augusto Corrêa	Unidade Móvel		-	117						
	Bragança			-	387						
	Peixe-Boi			117	117						
	Primavera			40	40						
	Quatipuru			39	39						
	Salinópolis			119	119						
	São João de Pirabas			30	30						
	Tracuateua			86	86						
	Viseu			-	98						
Tapajós	Itaituba		Unidade Móvel	-	292						
	Novo Progresso	-		31							
	Trairão	-		41							
	Rurópolis	43		62							
Xingu	Altamira	Agência	313	784							
<b>TOTAL</b>			<b>1.021</b>	<b>30.715</b>	<b>72.172</b>	<b>7.069</b>	<b>3.800.000</b>	<b>3.800.000</b>	<b>948.635</b>	<b>2.124.413</b>	<b>55,9</b>

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

## **Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo**

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. No período de abril a junho de 2024, não foram realizadas ações de publicidades das ações de governo, sendo este orçamento remanejado para outra ação dentro do programa de manutenção da gestão.

### **2.1.3 Programa Manutenção da Gestão**

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado com as seguintes ações: abastecimento de Unidades Móveis, concessão de auxílio-alimentação, concessão de auxílio-transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria na qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

**Tabela 9:** Execução orçamentária/financeira - 2º trimestre de 2024.

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	12	92	500.000,00	500.000,00	97.648,70	144.895,19	29,0
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	250	252	101	3.800.000,00	3.953.580,42	1.132.548,22	1.859.628,37	47,0
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	94	94	150.000,00	150.000,00	49.936,30	75.550,67	50,4
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	80	116	145	154.765.485,00	140.244.240,58	48.949.900,37	84.189.962,57	60,0
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	315	311	99	47.550.000,00	47.550.000,00	8.001.875,98	14.998.145,39	31,5

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

De abril a junho de 2024, foram abastecidos um total de 12 (doze) veículos em média por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 97.648,70 (noventa e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e setenta centavos), representando 29% do total previsto para ação no ano de 2024, conforme demonstrado na Tabela 10.

De abril a junho de 2024, a ação de concessão do auxílio-alimentação, que tem como produto servidor beneficiado, contemplou em média 252 (duzentos e cinquenta e dois) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 1.132.548,22 (um milhão cento e trinta e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos), representando 47% do total previsto para a ação, como demonstrado na Tabela 10.

De abril a junho de 2024, a ação de concessão de auxílio-transporte que também tem como produto servidor beneficiado contemplou em média 94 (noventa e quatro) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 49.936,30 (quarenta e nove mil novecentos e trinta e seis reais e trinta centavos), representando 50,4% do total previsto para a ação, como demonstrado na Tabela 10.

De abril a junho de 2024, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 116 (cento e dezesseis) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 48.949.900,37 (quarenta e oito milhões novecentos e quarenta e nove mil e novecentos reais e trinta e sete centavos), representando 60% do total previsto para a ação, como demonstrado na Tabela 10.

De abril a junho de 2024, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do IGEPPS contabilizou em média 311 (trezentos e onze) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 8.001.875,98 (oito milhões um mil oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), representando 31,5% do total previsto para a ação, conforme demonstrado na acima

### 3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

#### 3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No segundo trimestre de 2024, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário é de 109.050 (cento e nove mil e cinquenta) vinculados no Finanprev e Funprev.

Impende frisar que a categoria militar representa um quantitativo de 32.414 (trinta e dois mil e quatrocentos e quatorze) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual.

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas referentes à Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF possuem caráter dinâmico, apresentando variação mensal decorrente da concessão contínua de novos benefícios previdenciários, do falecimento de ativos, inativos e pensionistas, bem como da criação de cargos, seguida da nomeação de novos servidores públicos ou novos militares, somadas às ocorrências de exoneração e demissão, além de outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Portanto, o instituto assistiu 142.785 (cento e quarenta e dois mil setecentos e oitenta e cinco) segurados, entre inativos e pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando-se os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

**Tabela 10:** Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 2º trimestre de 2024.

Poder Executivo							
Finanprev				Funprev			
Segurado	Abril	Mai	Junho	Segurado	Abril	Mai	Junho
Ativo	51.233	50.972	51.810	Ativo	8.526	8.627	8.781
Inativo	30.820	31.007	31.213	Inativo			
Pensionista	8.510	8.513	8.551	Pensionista	42	41	42
<b>Total</b>	<b>90.563</b>	<b>90.492</b>	<b>91.574</b>	<b>Total</b>	<b>8.568</b>	<b>8.668</b>	<b>8.823</b>
Poder Legislativo e Judiciário							
Finanprev				Funprev			
Segurado	Abril	Mai	Junho	Segurado	Abril	Mai	Junho
Ativo	6.119	6.102	6.027	Ativo	1.639	1.698	1.694
Inativo	1.530	1.548	1.543	Inativo	-	-	-
Pensionista	750	755	762	Pensionista	6	6	6
<b>Total</b>	<b>8.399</b>	<b>8.405</b>	<b>8.332</b>	<b>Total</b>	<b>1.645</b>	<b>1.704</b>	<b>1.700</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

A tabela a seguir mostra quantitativamente a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

**Tabela 11:** Quantitativo de militares no SPSM – 2º trimestre de 2024.

SPSM			
Segurado	Abril	Maio	Junho
Ativo	18.133	18.046	17.993
Inativo	10.542	10.610	10.646
Pensionista	3.736	3.712	3.717
<b>Total</b>	<b>32.411</b>	<b>32.368</b>	<b>32.356</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

### 3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

Os registros contábeis relacionados às receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPREV (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), contemplando conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao BANPARÁ.

#### 3.2.1 Finanprev

No que se refere ao Finanprev, com relação ao segundo trimestre de 2024, constata-se significativo acréscimo na arrecadação previdenciária, principalmente, por efeitos da reforma previdenciária, que impulsionou bastante a configuração da arrecadação do poder executivo, mediante, essencialmente, a majoração de alíquotas dos fundos, a extinção da regra de teto “em dobro” para os portadores de doenças incapacitantes e a determinação de obrigatoriedade contributiva para os licenciados sem vencimentos. A tabela abaixo apresenta dados referentes ao período do segundo trimestre de 2024.

**Tabela 12:** Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev- 2º trimestre de 2024.

Poder Executivo - FINANPREV						
Mês	Contribuição Segurado (0254/0654)	Contribuição Patronal (0258/0658)	Saldo Superávit (.0301)	Rentabilidade (LC 115/17)	Reserva (LC 125/19)	Subtotal 1
	Abril	76.732.732,71	120.456.617,96	-	41.803.639,33	-
Maio	78.000.000,00	120.000.000,00	-	14.525.225,72	-	212.525.225,72
Junho	83.000.000,00	120.000.000,00	-	26.077.196,00	-	229.077.196,00
<b>Total</b>	<b>237.732.732,71</b>	<b>360.456.617,96</b>	<b>-</b>	<b>82.406.061,05</b>	<b>-</b>	<b>680.595.411,72</b>
Repasses Financeiros						Total Geral
Mês	Cessão Onerosa (Lei Nº. 13.885/19)	Aporte Complementar (0101)*	Aporte Cessão Onerosa (.0196)	Subtotal 2	Subtotal 1 + Subtotal 2	
Abril	-	84.735.610,35	-	84.735.610,35	169.471.220,70	
Maio	-	112.595.965,94	-	112.595.965,94	225.191.931,88	
Junho	-	96.934.061,65	-	96.934.061,65	193.868.123,30	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>294.265.637,94</b>	<b>-</b>	<b>294.265.637,94</b>	<b>588.531.275,88</b>	

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/IGEPPS.

Nota: \*Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

### 3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA e SEAP), conforme a tabela abaixo.

**Tabela 13:** Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas (R\$)		
	Segurado	Patronal	Total
Abril	6.764.245,68	6.764.245,68	13.528.491,36
Maio	6.681.060,70	6.681.060,70	13.362.121,40
Junho	6.330.614,41	6.330.614,41	12.661.228,82
<b>Total</b>	<b>19.775.920,79</b>	<b>19.775.920,79</b>	<b>39.551.841,58</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

### 3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

#### 3.3.1 Requerimentos da COMPREV

Na tabela abaixo é possível visualizar a atual posição dos requerimentos produzidos, onde o estoque de requerimentos em processamento, no INSS e no RPPS, ainda é representativo e o esforço de recuperação deve continuar no exercício de 2024.

**Tabela 14:** Requerimentos de COMPREV – 2º trimestre de 2024.

Estado do Requerimento	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Total
Criado	-	-	-
Em Exigência	1.310	2.514	3.824
Alterado	-	-	-
Aguardando Análise	1.124	46	1.170
Aguardando Análise Médica	754	-	754
Em Análise	3	-	3
Em Análise Médica	-	-	-
Deferido	3	-	3
Análise Suspensa	229	50	279
Em Compensação	35	56	91
Aguardando Compensação Aposentadoria	4.414	42	4.456
Rejeitado	1.487	13	1.500
Exigência/Indeferido	5	94	99
Criado/Rejeitado	1.077	59	1.136
Em conflito	51	954	1.005
<b>Total de Requerimentos</b>	<b>159</b>	<b>13</b>	<b>172</b>
Em Compensação + Deferido	-	-	-
Em Processamento	8	1	-

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

### 3.3.2 Valores da Compensação Financeira

Ante as ações colocadas em práticas, o RPPS/PA ocupa o quinto lugar entre as maiores arrecadações nacionais. Nesse contexto, a tabela abaixo demonstra o ranking dos primeiros RPPS, em compensação financeira, no segundo trimestre de 2024.

**Tabela 15:** Ranking da Compensação Financeira – 2º trimestre de 2024.

Mês	Colocação UF	Entre RPPS	Valor	%
Abril	9 <sup>a</sup>	23 <sup>a</sup>	12.305.901,21	39%
Maio	15 <sup>a</sup>	24 <sup>a</sup>	4.871.088,26	15%
Junho	17 <sup>a</sup>	45 <sup>a</sup>	2.283.701,87	7%
<b>Geral</b>	<b>12<sup>a</sup></b>	<b>23<sup>a</sup></b>	<b>31.511.815,27</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

A tabela abaixo mostra os valores recuperados de COMPREV no segundo trimestre de 2024, onde se evidenciam expressivos valores prescritos.

**Tabela 16:** Valores Recuperados de COMPREV – 2º trimestre de 2024.

Mês	Aprovados	Bruto Recuperado	Perdido	Com Prescrição	Líquido Recuperado
Abril	108	15.448.513,41	3.142.612,20	87	12.305.901,21
Maio	21	6.852.382,38	1.981.294,12	18	4.871.088,26
Junho	9	3.018.656,75	734.954,88	3	2.283.701,87
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>25.319.552,54</b>	<b>5.858.861,20</b>	<b>108,00</b>	<b>19.460.691,34</b>

**Fonte:** Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

Os valores recuperados de COMPREV são grandes volumes de recursos prescritos em 2023. No quesito recuperação do fluxo acumulado, o RPPS/PA está bem colocado, confirmando o esforço da gestão com resultados positivos na recuperação de receitas e redução do déficit previdenciário.

### 3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 09 de janeiro de 2002, Artigo 74, inciso IV, regulamentado pelo Decreto n.º 2.022, de 04 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 0261 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual. No segundo trimestre de 2024, a Taxa de Administração contribui com 61.827.276,13 (sessenta e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e seis reais e treze centavos), para custear as despesas do IGEPPS/PA.

Assim, o financeiro-contábil trouxe agilidade aos gastos necessários e perspectiva real, visando não só a excelência na prestação de serviços à sociedade, mas também independência em relação aos Recursos do Tesouro Estadual no tocante aos custos com pessoal, contratos, aquisições, dentre outros.

### 3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

#### 3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No segundo trimestre de 2024, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com acentuada melhora na eficiência com a implantação do sistema eletrônico de cobrança. Neste sentido, adotou-se uma rotina de acompanhamento diário das conciliações bancárias do IGEPPS, com atualização de valores pendentes de recolhimento, cujas cobranças são atualizadas semanalmente e reenviadas aos representantes dos municípios.

Assim, garantido que as dívidas municipais diminuíssem promovendo uma educação previdenciária nos contribuintes para que não haja escalonamento de eventuais débitos existentes. Portanto, houve mudança do perfil do saldo devedor dos municípios em razão da melhora no sistema de gerenciamento das receitas desses entes federativos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 17:** Dívidas das Prefeituras – 2º trimestre de 2024

Mês	Saldo Devedor
Abril	16.487,74
Maio	87.557,61
Junho	38.534,23
<b>Total</b>	<b>142.579,58</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

#### 3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos Fundos de Investimentos, apresenta-se o desempenho obtido no segundo trimestre de 2024. De forma abrangente, o método utilizado para o alcance dos resultados até março de 2024, foi segmentado em políticas de aplicações em Renda Fixa, Renda Variável e Ativos Globais.

**Tabela 18:** Rentabilidade dos Fundos – 2º trimestre de 2024.

Mês	Funprev	Finanprev
Abril	-5.300.528,06	5.252.329,38
Maio	26.088.598,25	4.452.154,43
Junho	52.811.391,86	4.513.082,68
<b>Total</b>	<b>73.599.462,05</b>	<b>14.217.566,49</b>

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

### 3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

#### 3.6.1 Finanprev e Funprev

Analisando especificamente o Finanprev no segundo trimestre de 2024, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado, principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

Após análise dos dados assinalados na tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do Funprev no segundo trimestre de 2024, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

**Tabela 19:** Despesas folhas de inativos e pensionistas – 2º trimestre de 2024.

Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - Finanprev								
Mês	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo Militar	Folha Bruta Pensionista	Folha Bruta Pensionista	Salário Família	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação		Civil	Militar	Ativos	
Abril	80.263.373,99	5.637.977,95	188.148.433,92	140.070.922,12	33.266.095,61	27.666.948,90		<b>475.053.752,49</b>
Maio	80.782.177,71	5.653.118,76	189.124.367,71	141.135.038,90	33.099.579,75	27.672.487,75		<b>477.466.770,58</b>
Junho	80.996.083,94	5.716.979,85	189.614.793,83	141.795.063,43	33.185.277,29	27.917.049,61		<b>479.225.247,95</b>
<b>Total</b>	<b>242.041.635,64</b>	<b>17.008.076,56</b>	<b>566.887.595,46</b>	<b>423.001.024,45</b>	<b>99.550.952,65</b>	<b>83.256.486,26</b>	-	<b>1.431.745.771,02</b>
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - Funprev								
Mês	Folha Bruta Inativo Civil	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Inativo	Folha Bruta Pensionista	Folha Bruta Pensão	Salário Família	Total das Despesas
		Militar	Saúde	Educação	Civil	Militar	Ativos	
Abril	-	-	-	-	52.120,52	-		<b>52.120,52</b>
Maio	-	-	-	-	52.120,51	-		<b>52.120,51</b>
Junho	-	-	-	-	76.604,51	-		<b>76.604,51</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>180.845,54</b>	-	-	<b>180.845,54</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

### 3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares ter previsão legal no final de 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no segundo trimestre de 2024, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares.

**Tabela 20:** Receitas e Despesas SPSM – 2º trimestre de 2024.

Receitas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	13.134.631,38	2.647.824,88	15.782.456,26
Maio	13.184.841,95	2.694.760,72	15.879.602,67
Junho	13.277.741,56	2.686.077,99	15.963.819,55
<b>Total</b>	<b>39.597.214,89</b>	<b>8.028.663,59</b>	<b>47.625.878,48</b>
Despesas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	140.070.922,12	27.666.948,90	167.737.871,02
Maio	141.135.038,90	27.672.487,75	168.807.526,65
Junho	141.795.063,43	27.917.049,61	169.712.113,04
<b>Total</b>	<b>423.001.024,45</b>	<b>83.256.486,26</b>	<b>506.257.510,71</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

### 3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado – DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado – Alepa, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, Tribunal de Justiça do Estado – TJE/PA e Justiça Militar – JME, Ministério Público do Estado – MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas abaixo.

#### 3.8.1 Finanprev

**Tabela 21:** Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	1.861.427,40	3.058.059,30	-	-	4.919.486,70
Maio	1.837.011,05	3.017.946,73	-	-	4.854.957,78
Junho	1.856.936,23	3.050.680,95	-	-	4.907.617,18
<b>Total</b>	<b>5.555.374,68</b>	<b>9.126.686,98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.682.061,66</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 22:** Despesas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	4.200.246,36	724.145,51	4.924.391,87
Maio	4.183.907,97	716.882,83	4.900.790,80
Junho	4.204.176,61	754.330,87	4.958.507,48
<b>Total</b>	<b>12.588.330,94</b>	<b>2.195.359,21</b>	<b>14.783.690,15</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 23:** Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	2.335.419,18	3.836.760,08	-	-	6.172.179,26
Maio	2.344.254,09	3.851.274,58	-	-	6.195.528,67
Junho	2.544.559,83	4.180.348,29	-	-	6.724.908,12
<b>Total</b>	<b>7.224.233,10</b>	<b>11.868.382,95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.092.616,05</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 24:** Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará – ALEPA – 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias(R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	4.480.230,51	1.411.940,81	5.892.171,32
Maio	4.834.419,73	1.407.920,95	6.242.340,68
Junho	4.869.901,95	1.426.522,77	6.296.424,72
<b>Total</b>	<b>14.184.552,19</b>	<b>4.246.384,53</b>	<b>18.430.936,72</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 25:** Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará – TCE – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	1.124.345,45	1.847.138,95	-	-	2.971.484,40
Maio	1.114.980,74	1.831.754,07	-	-	2.946.734,81
Junho	1.088.366,29	1.788.030,33	-	-	2.876.396,62
<b>Total</b>	<b>3.327.692,48</b>	<b>5.466.923,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.794.615,83</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 26:** Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará - TCE - 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	4.050.972,32	919.905,85	4.970.878,17
Maio	4.089.746,46	964.205,17	5.053.951,63
Junho	4.245.510,42	977.367,60	5.222.878,02
<b>Total</b>	<b>12.386.229,20</b>	<b>2.861.478,62</b>	<b>15.247.707,82</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 27:** Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	780.988,27	1.283.052,16	-	-	2.064.040,43
Maio	783.056,59	1.286.450,11	-	-	2.069.506,70
Junho	780.451,62	1.282.170,52	-	-	2.062.622,14
<b>Total</b>	<b>2.344.496,48</b>	<b>3.851.672,79</b>	-	-	<b>6.196.169,27</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 28:** Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias(R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	2.007.355,80	474.068,57	2.481.424,37
Maio	2.014.184,43	474.068,57	2.488.253,00
Junho	2.123.241,24	509.717,29	2.632.958,53
<b>Total</b>	<b>6.144.781,47</b>	<b>1.457.854,43</b>	<b>7.602.635,90</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 29:** Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	9.118.370,57	14.980.180,22	-	-	24.098.550,79
Maio	9.098.794,84	14.948.020,09	-	-	24.046.814,93
Junho	9.097.950,52	14.946.633,00	-	-	24.044.583,52
<b>Total</b>	<b>27.315.115,93</b>	<b>44.874.833,31</b>	-	-	<b>72.189.949,24</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 30:** Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	14.589.398,96	4.256.853,97	18.846.252,93
Maio	14.527.128,71	4.338.265,78	18.865.394,49
Junho	14.554.440,65	4.307.224,51	18.861.665,16
<b>Total</b>	<b>43.670.968,32</b>	<b>12.902.344,26</b>	<b>56.573.312,58</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 31:** Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	4.058.725,37	6.667.905,97	-	-	10.726.631,34
Maio	4.099.146,25	6.734.311,70	-	-	10.833.457,95
Junho	5.012.520,95	8.234.855,85	-	-	13.247.376,80
<b>Total</b>	<b>13.170.392,57</b>	<b>21.637.073,52</b>	-	-	<b>34.807.466,09</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 32:** Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	5.195.321,39	1.766.672,04	6.961.993,43
Maio	5.345.337,68	1.777.411,84	7.122.749,52
Junho	5.550.361,73	1.799.756,31	7.350.118,04
<b>Total</b>	<b>16.091.020,80</b>	<b>5.343.840,19</b>	<b>21.434.860,99</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 33:** Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	169.511,02	278.482,39	-	-	447.993,41
Maio	218.423,38	358.838,41	-	-	577.261,79
Junho	170.165,42	279.557,48	-	-	449.722,90
<b>Total</b>	<b>558.099,82</b>	<b>916.878,28</b>	-	-	<b>1.474.978,10</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 34:** Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	772.799,86	134.440,08	907.239,94
Maio	463.536,46	134.440,08	597.976,54
Junho	695.304,68	201.660,11	896.964,79
<b>Total</b>	<b>1.931.641,00</b>	<b>470.540,27</b>	<b>2.402.181,27</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 35:** Receitas previdenciárias - Ministério Público de Contas dos Municípios - MPCM -  
2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	69.602,63	114.347,18	-	-	183.949,81
Maio	69.731,61	114.559,07	-	-	184.290,68
Junho	70.135,81	115.223,12	-	-	185.358,93
<b>Total</b>	<b>209.470,05</b>	<b>344.129,37</b>	-	-	<b>553.599,42</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 36:** Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios –  
MPCM – 2º trimestre de 2024.

Mês	Despesas Previdenciárias (R\$)		
	Inativo	Pensionista	Total
Abril	119.800,60	57.077,40	176.878,00
Maio	119.800,60	57.077,40	176.878,00
Junho	119.800,60	57.077,40	176.878,00
<b>Total</b>	<b>359.401,80</b>	<b>171.232,20</b>	<b>530.634,00</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

### 3.8.2 Funprev

**Tabela 37:** Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	168.808,85	168.808,85	-	-	337.617,70
Maio	206.643,60	206.643,60	-	-	413.287,20
Junho	206.926,77	206.926,77	-	-	413.853,54
<b>Total</b>	<b>582.379,22</b>	<b>582.379,22</b>	-	-	<b>1.164.758,44</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 38:** Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	197.908,09	197.908,09	-	-	395.816,18
Maio	196.359,86	196.359,86	-	-	392.719,72
Junho	229.442,30	229.442,30	-	-	458.884,60
<b>Total</b>	<b>623.710,25</b>	<b>623.710,25</b>	-	-	<b>1.247.420,50</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 39:** Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado - TJ/JME – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	1.589.675,74	1.589.675,74	-	-	3.179.351,48
Maio	1.606.377,94	1.606.377,94	-	-	3.212.755,88
Junho	1.615.785,52	1.615.785,52	-	-	3.231.571,04
<b>Total</b>	<b>4.811.839,20</b>	<b>4.811.839,20</b>	-	-	<b>9.623.678,40</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 40:** Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas(R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	308.382,04	308.382,04	-	-	616.764,08
Maio	314.142,43	314.142,43	-	-	628.284,86
Junho	398.246,65	398.246,65	-	-	796.493,30
<b>Total</b>	<b>1.020.771,12</b>	<b>1.020.771,12</b>	-	-	<b>2.041.542,24</b>

Fonte: COAF/IGEPPS.

**Tabela 41:** Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA  
– 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	63.629,06	63.629,06	-	-	127.258,12
Maio	68.305,76	68.305,76	-	-	136.611,52
Junho	75.306,74	75.306,74	-	-	150.613,48
<b>Total</b>	<b>207.241,56</b>	<b>207.241,56</b>	-	-	<b>414.483,12</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

**Tabela 42:** Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios –  
MPCM/PA – 2º trimestre de 2024.

Mês	Receitas Previdenciárias (R\$)		Outras Receitas (R\$)		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	1.090,03	1.090,03	-	-	2.180,06
Maio	1.090,03	1.090,03	-	-	2.180,06
Junho	1.090,03	1.090,03	-	-	2.180,06
<b>Total</b>	<b>3.270,09</b>	<b>3.270,09</b>	-	-	<b>6.540,18</b>

Fonte: COAF/IGEPSS.

#### 4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei n.º 9.717/98 e Portaria MTP n.º 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico. Ele se baseia nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada. O objetivo principal é estabelecer os recursos necessários para garantir os pagamentos dos benefícios previstos pelo plano, de maneira suficiente e adequada.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

##### 4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

##### 4.1.1 Massa de segurados – Finanprev

Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016.

**Tabela 43:** Quantitativo Finanprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

Finanprev	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	79.289	61.632	59.527	58.083
Inativos	39.109	30.959	31.209	31.684
Pensionistas	10.940	8.171	8.323	8.990
<b>Total</b>	<b>129.338</b>	<b>100.762</b>	<b>99.059</b>	<b>98.757</b>

**Fonte:** VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2020 a 2023, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

#### 4.1.2 Massa de segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017.

**Tabela 44:** Quantitativo Funprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	7.406	5.186	6.915	9.174
Inativos	1	0	2	2
Pensionistas	16	37	65	72
<b>Total</b>	<b>7.423</b>	<b>5.223</b>	<b>6.982</b>	<b>9.248</b>

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

#### 4.1.3 Massa de segurados – SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

**Tabela 45:** Quantitativo Funprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

SPSM	Quantidade			
	2021	2022	2023	2024
Ativos	-	17.001	18.683	18.683
Inativos	-	8.825	9.645	9.645
Pensionistas	-	3.754	3.973	3.973
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>29.580</b>	<b>32.301</b>	<b>32.301</b>

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

#### 4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Os valores referentes a receitas e despesas 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a dezembro e são capturadas no RREO disponibilizado pela Secretaria da Fazenda até junho de 2024.

**Tabela 46:** Comparativo Finanprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

Finanprev	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	1.641.546	1.404.939	1.708.034	1.908.777
Receita Realizada	2.148.068	2.800.216	3.101.146	1.439.851
<b>Varição %</b>	<b>30,86</b>	<b>99,31</b>	<b>81,56</b>	<b>-24,57</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

**Nota:** As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Até o segundo trimestre de 2024, no acumulado de janeiro a junho, as receitas realizadas no Finanprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 24,57%.

**Tabela 47:** Comparativo Funprev – 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada	353.859	373.423	539.001	587.488
Receita Realizada	295.120	385.395	221.002	107.520
<b>Varição %</b>	<b>-16,60</b>	<b>3,21</b>	<b>-59,00</b>	<b>-81,70</b>

**Fonte:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

**Nota:** As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Percebe-se que em 2024, no acumulado de janeiro a junho, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 81,70%.

**Tabela 48:** Comparativo SPSM – 2021 a 2024- 2º semestre.

SPSM	Receitas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Receita Estimada		715.741	840.784	963.685
Receita Realizada		708.862	881.310	412.239
<b>Varição %</b>		<b>-0,96</b>	<b>4,82</b>	<b>-57,22</b>

**Fonte:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

**Nota:** As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Observa-se que em 2024, no acumulado de janeiro a junho, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 57,22%.

**Tabela 49:** Comparativo Finanprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Finanprev	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	5.703.591	4.325.916	5.393.535	6.079.737
Despesa Realizada	3.183.104	3.843.879	4.416.836	2.224.109
<b>Varição %</b>	<b>-44,19</b>	<b>-11,14</b>	<b>-18,11</b>	<b>-63,42</b>

**Fonte:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

**Nota:** As informações das receitas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2024, no acumulado de janeiro a junho, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 63,42%.

**Tabela 50:** Comparativo Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	3.668	5.276	7.162	7.870
Despesa Realizada	164	586	883	461
<b>Varição %</b>	<b>-95,53</b>	<b>-88,89</b>	<b>-87,67</b>	<b>-94,14</b>

**Fonte:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

**Nota:** As informações das despesas realizadas em 2024 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2024, no acumulado de janeiro a junho, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 94,14%.

**Tabela 51:** Comparativo SPSM – 2021 a 2024- 2º semestre.

SPSM	Despesas Previdenciárias (R\$)			
	2021	2022	2023	2024
Despesa Estimada	-	1.506.656	1.753.431	2.060.384
Despesa Realizada	-	1.370.932	1.941.544	1.001.511
<b>Variação %</b>	-	<b>-9,01</b>	<b>10,73</b>	<b>-51,39</b>

**Fonte:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

**Nota:** As informações das despesas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2024, no acumulado de janeiro a junho, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 51,39%.

#### 4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

##### 4.3.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

**Tabela 52:** Hipóteses biométricas– 2021 a 2024- 2º semestre.

Hipóteses Biométricas	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina
Mortalidade de inválidos	IBGE 2019	IBGE 2020	IBGE 2021	IBGE 2022
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

##### 4.3.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população.

**Tabela 53:** Hipóteses demográficas– 2021 a 2024- 2º semestre.

Hipóteses Demográficas	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos	25 anos

**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

### 4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social.

**Tabela 54:** Hipóteses Financeiras Finanprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Finanprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

**Tabela 55:** Hipóteses Financeiras Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Funprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/IGEPPS.

## 4.4 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

### 4.4.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte. A tabela abaixo representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando as taxas por benefícios.

**Tabela 56:** Custos por benefícios Finanprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício: Finanprev	Anos			
	2021	2022	2023	2024
Aposentadoria Programada	28,77%	28,53%	28,76%	28,75%
Aposentadoria por Invalidez	2,14%	2,27%	2,19%	2,17%
Pensões	4,09%	4,20%	4,05%	4,08%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(\*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

A tabela acima representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando os percentuais por benefícios.

**Tabela 57:** Custos por benefícios Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício: Funprev	Anos			
	2021	2022	2023	2023
Aposentadoria Programada	18,02%	17,64%	17,60%	17,93%
Aposentadoria por Invalidez	3,79%	4,04%	4,36%	3,93%
Pensões	3,61%	3,74%	3,47%	3,57%
Despesas Administrativas*	2,58%	2,58%	2,57%	2,57%

**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

(\*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

#### 4.5 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente;
- **Prov. Matemát. BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- **Prov. Matemát. BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade;
- **Prov. Matemát. Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemát. BC com a Prov. Matemát. BC;
- **Superávit(+)/Déficit(-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemát. Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit(+)/Déficit(-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexos das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

**Tabela 58:** Evolução Finanprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício Finanprev	Valores (R\$)			
	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	170.026.828,17	334.904.823,98	604.796.627,40	439.072.034,89
Prov. Matemát. BC	56.442.575.798,51	35.608.065.142,27	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36
Prov. Matemát. BaC	41.088.730.908,33	32.058.793.838,19	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20
Prov. Matemát. Total	97.531.306.706,84	67.666.858.980,46	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56
<b>Superávit(+)/Déficit(-)</b>	<b>-97.361.279.878,67</b>	<b>-67.331.954.156,48</b>	<b>-81.207.207.704,86</b>	<b>-88.206.782.810,67</b>
Superávit/Déficit - <b>Civil</b>	-69.247.819.512,73	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67
Superávit/Déficit - <b>Militar</b>	-28.113.460.365,94			

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos das aplicações no mercado financeiro dos repasses recebidos do Funprev. A redução da Prov. Matemát. BC, bem como a diminuição da Prov. Matemát. BaC e a contração da Prov. Matemát. Total, ocorridas em 2022 são representadas pela retirada dos militares e por utilizar a taxa de juros de 3% a.a. no cálculo atuarial como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

**Tabela 59:** Evolução Funprev– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)			
	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	4.366.014.661,46	4.176.722.201,75	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14
Prov. Matemát. BC	19.512.121,48	35.031.649,83	49.076.908,86	52.034.404,83
Prov. Matemát. BaC	981.537.209,05	130.948.903,61	15.016.127,33	369.586.017,47
Prov. Matemát. Total	1.001.049.330,53	165.980.553,44	64.093.036,19	421.620.422,30
<b>Superávit(+)/Déficit(-)</b>	<b>3.364.965.330,93</b>	<b>4.010.741.648,31</b>	<b>4.122.497.004,97</b>	<b>3.843.065.605,84</b>
Superávit/Déficit - <b>Civil</b>	4.299.334.384,84	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84
Superávit/Déficit - <b>Militar</b>	-934.369.053,91			

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos do cálculo atuarial com exceção do ativo do plano que se refere as aplicações no mercado financeiro e dos repasses realizados ao Finanprev. Os valores ocorridos no exercício de 2024 representam o fluxo normal do fundo previdenciário. O decréscimo expressivo da Provisão Matemática Total, ocorrida em 2022 reflete a retirada dos militares, pois estes pertencem ao SPSM.

**Tabela 60:** Evolução SPSM– 2021 a 2024- 2º semestre.

Tipo de Benefício SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2022	DRAA 2023	DRAA 2024
Ativo do Plano	-	21.489.805,01	-
Prov. Matemát. BC	17.992.907.141,59	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55
Prov. Matemát. BaC	-2.012.223.136,86	-262.090.862,97	2.206.965.586,56
Prov. Matemát. Total	15.980.684.004,73	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11
<b>Superávit(+)/Déficit(-)</b>	<b>-15.980.684.004,73</b>	<b>-19.978.910.909,50</b>	<b>-25.863.673.127,11</b>

Fonte: Nugin/Igeprev.

Os valores ocorridos no exercício de 2024 representam o fluxo normal do SPSM. As alíquotas e os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

## 5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (Nugin), setor interno do Instituto, responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando a busca da meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do segundo trimestre de 2024 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2024, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

### 5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará no segundo trimestre de 2024 com 72 ativos na carteira, distribuídos entre 50 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestores, além de 21 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e 1 Letra Financeira emitida por banco privado, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), além das operações compromissadas (LFT) intermediadas por meio do Banpará.

**Tabela 61:** Carteira Global do IGEPPS – 2º trimestre de 2024.

Carteira	Receita Acumulada (R\$)				Patrimônio Líquido
	Aplicação	Resgate	Amortização	Rendimento Acumulado	
Funprev - Fundos	99.578.751,75	103.691.234,45	31.505.294,48	73.571.790,43	210.858.119,22
Finanprev- Fundos	-	-	-	11.920.278,15	24.404.900,42
Funprev -LFT	28.010.794,83	28.038.466,54	-	27.671,53	71.818,54
Finanprev -LFT	601.573.867,93	608.810.229,42	-	2.297.283,12	3.271.617,03
SPSM - LFT	101.069.554,09	128.903.044,69	-	540.022,39	698.341,05
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>830.232.968,60</b>	<b>869.442.975,10</b>	<b>31.505.294,48</b>	<b>88.357.045,61</b>	<b>239.304.796,26</b>

**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

**Nota:** Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

**Tabela 62:** Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos – 2º trimestre de 2024.

Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
<b>Renda Fixa</b>		<b>3.807.053.753,08</b>	<b>79,00%</b>		<b>85,00%</b>		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (SELIC)	1.655.605.663,94	34,36%	0,00%	40,00%	65,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	583.931.891,65	12,12%	0,00%	14,95%	55,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	81.559.102,77	1,69%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.415.950.363,01	29,38%	0,00%	25,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	48.628.579,63	1,01%	0,00%	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Senior	2.463.399,29	0,05%	0,00%	0,05%	1,00%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	18.914.752,80	0,39%	0,00%	2,50%	5,00%	10,00%
<b>Renda Variável</b>		<b>581.368.316,67</b>	<b>12,06%</b>		<b>6,00%</b>		40,00%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	452.905.549,56	9,40%	0,00%	3,00%	10,00%	40,00%
Art. 8º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	128.462.767,11	2,67%	0,00%	2,00%	10,00%	10,00%
<b>Exterior</b>		<b>132.818.177,54</b>	<b>2,76%</b>		<b>6,00%</b>		10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	132.818.177,54	2,76%	0,00%	4,00%	10,00%	10,00%
<b>Estruturados</b>		<b>297.544.328,94</b>	<b>6,17%</b>		<b>3,00%</b>		20,00%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	154.014.244,12	3,20%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	143.530.084,82	2,98%	0,00%	3,00%	5,00%	5,00%
<b>Total da Carteira</b>		<b>4.818.784.576,24</b>	<b>100,00%</b>		<b>100%</b>		
<b>Disponibilidade Financeira</b>		<b>188.702.672,95</b>					
<b>Total Geral</b>		<b>5.007.487.249,19</b>					

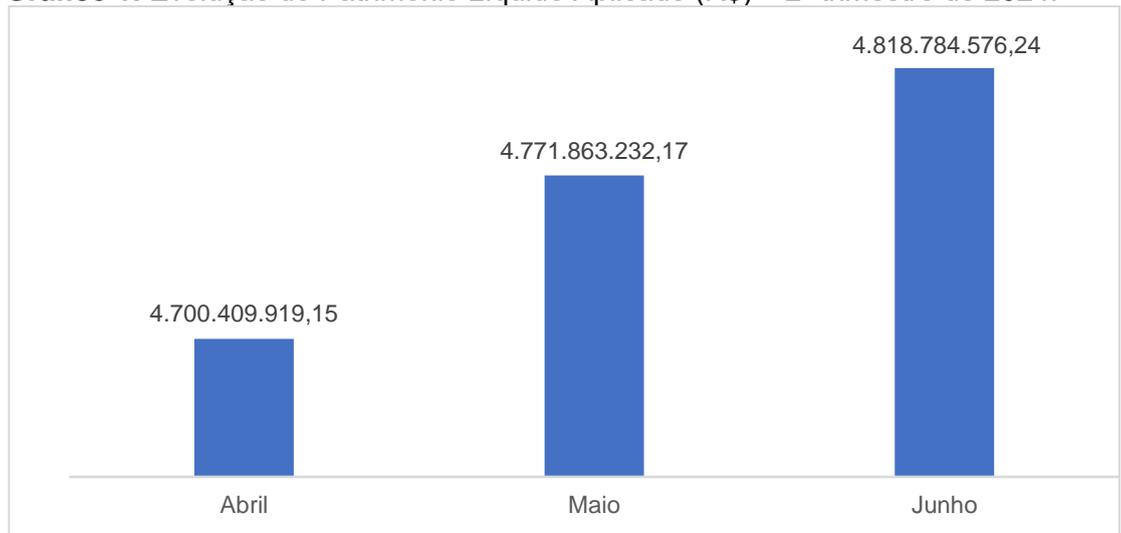
Fonte: Nugin/IGEPPS.

A equipe técnica do Nugin realiza o monitoramento da carteira visando atender os limites da Resolução CMN 4.963/2021 e as estratégias definidas na Política de Investimentos.

A posição em Renda Variável – Fundos de Ações é de 12,06% da carteira. A estratégia está acima do alvo da Política de Investimentos 2024, que ocorreu em razão da valorização do final de 2023 e da reclassificação dos ativos BDR, de Exterior para Renda Variável, através da Resolução CVM 175/2022.

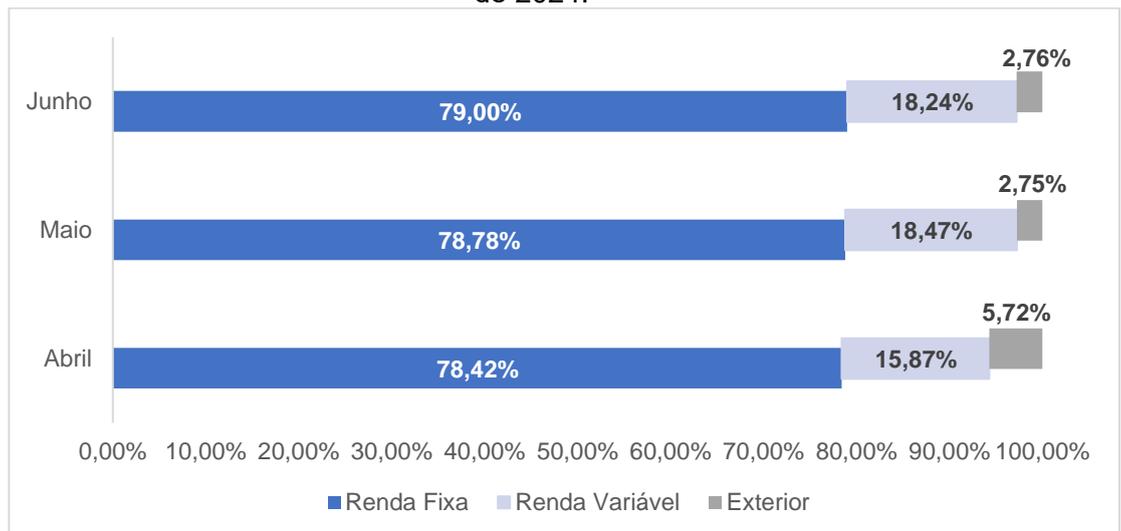
## 5.2 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA GLOBAL

**Gráfico 1:** Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

**Gráfico 2:** Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

**Tabela 63:** Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 2º trimestre de 2024.

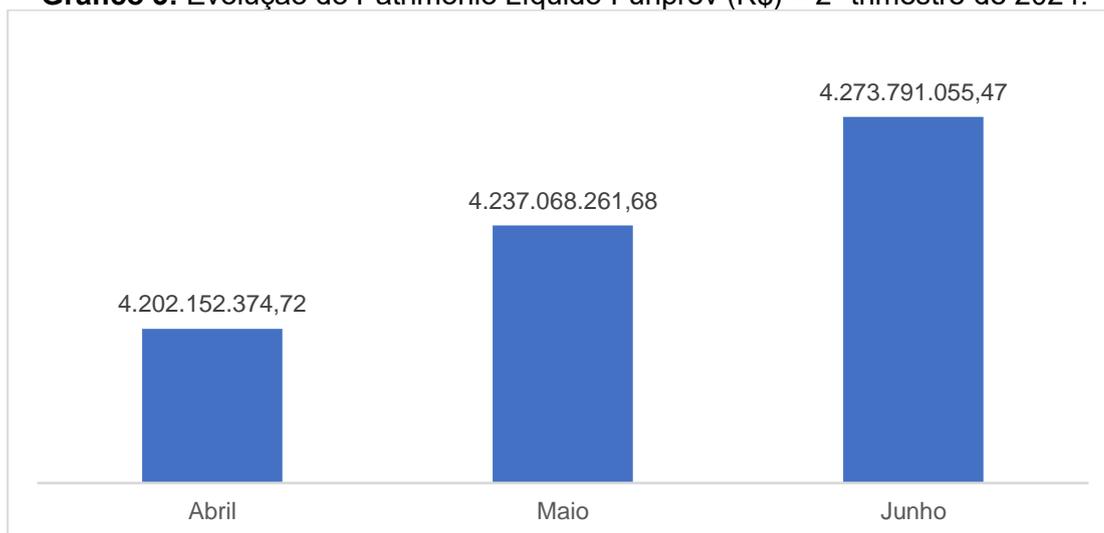
Instituições	30/04/2021 (%)	31/05/2024 (%)	28/06/2024 (%)
Tesouro Nacional	35,28%	34,40%	34,36%
BB Asset Management	15,75%	15,61%	15,59%
Itaú	14,50%	14,34%	14,28%
Bradesco	4,25%	5,07%	5,27%
Santander	6,71%	6,67%	6,66%
BTG Pactual	5,37%	5,32%	5,47%
Caixa Econômico Asset	4,59%	4,67%	4,55%
Safra Asset Management	2,80%	2,72%	2,71%
Vinci Partners	2,27%	2,22%	2,24%
Kinea Investimentos	2,44%	2,40%	2,40%
Western Asset	1,66%	1,70%	1,43%
Bahia Asset	0,93%	0,88%	0,88%
XP Asset Management	0,98%	0,92%	0,89%
AZ Quest Investimentos	0,73%	0,69%	0,69%
Occam Brasil	0,49%	0,47%	0,47%
Pátria Investimentos	0,21%	0,21%	0,30%
BNP Paribas Asset	0,08%	0,08%	0,08%
Genial Banco	0,05%	0,05%	0,05%
Porto Seguro Investimentos	0,00%	0,003%	0,00%
Banpará (LFT)	0,90%	1,57%	1,69%
<b>Total Aplicado</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

### 5.3 CARTEIRA FUNPREV

#### 5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Funprev

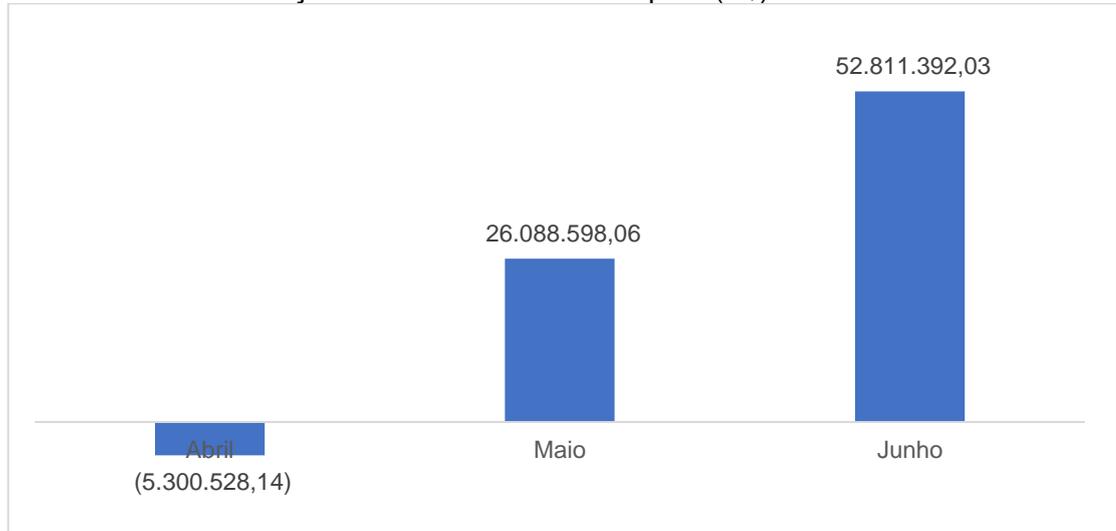
**Gráfico 3:** Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

### 5.3.2 Evolução do Rendimento Funprev

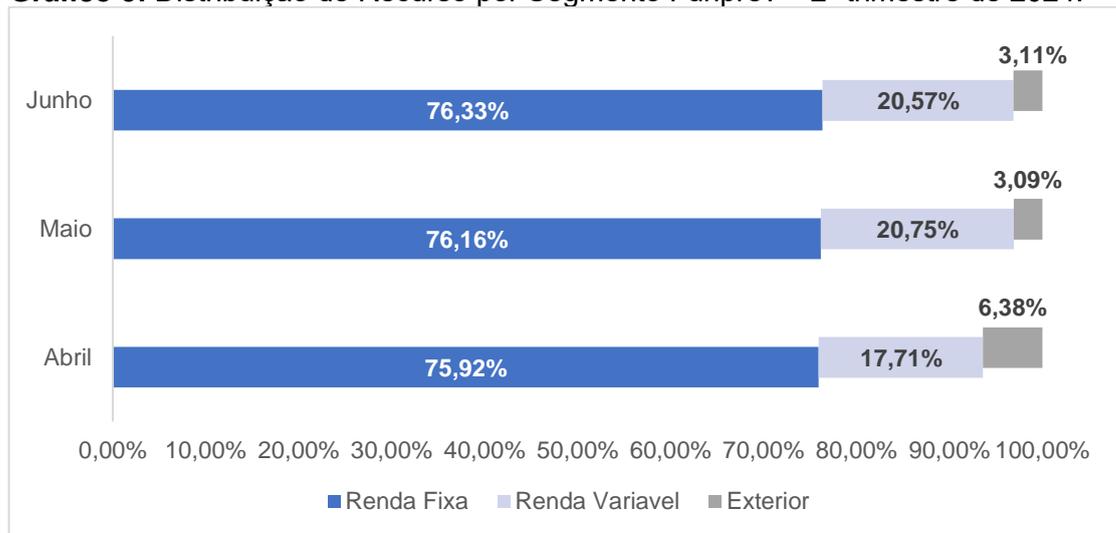
**Gráfico 4:** Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

### 5.3.3 Distribuição de Recurso por Segmento – Funprev

**Gráfico 5:** Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

### 5.3.4 Movimentações – Funprev

**Tabela 64:** Movimentações Financeiras Funprev – 2º trimestre de 2024.

Mês	Funprev (R\$)		
	Aplicação	Resgate	Amortização
Abril	19.191.257,71	47.575.397,20	-
Maio	55.286.887,12	14.954.303,79	31.505.294,48
Junho	53.111.401,75	69.200.000,00	-
<b>Total</b>	<b>127.589.546,58</b>	<b>131.729.700,99</b>	<b>31.505.294,48</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

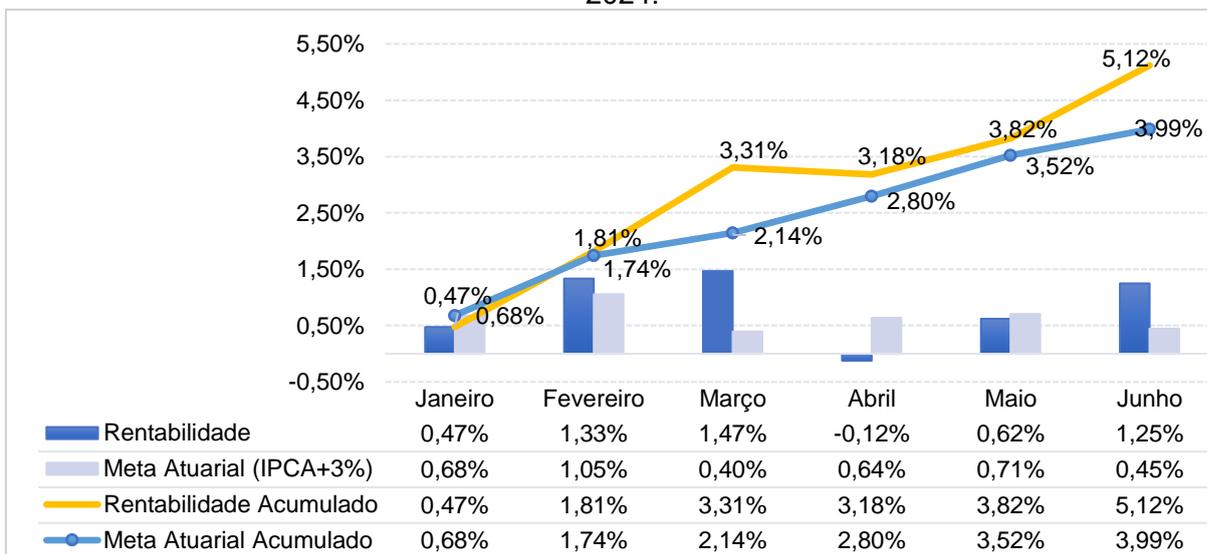
Houve receita no valor de R\$ 31.505.294,48 proveniente do pagamento de cupons de títulos públicos e amortizações de fundos vértices aplicados em fundo com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa com o objetivo de cumprir futuros compromissos

como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019.

Além disso, no 2º trimestre de 2024, o setor de investimentos recebeu R\$ 33.368.154,45 de aporte de arrecadação previdenciária para aplicação no FUNPREV.

### 5.3.5 Rentabilidade e Meta Atuarial – Funprev

**Gráfico 6:** Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Observa-se que até junho/2024, o retorno o acumulado do ano da carteira Funprev foi superior a meta atuarial (IPCA+3%). O resultado é explicado conforme segue:

**a) Renda Fixa:** posição majoritária de 76,32% do Funprev. A Estratégia Juro Real (Títulos Públicos Inflação) é a principal estratégia da carteira (42,36%), com prêmio médio de IPCA + 6,20%, mitigando risco de volatilidade e provendo liquidez recorrente via o pagamento de cupons de juros semestrais, com retorno de 0,89% no mês e 5,72% em 2024. A segunda maior posição é a estratégia Alocação Dinâmica (31,90%), com referência no CDI com gestão ativa e passiva, com retorno de 0,62% no mês e 4,70% em 2024. Esta estratégia apesar dos consecutivos cortes da taxa Selic ainda é atraente para o cumprimento da meta atuarial. Essas estratégias são as mais relevantes da Renda Fixa, que teve retorno mensal de 0,78% em junho e 5,31% em 2024. Prossegue como principal contribuidor para o resultado do FUNPREV.

**b) Renda Variável:** posição de 13,61% do Funprev. No ano, a Bolsa Brasil performou negativo em -8,88% e sua contribuição para a carteira foi -1,07%. O resultado de Bolsa Brasil segue performando negativo, em decorrência da conscientização da piora fiscal e previsão de elevação dos gastos do governo. A bolsa EUA Dólar, por outro lado, apresenta resultado expressivo, com retorno 37,35% em 2024, contribuindo para a diversificação da carteira.

**c) Exterior:** posição de 3,11% do Funprev. As bolsas internacionais tiveram performances positivas, porém, com os dados de inflação moderados, emprego forte e comprometimento do FED em trazer a inflação para o centro da meta, os juros dever permanecer elevados por mais tempo e pressionar os ativos de risco. Retorno 6,67% em 2024.

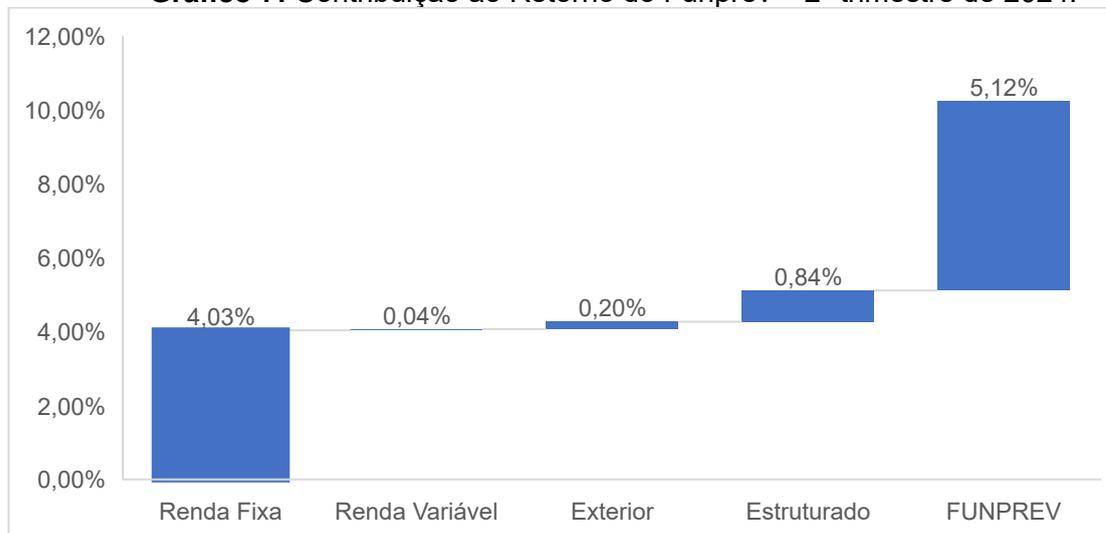
**d) Estruturado:** posição de 6,96% do Funprev. No ano o resultado agregado é de 13,53%, resultante da performance positiva da bolsa americana e melhorias nos resultados das empresas investidas na Economia Real (FIP).

**Tabela 65:** Retorno e Contribuição - Funprev – 2º trimestre de 2024.

Funprev	%		Alvo	Retorno 2024	Contribuição 2024
<b>Renda Fixa</b>	<b>76,32%</b>	↑	<b>85,00%</b>	<b>5,31%</b>	<b>4,03%</b>
Alocação Dinâmica	31,90%	↑	35,00%	4,70%	1,48%
Crédito Privado	1,64%	↑	5,00%	5,97%	0,10%
Juro Nominal	0,43%	=	5,00%	6,56%	0,03%
Juro Real	42,36%	↓	40,00%	5,72%	2,42%
<b>Renda Variável</b>	<b>13,61%</b>	↓	<b>8,00%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,04%</b>
Bolsa Brasil	10,60%		6,00%	-8,88%	-1,07%
Bolsa EUA Dólar	3,01%		2,00%	37,35%	1,11%
<b>Exterior</b>	<b>3,11%</b>	↑	<b>4,00%</b>	<b>6,67%</b>	<b>0,20%</b>
Alocação Dólar	0,56%		2,00%	19,98%	0,10%
Alocação Hedge	2,54%		2,00%	4,11%	0,11%
<b>Estruturado</b>	<b>6,96%</b>	↓	<b>3,00%</b>	<b>13,53%</b>	<b>0,84%</b>
Multimercado	3,36%		0,00%	17,92%	0,47%
Economia Real	3,60%		3,00%	9,75%	0,36%
<b>FUNPREV</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>	<b>5,12%</b>	<b>5,12%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

**Gráfico 7:** Contribuição ao Retorno do Funprev – 2º trimestre de 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

**Quadro 1: Cenário Global Econômico e Político Cenário Econômico e Político – 2º trimestre 2024**

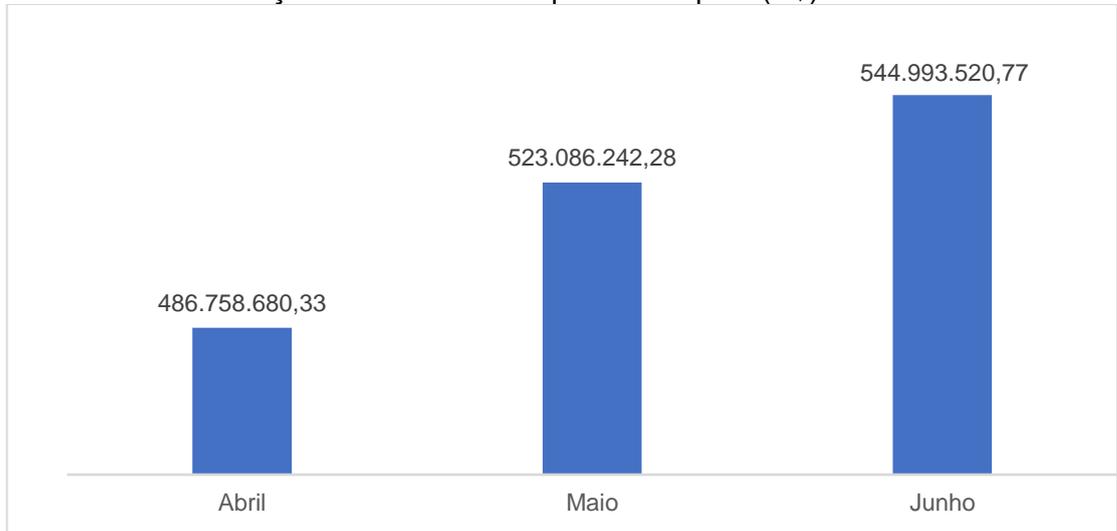
Economia
<p>●<b>Global:</b> Economia dos EUA segue aquecida. Mercado de trabalho americano permanece surpreendendo, mas os dados de vendas apresentam descompressão. A política monetária começa a apresentar seus efeitos restritivos. Europa mostra perspectivas positivas de crescimento. Há moderação no crescimento chinês, mesmo com incentivos do governo na economia.</p> <p>●<b>Brasil:</b> A atividade econômica resiliente. A economia brasileira segue com baixa taxa de desemprego e revisão altista do PIB. Problemas de governança na política econômica, sobretudo em razão do risco fiscal e do embate no BC, com críticas do presidente da república ao BC contaminando o ambiente. Mesmo assim, começam as primeiras discussões sobre cortes de gastos no governo atual.</p>
Inflação
<p>●<b>Global:</b> No 2º trimestre, a inflação dos EUA se manteve estável, caindo surpreendentemente em junho, se aproximando do objetivo. Os dados mostram emprego moderado, com impactos potencialmente deflacionários.</p> <p>●<b>Brasil:</b> Houve uma piora nas projeções de IPCA. Essa deterioração nas expectativas de inflação é em função da piora das perspectivas fiscais e ruídos sobre a credibilidade do BC. A tragédia no Rio Grande do Sul teve pouco impacto na inflação.</p>
Juros
<p>●<b>Global:</b> Corte de Juros do Banco Central Europeu. Cenário global de juros de equilíbrio elevados, com incertezas sobre atuação do FED. Reajuste de moderação baixista da curva de juros americana com dados de emprego e inflação. O FED aponta que deverá cortar os juros somente 1 vez no final do ano. Mercado já projeta dois cortes, tentando se antecipar a desaceleração da inflação.</p> <p>●<b>Brasil:</b> Cortes nos juros brasileiros foram interrompidos em razão da incerteza no cumprimento e comprometimento do ajuste fiscal, principalmente na contenção dos gastos públicos. A oscilação da expectativa de mercado foi significativa no período, houve estresse na curva de juros local. Após divergências no BC afetar a credibilidade e elevar o custo de desinflação, o COPOM decidiu por unanimidade a manutenção da SELIC em 10,50% e informou a contínua observação da conjuntura econômica local.</p>
Mercado
<p>●<b>Global:</b> Os principais índices globais tiveram performance positiva, no trimestre. Bolsas globais em alta com expectativas de corte de juros. Ambiente à pró risco liderado pelas empresas de tecnologia. A surpresa ficou pela valorização do dólar.</p> <p>●<b>Brasil:</b> O adiamento nos cortes de juros americano e alta do dólar afetaram o fraco desempenho do IBOV. O resultado negativo da bolsa foi bem impactado pelo comprometimento do governo com o fiscal e pela divergência no voto do BC.</p>
Fato Relevante
<p>●<b>Global:</b> Ataque do Irã a Israel deixou o Oriente Médio em alerta. As eleições gerais do parlamento europeu e as eleições nos EUA estão em pauta. A preocupação do mercado com os possíveis vencedores está relacionada com os direcionamentos das propostas econômicas.</p> <p>●<b>Brasil:</b> Enchentes no Rio Grande do Sul e seus possíveis impactos na economia e na inflação brasileira. Crise política no governo. Governo encontra-se com dificuldades no avanço da agenda de arrecadação e falta de novas pautas de corte de gastos. Baixa capacidade de articulação do governo no congresso. Perda de apoio do empresariado com críticas incisivas na mídia.</p>

**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

## 5.4 CARTEIRA FINANPREV

### 5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido do Finanprev

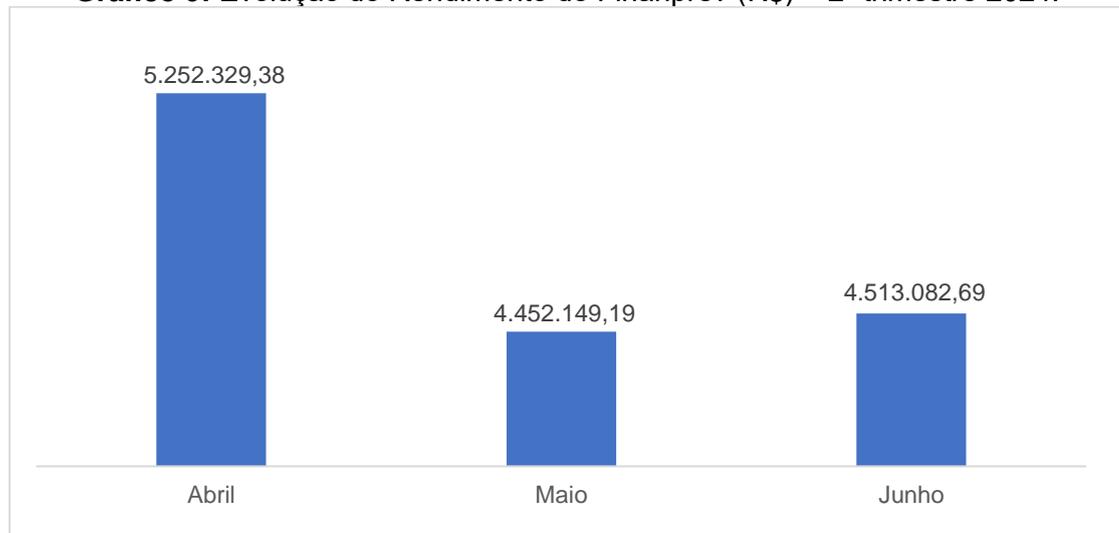
**Gráfico 8:** Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

### 5.4.2 Resultado do Finanprev

**Gráfico 9:** Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

### 5.4.3 Movimentação Finanprev

**Tabela 66:** Movimentações Financeiras – Finanprev - 2º trimestre 2024.

Mês	Finanprev (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Abril	206.240.993,13	262.746.958,11
Maio	197.583.968,23	165.708.560,54
Junho	197.748.906,57	180.354.710,77
<b>Total</b>	<b>601.573.867,93</b>	<b>608.810.229,42</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As movimentações de investimentos do Finanprev que ocorreram no 2º trimestre de 2024, foram Operações Compromissadas que visaram o pagamento da folha de pagamento de inativos, pensionistas e beneficiários do fundo.

#### 5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 - TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 3.401.045.876,97 (três bilhões, quatrocentos e um milhões, quarenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos), no período de 2016 até junho 2024.

Devido reprocessamento da cota dos fundos Pátria Private Equity VII Advisory FIP Multiestratégia e Kinea Equity Infra I Feeder Institucional I FIP Multiestratégia, houve um saldo adicional de R\$ 19.825.758,21, que foi transferido em maio de 2024 para atendimento a Lei Complementar 115/2017 e 125/19, após descontar a variação negativa do mês de abril/24.

**Tabela 67:** Transferências do Funprev para o Finanprev – 2º trimestre 2024.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Compensação (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)	Saldo a compensar (R\$)
Janeiro	19.847.798,99	-	19.847.798,99	
Fevereiro	55.857.316,03		55.852.798,70	4.517,33
Março	61.625.360,79		41.804.119,91	19.821.240,88
Abril	-5.300.528,14	19.825.758,21	14.525.230,07	
Maio	26.088.598,06		26.088.598,06	
Junho	52.811.392,03		52.811.392,03	
<b>Total</b>	<b>137.330.475,81</b>	<b>19.825.758,21</b>	<b>117.504.717,60</b>	

**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

\*O saldo é transferido no mês subsequente.

\*\*Devido reprocessamento da cota do dia 29/02/2024 do fundo PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII ADVISORY FIP MULTIESTRATÉGIA, informado ao Nugin pela Administradora do fundo, XP Investimento, em abril/2024, o rendimento mensal do FUNPREV foi reprocessado, sendo necessário transferir um valor adicional de R\$ 4.517,33 no mês de maio/24

\*\*\* O Nugin foi informado no dia 18/04/2024, que houve reprocessamento de cotas do fundo KINEA EQUITY INFRA I FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTIESTRATÉGIA em relação a cota de fechamento do dia 28/03/2024, havendo a valorização da cota de 1000,00 para 2.572,1868115. Considerando, que os trâmites para o atendimento da LC 125/19 já estavam em andamento, por questão operacional, a diferença a maior de R\$ 19.821.240,88 será transferida em maio/2024.

**Tabela 68:** Transferências do Funprev para o Finanprev – 2º trimestre 2024.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024 (2º trimestre)	Transferência Rendimento Ano de 2024	158.118.541,37
<b>TOTAL</b>		<b>3.401.045.876,97</b>

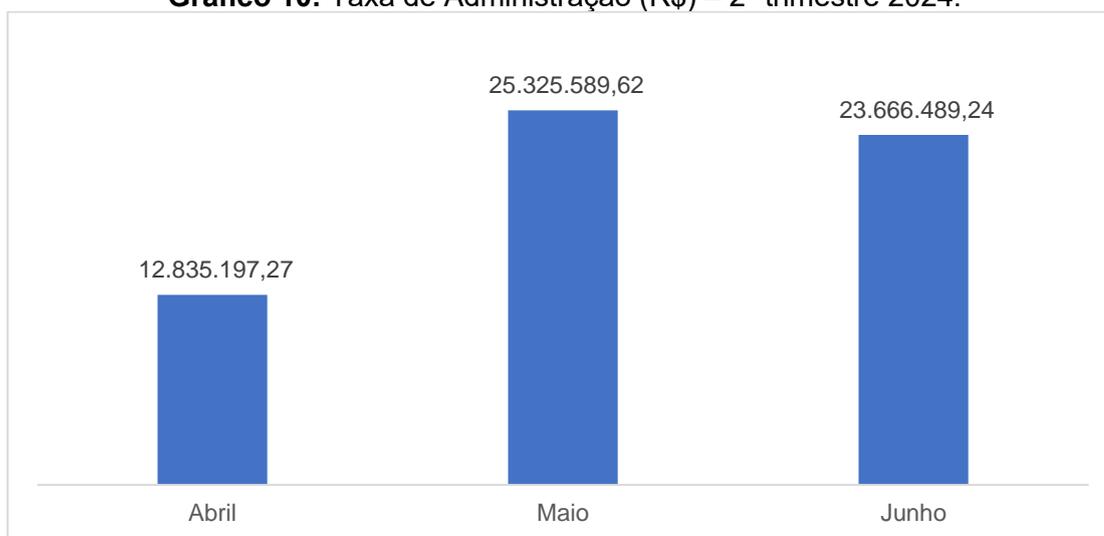
**Fonte:** Nugin/IGEPPS.

### 5.6 Taxa de Administração

A taxa de administração é a taxa de manutenção para atender às despesas administrativas do IGEPPS/PA. A partir de abril de 2024, a taxa de administração passa a ser financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos FUNPREV, FINANPREV e SPSM, em percentual ao limite legal, conforme determinado pela Portaria MPS 1.467/2022.

Durante o período de abril a junho de 2024, foi utilizado o montante de R\$ 61.827.276,13 (sessenta e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e seis reais e treze centavos), para custear as despesas do IGEPPS/PA.

**Gráfico 10:** Taxa de Administração (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: Nugin/Coaf/IGEPPS.

**Tabela 69:** Taxa de administração do Funprev – 2º trimestre 2024.

Mês	Proveniente de Arrecadação Previdenciária			
	Funprev (R\$)	Finanprev (R\$)	SPSM (R\$)	Total (R\$)
Abril	4.278.399,09	5.716.798,18	2.840.000,00	12.835.197,27
Maio	1.040.372,49	17.525.587,79	6.759.629,34	25.325.589,62
Junho	1.102.858,40	18.578.194,05	3.985.436,79	23.666.489,24
<b>Total</b>	<b>6.421.629,98</b>	<b>41.820.580,02</b>	<b>13.585.066,13</b>	<b>61.827.276,13</b>

Fonte: COAF/Nugin/IGEPPS.

## **6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No segundo semestre de 2024, o mandato do Conselho Estadual de Previdência – CEP foi encerrado no dia 05 de julho de 2024, e o mandato do Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos foi encerrado no dia 21 de junho de 2024.

### **6.1 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO – COINV**

No segundo trimestre de 2024, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou 04 (quatro) reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas e decisões, e participantes.

**Quadro 2:** Reuniões e principais decisões do COINV – 2º trimestre de 2024.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Participantes
24/04/2024	4ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Março/2024.</li> </ul>	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
29/05/2024	5ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Abril/2024.</li> </ul>	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
12/06/2024	6ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>PAE 2024/695358 – Avaliação FIP KINEA EQUITY INFRA I FEEDER INSTITUCIONAL I.</li> </ul>	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.
26/06/2024	7ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS – Maio/2024.</li> </ul>	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Presidente do Comitê de Investimentos (Membro Titular); Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Carolina Scapin Martins – Membro do Comitê de Investimentos.

**Fonte:** GAPRE/IGEPPS.

## 7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

### 7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento e a valorização do capital humano são os pilares fundamentais para a gestão efetiva de pessoas. No entanto, é essencial salientar os componentes que contribuem para uma atuação estratégica e eficiente. Estes incluem: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Estes cinco elementos orientam as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - a CODP.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas é responsável por gerenciar e avaliar as ações de desenvolvimento de pessoal, alinhadas à estratégia da Instituição. Além disso, seleciona um representante institucional da área de recursos humanos para agir como Agente de Desenvolvimento e Capacitação na aplicação de programas de treinamento no Instituto e na Escola de Governança Pública do Pará – EGPA, e coordena projetos de gestão de pessoas com outras entidades.

Assim, no segundo trimestre de 2024, as atividades da CODP desempenharam um papel crucial no aprimoramento das habilidades e competências dos colaboradores. Para tanto, a gestão de pessoal do IGEPPS subdivide-se em: movimentação e registro, capacitação e treinamento e qualidade de vida.

#### 7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

No segundo trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

**Tabela 70:** Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 2º trimestre de 2024.

Situação Funcional	Quantitativo			
	Abril	Mai	Junho	Total
Efetivo	100	97	97	97
Temporários	109	109	108	108
Cedidos	10	10	10	10
Comissionados	37	36	35	35
Disposição DPSM	2	3	3	3
Estagiários	55	55	58	58
<b>Total</b>	<b>313</b>	<b>310</b>	<b>311</b>	<b>311</b>

**Fonte:** CODP/IGEPPS.

Houve uma redução no número de servidores efetivos devido à nomeação de alguns servidores para outros órgãos. Em relação ao quadro de pessoal com vínculo temporário, observou-se uma variação pequena de um servidor. em comparação ao primeiro trimestre, houve pequenas variações.

### 7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores

No segundo trimestre, observou-se um aumento significativo na capacitação dos colaboradores, impulsionado pelo Congresso ABIPEM e pela busca ativa dos setores para qualificar suas equipes.

Em abril, foram capacitados 30 servidores. Em maio, o número foi de 26 servidores. No entanto, o mês de junho registrou um incremento notável, com a capacitação de 414 servidores. Esse aumento expressivo deve-se principalmente à realização do Congresso ABIPEM e a uma capacitação *in-company*, que juntos contribuíram para o maior número de capacitações do trimestre.

### 7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das atribuições da CODP, não somente da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é programar e executar ações relacionadas à saúde e qualidade de vida no trabalho, medicina preventiva, segurança no trabalho, educação ambiental, responsabilidade social e à democratização das relações de trabalho, o que, conseqüentemente, gera a maior integração entre os servidores.

No que tange o Projeto de Saúde e Bem-estar, o objetivo é atenção à saúde física e mental, no intuito de prevenção de doenças, assim como aprimorar as relações sociais e interpessoais dos servidores, tanto no ambiente familiar como no trabalho e, sendo assim, promovemos as seguintes ações:

- a) **Ginástica Laboral e Meditação:** ação visa aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-o melhor para o trabalho e prevenindo lesões e desconfortos relacionados ao ambiente laboral.

**Figura 1:** Ginástica Laboral.



Fonte: CODP/IGEPPS.

**b) Feira do Produtor:** ação mensal, que acontece desde 2015, a qual possibilita que pequenos produtores levem ao Instituto os produtos naturais que produzem, seja legumes, frutas, comidas regionais entre outros. Com intuito de incentivar e promover os pequenos negócios de empreendedoras autônomas, como artesanatos e produtos personalizados.

A feira não apenas fortalece a conexão entre os produtores e a comunidade, mas também oferece aos visitantes a chance de adquirir produtos frescos e de alta qualidade, cultivados com práticas respeitadas ao meio ambiente. Ao longo dos anos, a Feira do Produtor tem se consolidado como um ponto de encontro importante, fomentando a valorização dos produtos locais e estimulando a interação entre os envolvidos no setor agrícola e a comunidade.

**Figura 2:** Feira do Produtor.



Fonte: CODP/IGEPSS.

**c) Feira do Empreendedor:** com o crescimento da feira em nosso Instituto e com o objetivo de manter nosso compromisso de oferecer produtos naturais aos servidores, decidimos criar a Feira do Empreendedor. Esta feira proporciona aos pequenos empreendedores a oportunidade de expor e vender seus produtos na nossa feirinha. A Feira do Empreendedor ocorrerá duas vezes por semestre, ampliando as opções disponíveis para nossos colaboradores e apoiando o empreendedorismo local.

**Figura 3:** Feira do Empreendedor.



Fonte: CODP/IGEPPS.

**d) Dia das Mães** - o evento foi realizado no dia 09 de maio de 2024, no Auditório do IGEPPS, com o objetivo de homenagear as mães com uma apresentação especial que incluiu fotos e vídeos de seus filhos. O evento, que foi de grande porte, contou com a presença do presidente e incluiu a entrega de brindes para todas as participantes.

**Figura 4:** Dia das Mães.



Fonte: CODP/IGEPPS.

**e) Doação de Sangue:** ação em parceria com o SESPÁ e o Hemopa, foi realizada no dia 24 de junho de 2024. Com o objetivo de conscientizar sobre a importância da doação de sangue. O evento contou com a participação de vários servidores que aderiram à campanha. A ação teve como foco não apenas a promoção da doação, mas também o agradecimento aos doadores pelo seu gesto solidário e essencial para a saúde.

**Figura 5:** Dia da Ação de Doação de Sangue.



Fonte: CODP/IGEPPS.

## 7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

O valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente ao segundo trimestre de 2024, está descrito abaixo.

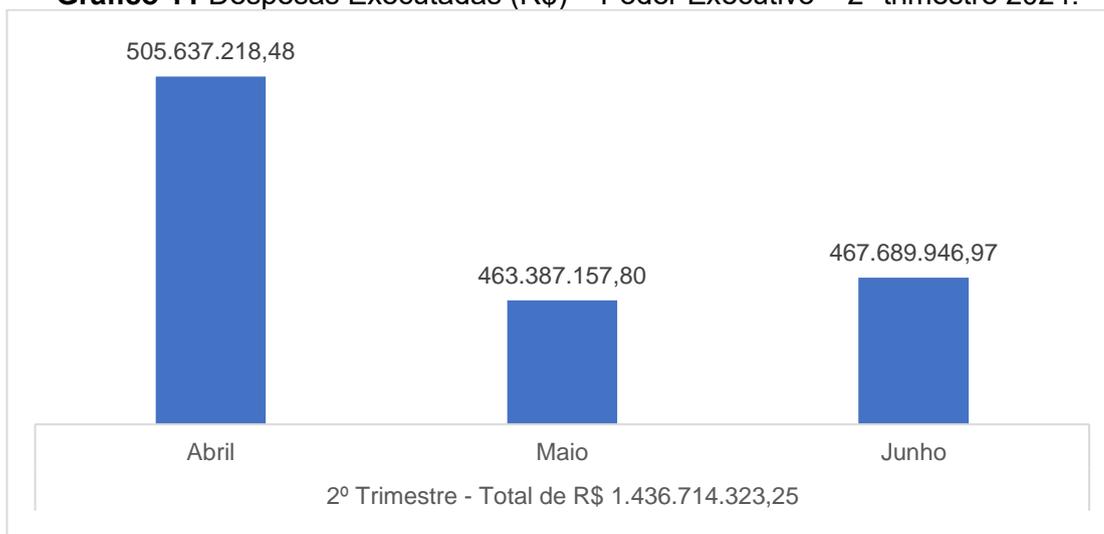
**Tabela 71:** Comparativo de Despesas Executadas – Poder Executivo – 2º trimestre 2024.

Comparativo Despesas Executadas (R\$) - Poder Executivo					
UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
840201	IGEPPS	20.953.205,96	24.378.970,70	23.737.175,91	69.069.352,57
840202	Finanprev	269.574.580,21	264.377.471,58	269.566.570,99	803.518.622,78
840203	Funprev	41.855.759,85	52.120,51	76.604,51	41.984.484,87
840240	SPSM	170.567.142,32	172.435.790,64	172.942.292,65	515.945.225,61
840250	Encargos IGEPPS	2.686.530,14	2.142.804,37	1.367.302,91	6.196.637,42
<b>Total</b>		<b>505.637.218,48</b>	<b>463.387.157,80</b>	<b>467.689.946,97</b>	<b>1.436.714.323,25</b>
<b>(%) - Despesa Realizada</b>		<b>6%</b>	<b>-8,36%</b>	<b>0,93%</b>	<b>2,77%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

No segundo trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 2,77%, sobre o montante executado em janeiro a março.

**Gráfico 11** Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

### 7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas executadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao segundo trimestre de 2024, descrito na tabela abaixo.

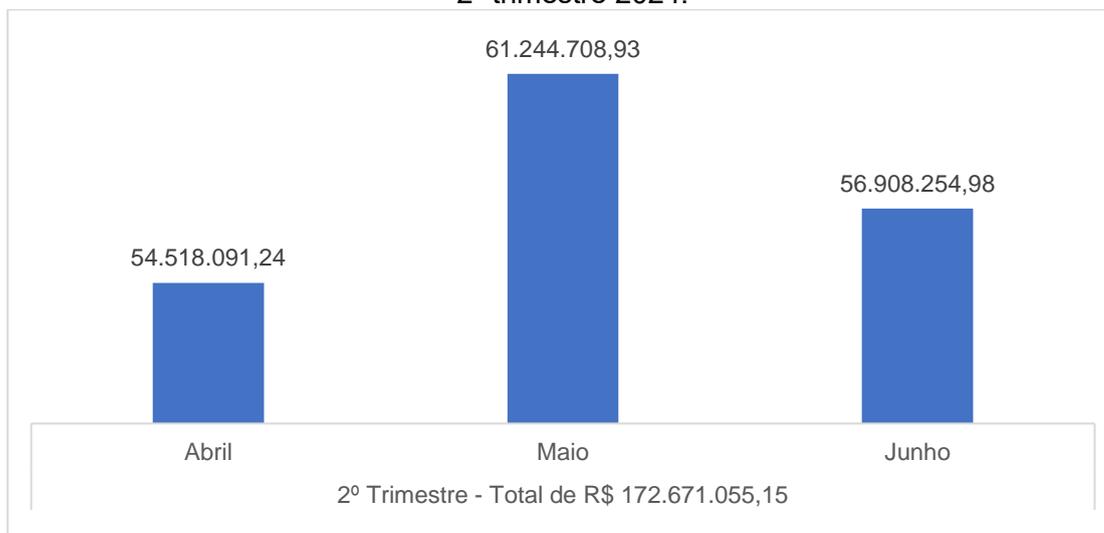
**Tabela 72:** Comparativo de Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 2º trimestre 2024.

UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
840220	Defensoria Fundo Financeiro	4.970.017,95	4.946.416,88	5.008.093,56	14.924.528,39
840230	Defensoria Fundo Previdenciário	-	-	-	-
840221	ALEPA Fundo Financeiro	5.921.761,60	6.271.930,96	6.326.015,00	18.519.707,56
840222	TCE Fundo Financeiro	5.175.267,11	5.053.951,63	5.227.442,83	15.456.661,57
840232	TCE Fundo Previdenciário	4411,49	4.411,49	4.550,02	13.373,00
840223	TCM Fundo Financeiro	2509243,74	2.488.253,00	2.632.958,53	7.630.455,27
840224	TJE Fundo Financeiro	22.489.918,90	23.866.093,79	19.066.796,29	65.422.808,98
840234	TJE Fundo Previdenciário	7.263,07	7.263,07	7.263,07	21.789,21
840226	M.P Fundo Financeiro	12.229.144,40	17.827.907,15	17.555.853,26	47.612.904,81
840227	MPC Fundo Financeiro	1030558,56	597.976,54	896.964,79	2.525.499,89
840237	MPC Fundo Previdenciário	3626,42	3626,42	5.439,63	12.692,47
840228	MPTCM Fundo Financeiro	176.878,00	176.878,00	176.878,00	530.634,00
<b>Total</b>		<b>54.518.091,24</b>	<b>61.244.708,93</b>	<b>56.908.254,98</b>	<b>172.671.055,15</b>
<b>Variações (%) – Despesa Realizada</b>		<b>-2,52%</b>	<b>12,34%</b>	<b>-7,08%</b>	<b>17,48</b>

Fonte: SIAFE/IGEPPS.

No segundo trimestre de 2024, houve um decréscimo no percentual de -2,52% em abril, sobre o montante executado em março e um aumento de 12,34% em maio e decréscimo de -7,08 em junho, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

**Gráfico 12:** Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre 2024.



**Fonte:** SIAFE/IGEPSS.

No ano segundo trimestre, houve acréscimo no percentual de 17,48%, sobre o montante executado no primeiro trimestre, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

### 7.2.3 Todos os Poderes

A tabela abaixo, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao segundo trimestre de 2024; bem como o percentual de variação do período discriminado.

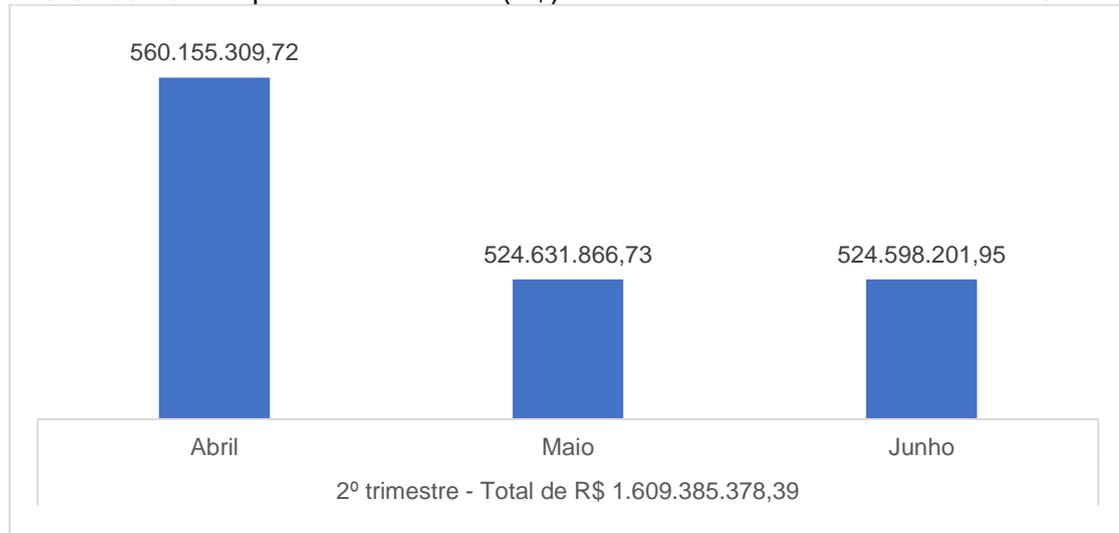
**Tabela 73:** Comparativo Geral de Despesas – Poder Executivo x Poderes Legislativo e Judiciário (R\$) – 2º trimestre 2024.

UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Executivo	IGEPSS	505.637.218,48	463.387.157,80	467.689.946,97	3.218.770.756,79
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/TCM/TJE/MP/MPC/MPTCM	54.518.091,24	61.244.708,93	56.908.254,98	1.782.056.433,54
<b>Total</b>		<b>560.155.309,72</b>	<b>524.631.866,73</b>	<b>524.598.201,95</b>	<b>1.609.385.378,39</b>
<b>Variações (%) – Despesa Realizada</b>		<b>5,14%</b>	<b>-6,34%</b>	<b>-0,01%</b>	<b>4,17%</b>

**Fonte:** SIAFE - relativos à Despesa Realizada/IGEPSS.

No segundo trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 5,14% em abril, sobre o montante executado em março e um decréscimo de -6,34% em maio em relação ao mês anterior, e um decréscimo de -0,01% em junho com dados fechados no trimestre; de acordo com as demandas setoriais.

**Gráfico 13:** Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

#### **7.2.4 Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário**

Os valores executados abaixo descritos abrangem as Fontes das Despesas, das UG's **840202** (Finanprev - Poder Executivo), **840240** (SPSM), **840250** (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao semestre trimestre de 2024.

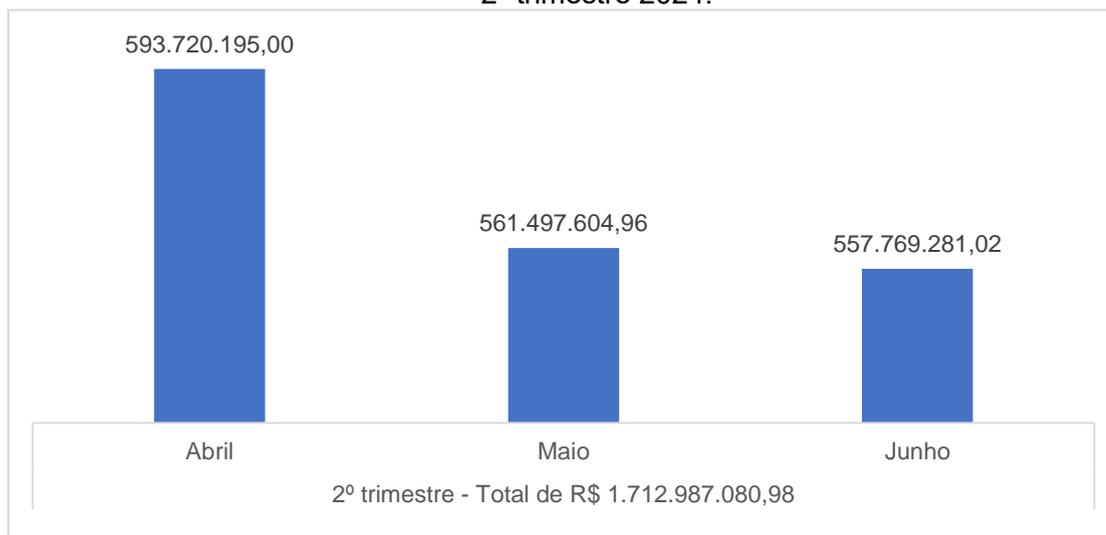
**Tabela 74:** Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário Executado (R\$) – 2º trimestre 2024.

Fonte	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
101	Recursos Ordinários	192.543.281,31	219.209.591,37	204.072.887,08	<b>615.825.759,76</b>
196	Outros Recursos Vinculados	-	-	-	-
254	Recur. Prop. Fundo Finan.Prev.Est.Para-Servidor	289.133.143,90	264.545.432,39	278.901.397,53	<b>832.579.973,82</b>
258	Rec. Prop. Fundo Financ. Prev. Est. Para-Patronal	-	-	-	-
261	Rec. Prop. Diretamente Arrec. pela Adm. Indireta	-	-	-	-
287	Rec Vinc RPPS-Fundo Capital. (Plano Previdenciário)	41871060,83	-	-	<b>41.871.060,83</b>
290	Rec. do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	68.475.411,36	70.484.772,74	70.486.519,95	<b>209.446.704,05</b>
301	Recursos Ordinários	-	-	-	-
654	Recur. Prop. Fundo Finan. Prev. Est. Para-servidor	-	-	-	-
658	Rec. Prop. Fundo Financ. Prev. Est. Para-patronal	1.697.297,60	7.257.808,46	4.308.476,46	<b>13.263.582,52</b>
661	Rec. Prop. Diretamente Arrec. pela Adm. Indireta	-	-	-	-
687	FUNPREV- Taxa Administração	-	-	-	-
690	Rec.do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>593.720.195,00</b>	<b>561.497.604,96</b>	<b>557.769.281,02</b>	<b>1.712.987.080,98</b>
<b>Variações (%) - (Autorizado x Executado)</b>		<b>4,36%</b>	<b>-5,43%</b>	<b>-0,66%</b>	<b>4,34%</b>

Fonte: SIAFE/IGEPPS.

No segundo trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 4,36% em abril, sobre o montante executado em março e um decréscimo de -5,43% em maio em relação ao mês anterior, e um decréscimo de -0,66% em junho, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

**Gráfico 14:** Despesas do Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

### 7.2.5 Despesas Executadas nos Programas do IGEPPS

As tabelas abaixo apresentam os demonstrativos de despesas internas do IGEPPS/PA (UG 840201), discriminadas por Programas e por Elemento da Despesa; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao segundo trimestre de 2024.

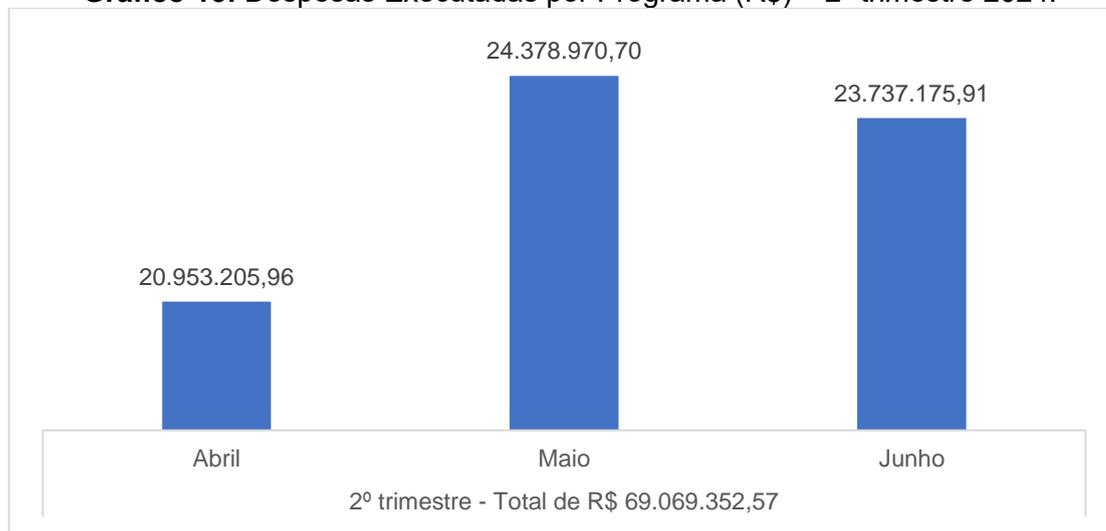
**Tabela 75:** Demonstrativos de Despesas Executadas por Programa - IGEPPS – 2º trimestre 2024.

Fonte	Descrição	Valores executados (R\$)			
		Abril	Maio	Junho	Total
1201	Valorização do Servidor Público	-	-	-	-
1297	Manutenção da Gestão	18.294.900,19	20.406.891,37	19.995.561,19	58.697.352,75
1369	Seguridade Social do Servidor Público Estadual	-	-	-	-
1377	Tecnologia da Informação e Comunicação	-	-	-	-
1424	Governança para Resultados	-	-	-	-
1500	Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	-	-	-	-
1508	Governança Pública (1424)	2.658.305,77	3.972.079,33	3.741.614,72	10.371.999,82
<b>Total</b>		<b>759.665,94</b>	<b>20.953.205,96</b>	<b>24.378.970,70</b>	<b>23.737.175,91</b>
<b>Variações (%) - (Autorizado x Executado)</b>		<b>5,89%</b>	<b>16,35%</b>	<b>-2,63%</b>	<b>37,70%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No segundo trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 5,89% em abril, sobre o montante executado em março e um acréscimo de 16,35% em maio, e decréscimo de -2,63% em junho, em relação ao mês anterior, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

**Gráfico 15:** Despesas Executadas por Programa (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS

**Tabela 76:** Demonstrativos de Valores Executados por Despesa (R\$) - 2º trimestre 2024.

Continuação

Despesa	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
319004	Contratação por tempo determinado	911.940,12	917.205,92	897.159,98	2.726.306,02
319007	Contribui a entidades fechadas de previdência	1.861,56	1.707,06	1.711,65	5.280,27
319011	Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	1.106.124,65	1.089.871,21	1.146.062,49	3.342.058,35
319012	Vencimentos e vantagens fixas - Pes. Militar	9.156,91	12.198,14	12.407,88	33.762,93
319013	Obrigações patronais	557,00	217.124,67	216.522,17	434.203,84
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	853,20	853,20	841,20	2.547,60
319091	Sentenças judiciais	-	-	-	-
319092	Despesas de exercícios anteriores	-	-	1.044,36	1.044,36
319094	Indenizações e restituições trabalhistas	-	-	-	-
319113	Obrigações patronais - Op.Intra-Orçamentárias	402.470,53	139.831,41	274.381,24	816.683,18
339005	Outros benefícios previdenciários	-	-	-	-
330000	Outras despesas correntes	-	-	-	-
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	62,04	2.886,04	1.474,04	4.422,12

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

**Tabela 76:** Demonstrativos de Valores Executados por Despesa (R\$) - 2º trimestre 2024.

Conclusão

Despesa	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
339014	Diárias - civil	108.175,02	194.395,99	138.387,29	440.958,30
339015	Diárias - militar	42.057,03	27.541,43	34.847,36	104.445,82
339030	Material de consumo	49.414,04	48.070,49	43.792,50	141.277,03
339031	Premiaculturartistcientifdespor te outras	-	-	-	-
339033	Passagens e despesas com locomção	398.503,97	402.804,55	194.123,29	95.431,81
339035	Serviços de consultoria	524.251,02	1.824.553,68	1.229.948,99	3.578.753,69
339036	Outros serviços de terceiros - Pessoa física	39.994,45	39.851,33	38.464,77	118.310,55
339037	Locação de mão-de-obra	299.752,86	6.031.679,64	3.364.216,31	9.695.648,81
339039	Outros serviços de terceiros- Pessoa jurídica	3.128.511,37	3.807.003,75	5.399.178,80	12.334.693,92
339040	Serv.de tecno.da infor.e comun.-Pes Juridica	10.707.694,23	6.019.993,94	6.951.675,70	3.679.363,87
339046	Auxílio-alimentação	378.590,94	375.409,09	378.548,19	1.132.548,22
339047	Obrigações tributarias e contributivas	55,38	7.856,64	-	7.912,02
339049	Auxílio-transporte	7.363,35	8.598,33	8.360,25	24.321,93
339091	Sentenças judiciais	-	-	-	-
339092	Despesas de exercícios anteriores	337.139,04	4.485,96	-	41.625,00
339093	Indenizações e restituições	-	150,00	-	150,00
339139	Outros serv. Terc. Pj-op.intra orçamentária	44.832,40	-	-	44.832,40
339140	Serv.de tecno.da infor.e comun.-Pes. jurídica	-	-	-	-
339192	Despesas de exercícios anteriores	-	11.814,94	11.612,85	23.427,79
449039	Outros serviços de terceiros- Pessoa jurídica	881.001,82	-	-	881.001,8
449040	Serv.de tecno.da infor.e comun.-Pes Juridica	1.571.508,10	3.121.332,07	3.354.650,80	8.047.490,97
449052	Equipamentos e material permanente	-	-	-	-
449092	Despesas de exercícios anteriores	1.334,93	71.751,22	37.763,80	110.849,95
<b>Total</b>		<b>20.953.205,96</b>	<b>24.378.970,70</b>	<b>3.737.175,91</b>	<b>69.069.352,57</b>
<b>Variações (%)</b>		<b>5,89%</b>	<b>16,35%</b>	<b>-2,63%</b>	<b>37,70%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

### 7.2.6 Requisições de Pequeno Valor

Os valores executados no segundo trimestre 2024, descrito na tabela abaixo, abrangem a UG 840202 (Finanprev - Poder Executivo) e o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado.

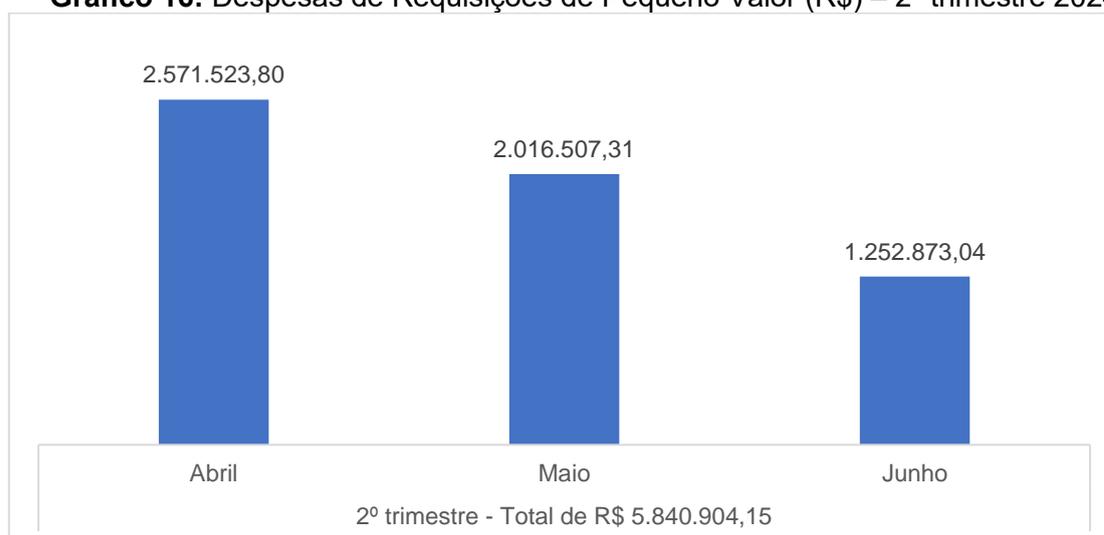
**Tabela 77:** Comparativo do Executado de RPV's por Projeto/Atividades – 2º trimestre 2024.

Código	Cód. Sub.-Elem. Despesa	Nome. Sub - Elem. Despesa Sentenças	Projeto Atividade - Encargos com Débitos Precatórios (R\$)			
			Abril	Maio	Junho	Total
9010	31909106	Sent. Jud. Peq. - ativos civis	-	-	-	-
	31909291	Sent. Judiciais (DEA)	1.900.189,56	1.358.096,03	519.395,30	3.777.680,89
	31909109	Sent. Jud. Peq Valor-Inat/pens civis	452.415,18	177.910,10	687.898,57	1.318.223,85
	31909110	Sent. Jud. Peq. VLR Inat pens.mil	218.919,06	480.501,18	45.579,17	744.999,41
<b>Total</b>			<b>2.571.523,80</b>	<b>2.016.507,31</b>	<b>1.252.873,04</b>	<b>5.840.904,15</b>
<b>Variações (%) - (Autorizado x Executado)</b>			<b>101,72%</b>	<b>-21,58%</b>	<b>-37,87%</b>	<b>358,18%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

Em fevereiro de 2024, foi criada a UG 840250 (encargos IGEPPS) vinculada à Fonte 180 - Funprev - Taxa Administração para a executar as Despesas com RPV's. No segundo trimestre, houve acréscimo no percentual de 358,18% em relação ao primeiro trimestre, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

**Gráfico 16:** Despesas de Requisições de Pequeno Valor (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

### 7.2.7 Auxílio Funeral

Os valores executados abaixo descritos na tabela abaixo, abrangem a UG 840201 (IGEPPS - Poder Executivo); bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado, no segundo trimestre de 2024.

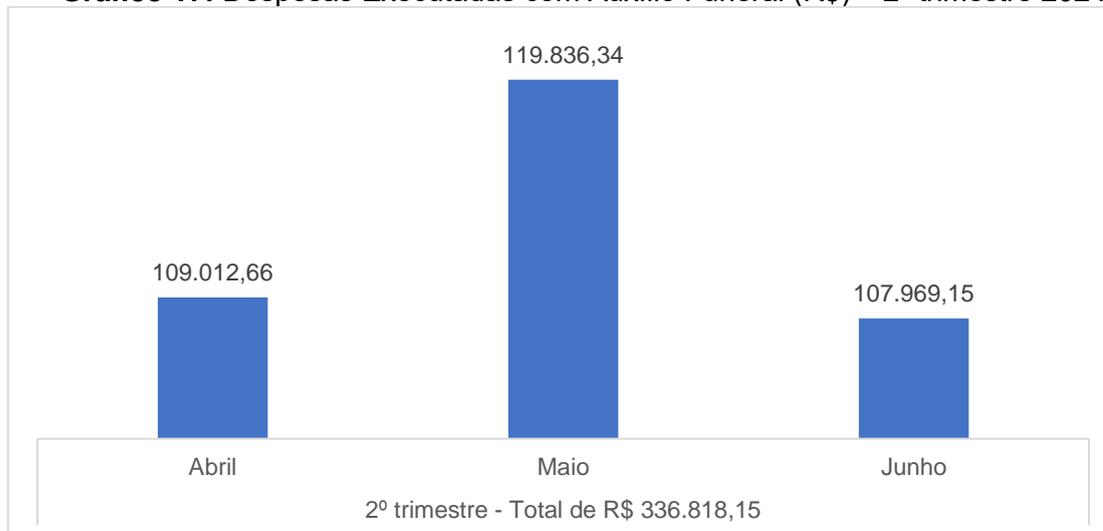
**Tabela 78:** Demonstrativo de Despesas Executadas com Auxílio Funeral – 2º trimestre 2024

Cód. Sub- Elem. Despesa	Nome Sub. Elemento de Despesa	Projeto Atividade - Operações das Ações Administrativas			
		Abril	Maio	Junho	Total
<b>Código 8338</b>					
33900854	Auxílio Funeral	106.959,34	119.836,34	-	226.795,68
33909208	Outros Benefícios Assistenciais (DEA)	2.053,32	-	107.969,15	110.022,47
31909106	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	-	-	-	-
31909110	Sentenças Judic. Peq. Vlr- Inat/Pens. Mil	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>109.012,66</b>	<b>119.836,34</b>	<b>107.969,15</b>	<b>336.818,15</b>
<b>Variações (%) - (Autorizado x Executado)</b>		<b>-29,13%</b>	<b>9,93%</b>	<b>-9,90%</b>	<b>118,98%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

As despesas do auxílio funeral são executadas na UG 840250 (Encargos IGEPPS) vinculada à Fonte 180 - Funprev - Taxa Administração. Também, houve acréscimo no percentual de 118,98% em relação ao primeiro trimestre, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais.

**Gráfico 17:** Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

### 7.2.8 Diárias no país

Os valores executados descrito abaixo abrangem as diárias no UG 840201 (IGEPPS), relativamente ao segundo trimestre de 2024. Cumpre esclarecer que, desde o ano de 2016 passaram a ser realizadas alteração de códigos e nomes dos projetos-atividades no sistema SIAFEM, o que justifica algumas alterações.

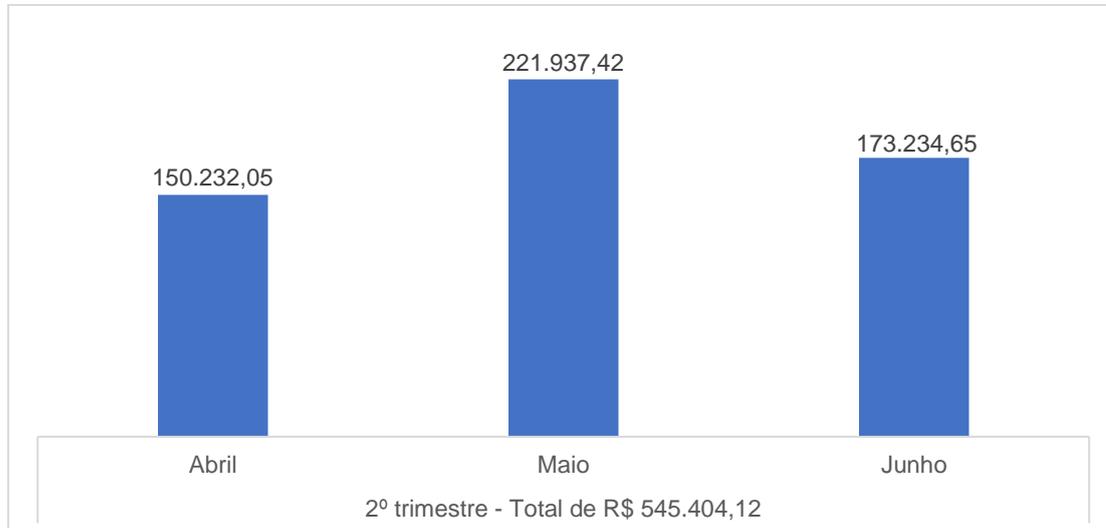
**Tabela 79:** Demonstrativo de Despesas Executadas com Diárias (R\$) – 2º trimestre 2024.

Código	Projeto Atividade	Cód. Sub.- Elem. Despesa	Abril	Maiο	Junho	Total
2245	Capacitação de Servidores Públicos	33901414	64.853,31	136.717,60	91.903,06	293.473,97
2245	Capacitação de Servidores Públicos	33901514	-	-	6.609,42	6.609,42
8498	Gestão Previdenciária do estado	33901414	43.321,71	57.678,39	46.484,23	147.484,33
8498	Gestão Previdenciária do estado	33901514	42.057,03	27.541,43	28.237,94	97.836,40
<b>Total</b>			<b>150.232,05</b>	<b>221.937,42</b>	<b>173.234,65</b>	<b>545.404,12</b>
<b>Variações (%) - (Autorizado x Executado)</b>			<b>2,17%</b>	<b>47,73%</b>	<b>-21,94%</b>	<b>116,34%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

No segundo trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 2,17% em abril, sobre o montante executado em março e um acréscimo de 47,73% em maio em relação ao mês anterior, um decréscimo de -21,94% em junho, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais. Vale frisar que os recursos para o pagamento de diárias são oriundos de recursos próprios do IGEPPS.

**Gráfico 18:** Comparativo de Despesas Executadas por Programa (R\$) - 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/GEPPS.

### 7.2.9 Empresas

No que tange à execução de valores referentes Executados com Empresas no IGEPPS, bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado, no segundo trimestre de 2024, estão descritos na tabela abaixo.

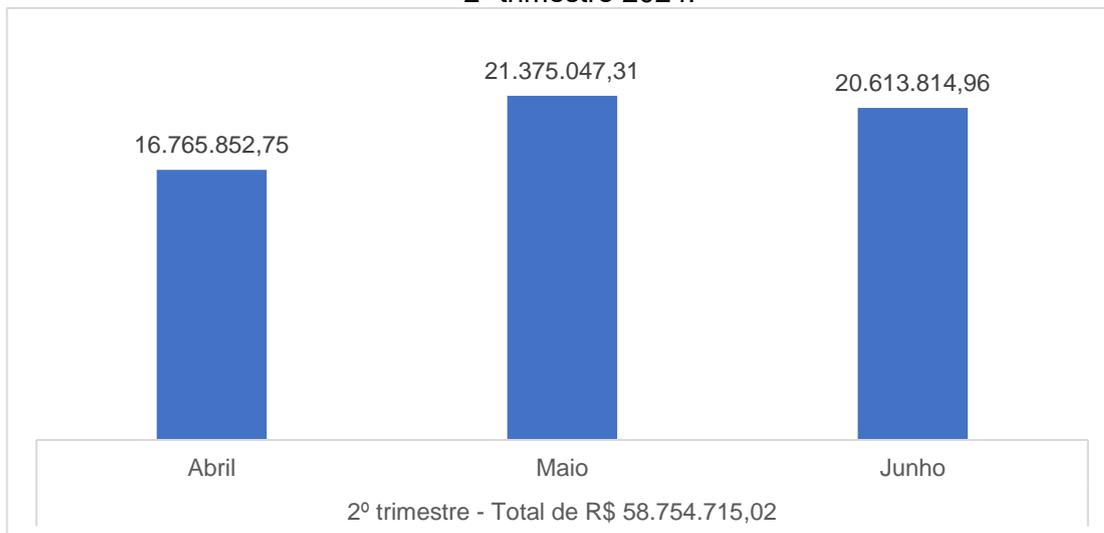
**Tabela 80:** Demonstrativo Valores Executados com Empresas (R\$) – 2º trimestre 2024.

Despesa	Projeto Atividade	Exercício			
		Abril	Maio	Junho	Total
339030	Material de Consumo	49.414,04	48.070,49	43.792,50	141.277,03
339033	Passagens e Desp. Locomoção	398.503,97	402.804,55	194.123,29	995.431,81
339035	Serviços de consultoria	524.251,02	1.824.553,68	1.229.948,99	3.578.753,69
339036	Outros Serviços de Terceiros - PF	39.994,45	39.851,33	38.464,77	118.310,55
339037	Locação de Mão-de-obra	299.752,86	6.031.679,64	3.364.216,31	9.695.648,81
339039	Outros serviços de Terceiros-PJ	3.128.511,37	3.807.003,75	5.399.178,80	12.334.693,92
339040	Serv.de Tec.da Infor.e Com.-PJ	10.707.694,23	6.019.993,94	6.951.675,70	23.679.363,87
339047	Obrigações tributárias e contributivas	55,38	7.856,64	-	7.912,02
339093	Indenizações e restituições	-	150,00	-	150,00
339139	Outros serv. Terc. PJ-Op. Intra Orçamentária	44.832,40	-	-	44.832,40
339140	Serv.de Tec.da Infor. e Com.- PJ	-	-	-	-
449039	Outros Serviços de Terceiros- PJ	1.571.508,10	3.121.332,07	3.354.650,80	8.047.490,97
449040	Serv .de Tecn. de Infor. e Com.- PJ	-	-	-	-
449052	Equipamentos e Material Permanente	1.334,93	71.751,22	37.763,80	110.849,95
<b>Total</b>		<b>16.765.852,75</b>	<b>21.375.047,31</b>	<b>20.613.814,96</b>	<b>58.754.715,02</b>
<b>Variações (%)</b>		<b>0,08%</b>	<b>27,49%</b>	<b>-3,56%</b>	<b>39,95%</b>

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

No segundo trimestre de 2024, houve acréscimo no percentual de 0,08% em abril, sobre o montante executado em março e um acréscimo de 27,49% em maio e decréscimo de -3,56% em junho em relação ao mês anterior, com dados fechados no período; de acordo com as demandas setoriais. A origem dos recursos para o pagamento das empresas é própria do IGEPPS.

**Gráfico 19:** Comparativo Despesas Executadas com Empresas (R\$) – 2º trimestre 2024.



Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

### 7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O IGEPPS, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no segundo trimestre de 2024 em relação aos contratos realizados pelo IGEPPS.

**Tabela 81:** Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS – 2º trimestre de 2024.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Abril	2	0	114
Maio	2	7	107
Junho	3	1	105
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>105</b>

Fonte: COAS/IGEPPS.

Na tabela abaixo tem-se os contratos realizados por modalidade no período de janeiro até março.

**Tabela 82:** Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 2º trimestre de 2024.

Modalidade	Abril	Maio	Junho	Total
Dispensa de Licitação	-	1	1	2
Inexigibilidade	1	2	1	4
Apostilamento	-	-	-	-
Ata de Registro de Preços	-	-	-	-
Termos Aditivos	5	5	6	16
Cooperação Técnica	-	-	-	-
Rescisão	-	7	1	8
Repactuação	-	-	-	-
Pregão Eletrônico	-	1	-	1
Cotação Eletrônica	-	-	-	-
Termo de Convênio	-	-	-	-

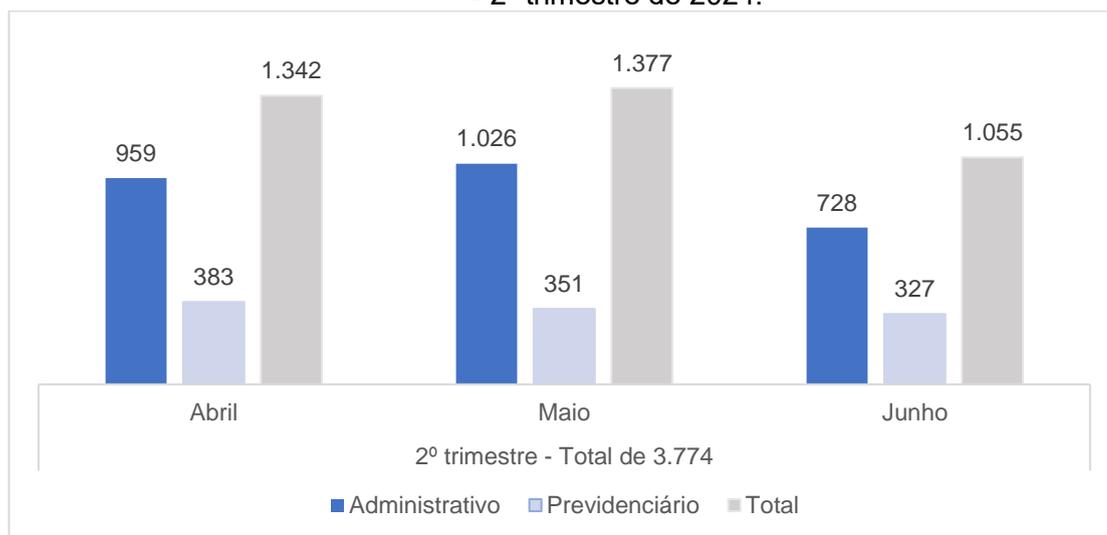
Fonte: COAS/IGEPPS.

### 7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno está dividido em duas áreas de atuação, dada a especificidade das matérias analisadas, cabendo à área previdenciária analisar as concessões de aposentadoria - atividade finalística do IGEPPS, enquanto à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folha de pagamento, diária, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte e funeral.

No segundo trimestre de 2024, foram analisados 3.774 processos, representando um aumento de 1.491 processos em comparação com o primeiro trimestre de 2024, o que equivale a uma taxa de crescimento de 65%. Desses processos, 72% eram de natureza administrativa e 28% eram previdenciários. O gráfico abaixo mostra a variação no quantitativo mensal dos processos administrativos e previdenciários analisados no 2º trimestre de 2024 por este NCI.

**Gráfico 20:** Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados - 2º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

O gráfico mostra os processos do NCI em três categorias ("total", "administrativo" e "previdenciário") de abril a junho de 2024. Em abril, 1.342 processos foram analisados, 71% administrativos e 29% previdenciários. Em maio, o total aumentou para 1.377, com 75% administrativos e 25% previdenciários. Junho viu uma queda de 23% para 1.055 processos, sendo 69% administrativos e 31% previdenciários.

A tabela abaixo mostra que, de abril para maio, houve uma variação positiva nas categorias "total" e "administrativa". No entanto, em junho de 2024, houve uma queda nos processos analisados pelo NCI em todas as áreas. Vale destacar que a área previdenciária apresenta menos volatilidade em comparação à área administrativa.

**Tabela 83:** Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 2º trimestre de 2024.

Mês	Total		Administrativo		Previdenciário	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Abril	1.342	22%	959	8%	383	82%
Maio	1.377	3%	1.026	7%	351	-8%
Junho	1.055	-23%	728	-29%	327	-7%
<b>Total</b>	<b>1.342</b>	<b>22%</b>	<b>959</b>	<b>8%</b>	<b>383</b>	<b>82%</b>

Fonte: NCI/IGEPPS.

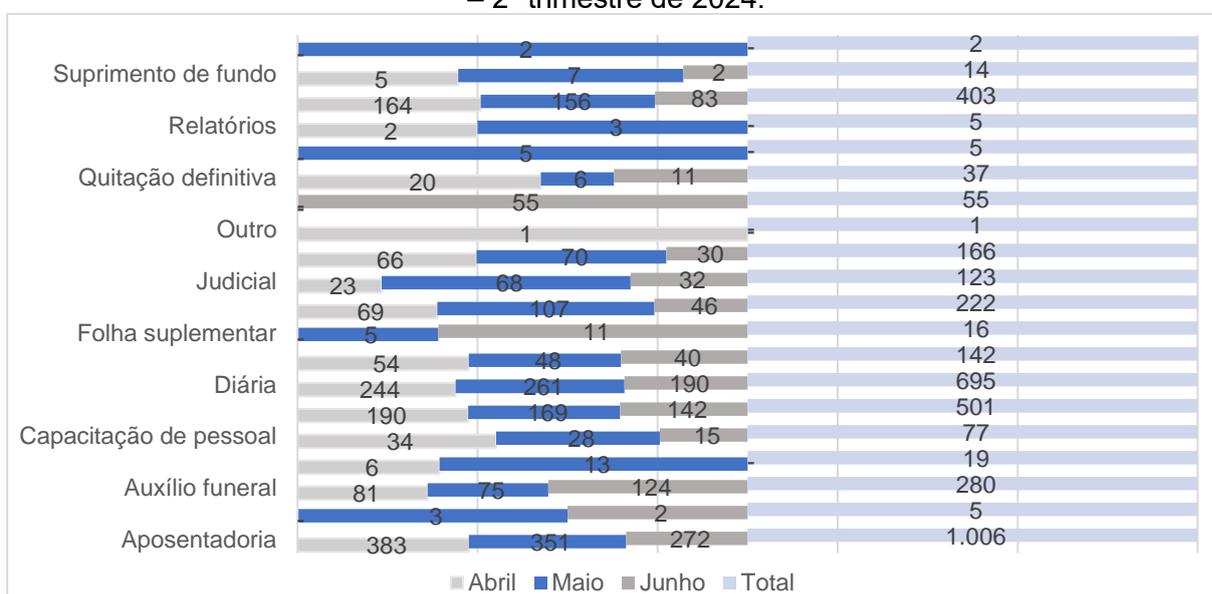
A tabela acima mostra um aumento de 22% nos processos analisados pelo NCI em abril de 2024 em relação ao mês anterior. Esse crescimento se deve a melhorias no SIAFE do Pará e à variação na quantidade de processos de benefícios previdenciários e pagamentos de

## Requisições de Pequeno Valor.

No mês de junho de 2024, este setor analisou 1.055 processos, registrando uma redução de 23% no total de análises do NCI em comparação ao mês anterior. Essa diminuição está relacionada à variação no número de processos referentes à concessão de benefícios previdenciários, ao pagamento de diárias de viagem e aos contratos administrativos do Instituto, refletindo em uma acentuada redução de encaminhamentos a este NCI.

No gráfico a seguir, são apresentadas as diversas categorias de atividades/processos ao longo dos meses de abril, maio e junho de 2024. As categorias estão listadas no eixo vertical, enquanto o eixo horizontal a quantidade de cada atividade/processo realizadas em cada mês.

**Gráfico 21:** Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 2º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGEPPS.

Conforme o gráfico acima, nota-se que, ao longo do segundo trimestre de 2024, os três principais procedimentos analisados por este NCI foram a concessão de aposentadoria, contratos e diárias, correspondendo a 58% do total de trâmites avaliados. Enquanto, categorias como liberação de crédito, judicial e folha de pagamento, mantiveram uma variação mais sutil ao longo dos meses. Os propôs processos de pensão por morte e auxílio-acidente só começaram a ser enviados para este NCI a partir da Ordem de Serviço Nº 001/2024 (PAE nº 2024/664654), atividades como relatórios e recomendações são limitadas a meses específicos, devido à elaboração de relatórios mensais de aposentadoria e trimestrais do Pró-Gestão por este NCI.

No campo previdenciário, destaca-se que, desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação à NCIEssa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente ao Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.A. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de

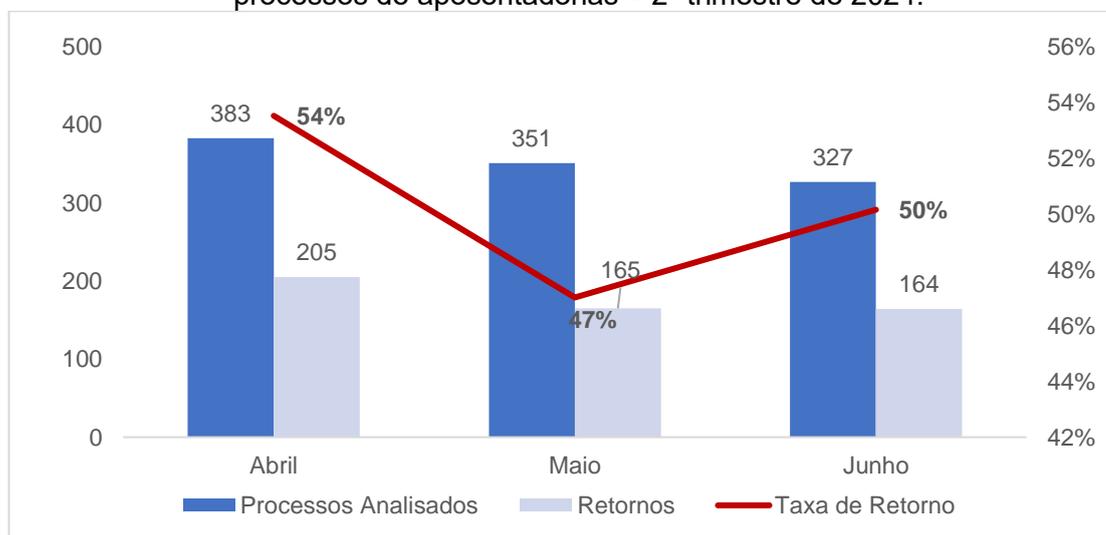
serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas.

Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificados em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional em relação aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidos como inerentes a uma sistemática de controle interno baseada no COSO (*The Comitee of Sponsoring Organizations*).

No 2º trimestre de 2024, a maioria das solicitações ao NCI foram sobre benefícios previdenciários. Em junho de 2024, a Ordem de Serviço N° 001/2024 entrou em vigor, exigindo que todos os processos de concessão e revisão de aposentadorias sejam enviados ao NCI para análise. Porém, apenas os benefícios de civis foram enviados para análise, enquanto os militares ainda não foram submetidos à avaliação do Núcleo.

Diante disso, no segundo trimestre de 2024, foram examinados um total de 1.006 procedimentos de aposentadorias e 55 trâmites de pensão por morte no âmbito previdenciário. A variação nas análises previdenciárias mostra-se que abril teve o maior número de casos analisados (383), seguido por maio (351) e junho (327). Enquanto, observa-se uma taxa de retorno médio de 50%, o que indica que a qualidade ou a natureza dos procedimentos afeta a eficiência das concessões dos trâmites de concessão.

**Gráfico 22:** Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de aposentadorias – 2º trimestre de 2024.

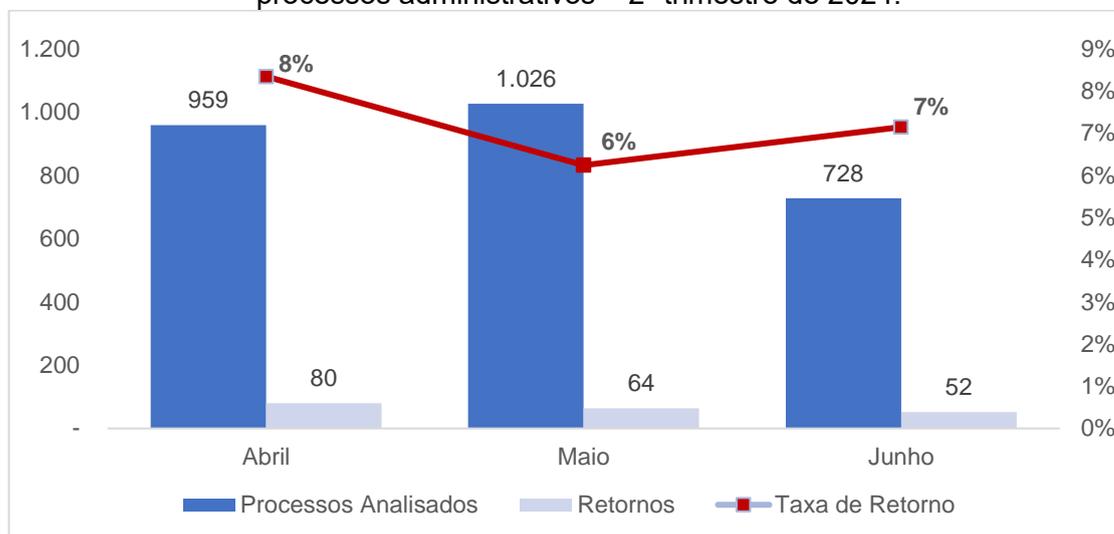


Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH) é de 50% (cinquenta por cento). Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a diversas razões, incluindo discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para

assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

**Gráfico 23:** Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 2º trimestre de 2024.



Fonte: NCI/IGGEPS.

Quanto à esfera administrativa, impede destacar que os retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

## 7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação é responsável por promover, coordenar e controlar a comunicação interna e externa do Instituto, bem como propor e apoiar projetos que aperfeiçoem a gestão do relacionamento com servidores e segurados.

Dentre suas funções está formar relações com os diversos meios de comunicação e mídia, com o objetivo de se tornar fonte de informações de interesse público. Assim como planejar, organizar, executar e sistematizar os trabalhos de cobertura jornalística, realizando o registro fotográfico e audiovisual. As principais atividades são:

- 1- Produção de conteúdo gráfico e audiovisual;
- 2- Produção de notícias;
- 3- Gerenciamento, monitoramento e alimentação das mídias sociais Instagram e Facebook;
- 4- Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo, layout e alimentação do site institucional;
- 5- Desenvolvimento de campanha de comunicação.

### 7.5.1 Produção de Conteúdo Gráfico e Audiovisual

Para apoiar as ações e projetos do IGEPPS tais como: cursos, seminários, palestras, reuniões de alinhamento, entre outras atividades, a Ascom confecciona artes gráficas e audiovisuais. A seguir o balanço do segundo trimestre de 2024 do conteúdo produzido.

**Tabela 84:** Balanço quantitativo do conteúdo gráfico e audiovisual- 2º trimestre de 2024.

Conteúdo	Abril	Mai	Junho	Total
Gráfica	20	16	13	<b>49</b>
Vídeo	1	1	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>51</b>

Fonte: Ascom/IGEPPS.

O quantitativo de produção de artes gráficas evidencia a atuação da Ascom nas campanhas, reforçando o diálogo com os setores nas ações, com suporte de comunicação aos projetos desenvolvidos pelo Instituto, bem como a comunicação mais assertiva com os segurados, o que reflete a média positiva dos conteúdos gráficos produzidos.

### 7.5.2 Produção de Notícia

Ascom cobre todas as ações do Instituto, incluindo o programa de Educação Previdenciária, divulgando-as no site oficial, na Agência Pará e na mídia local. Os cursos e palestras esclarecem os benefícios previdenciários aos segurados.

Além das notícias relacionadas ao programa, também foram publicadas no site oficial do Estado e no site oficial do Instituto, matérias jornalísticas referentes a outras ações desenvolvidas pelo órgão previdenciário.

A seguir, é possível ver o quadro referente às matérias publicadas no site oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do IGEPPS.

**Quadro 3:** Matérias publicadas no site Oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do Instituto – 2ª trimestre de 2024.

Mês	Título da Matéria	Data
Abril	IGEPPS realiza atendimento itinerante no interior paraense	03/04/2024
	Instituto de Gestão Previdenciária promove orientação profissional para jovens pensionistas	19/04/2024
	Instituto de Gestão Previdenciária (IGEPREV) orienta jovens pensionistas no Pará	24/04/2024
Junho	IGEPPS participa de encontro Nacional dos Dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social	25/06/2024
	Vice-governadora defende solidez fiscal e gestão previdenciária na abertura do 57º Congresso Nacional da ABIPEM	26/06/2024
	IGEPPS concede honraria e lança projeto ambiental durante congresso	26/06/2024

Fonte: Ascom/IGEPPS.

No segundo semestre de 2024, o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) participou no encontro Nacional dos Dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social, realizada nos dias de 25 e 26 de junho no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém. O Conselho tem o objetivo de garantir a participação dos representantes de todo o segmento, no estabelecimento das políticas, normas e diretrizes gerais dos regimes públicos de previdência do país. O Ministério da Previdência Social, por meio do Departamento dos Regimes Próprios, coordena o colegiado. A Assessoria de Comunicação acompanhou o evento e produziu material jornalístico para imprensa.

**Figura 6:** Artes gráficas produzidas pela ASCOM.



**Fonte:** Ascom/IGEPPS.

A ASCOM trabalhou na produção do material de divulgação e na cobertura da solenidade de outorga da Medalha do Mérito Previdenciário, realizada no dia 26 de junho, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. A Medalha foi instituída por meio do decreto N° 3.160, de 21 de junho de 2023, com a finalidade de condecorar pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que mereçam o reconhecimento público por contribuições significativas para o fortalecimento do sistema previdenciário paraense e preservação dos valores e princípios tutelados pelo Instituto. Em 2024, 112 personalidades, civis e militares, serão agraciadas com a honraria.

**Figura 7:** Artes gráficas produzidas pela ASCOM.



**Fonte:** Ascom/IGEPPS.

Outra ação de destaque foi o acompanhamento e produção do material jornalístico para a imprensa na realização do maior evento de previdência pública do país, o 57º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), realizado em Belém, de 26 a 28 de junho, no Hangar Centro de Convenções da Amazônia. O IGEPPS apresentou seus principais produtos e serviços em um estande na área central do pavilhão de feiras.

**Figura 8:** Artes gráficas produzidas pela ASCOM.



**Fonte:** Ascom/IGEPPS.

Durante a abertura do 57º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado lançou o Reflorestar, uma grande ação de combate ao desmatamento, que permitirá investimentos no reflorestamento de áreas degradadas na região amazônica. A cada concessão de aposentadoria, pensão por morte, pensão especial, reserva remunerada, reforma “ex officio”, deferimento de abono permanência e de auxílio funeral, três árvores serão plantadas em áreas a serem reflorestadas na região metropolitana de Belém e nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Castanhal, Capanema, Marabá, Santarém e Paragominas, onde estão situadas as agências do IGEPPS. A expectativa é semear 1.518 mudas mensalmente. A ação será realizada em parceria com o Ideflor-bio. A Assessoria de Comunicação o lançamento e produziu material jornalístico para a imprensa.

**Figura 9:** Artes gráficas produzidas pela ASCOM.



**Fonte:** Ascom/IGEPPS.

### 7.5.2 Site

Periodicamente é realizada a atualização do conteúdo no site do IGEPPS, tal como a produção de notícias, mudança de layout e atualização de informações relevantes à transparência pública do RPPS.

**Figura 10:** Sessões na primeira página do site.



**Fonte:** Ascom/IGEPPS.

Figura 11: Sessões na primeira página do site.



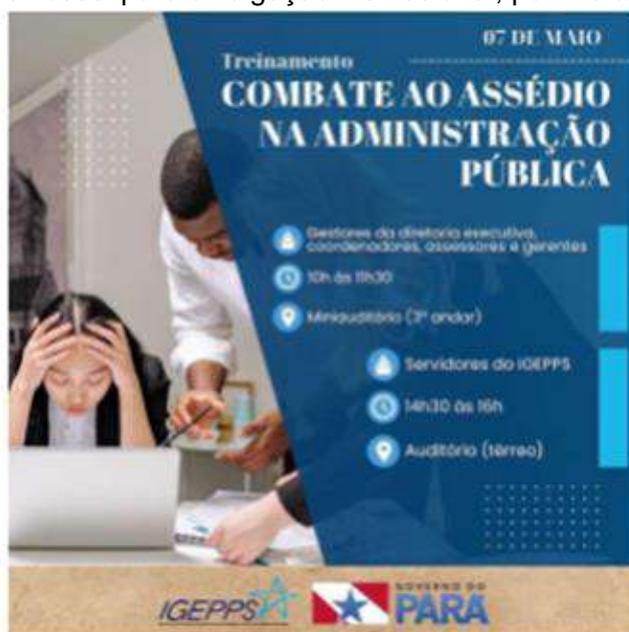
Fonte: Ascom/IGEPPS.

#### 7.5.4 Desenvolvimento de campanha de comunicação.

A Assessoria de Comunicação – ASCOM recebe dos demais setores do Instituto, ou propõe, projetos que demandam campanhas de comunicação para divulgação e promoção. As campanhas de comunicação têm por objetivo dar notoriedade e publicidade às específicas ações desenvolvidas.

ASCOM aporta na execução e divulgação desses projetos, contribuindo com a produção gráfica e audiovisual para divulgação dos projetos, assim como realizando a cobertura jornalística e divulgação nas diversas mídias que a esta Assessoria compete gerenciar. No segundo semestre, foram desenvolvidas ações de grande importância para os servidores e segurados. Em parceria com os setores foram realizadas campanhas para melhorar a qualidade de vida no local de trabalho, como o Treinamento de Combate ao Assédio na Administração Pública.

Figura 12: Carrossel para divulgação institucional, por meio da intranet.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A ASCOM também atuou na divulgação do projeto “Papo Previdenciário”, desenvolvido com o objetivo de orientar servidores ativos prestes a entrarem para aposentadoria, acerca do processo de transição para aposentadoria, viabilizando a compreensão a respeito das regras previdenciárias e seus impactos individuais na vida dos segurados. A ação ocorreu em vários órgãos da administração pública estadual, e agências do IGEPPS pelo interior do Estado.

Figura 13: Papo Previdenciário



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Na criação audiovisual no segundo semestre, a ASCOM deu continuidade ao projeto IGEPPS Saúde, tendo como finalidade contribuir com a saúde e o bem-estar dos segurados da previdência paraense. Especialistas de diversas áreas orientam sobre prevenção e tratamento de doenças.

Figura 14: IGEPPS Saúde.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A ASCOM confeccionou os cards para divulgação nas redes sociais e no site oficial do Instituto, e atuou na produção de panfleto informativo sobre o tema. Destacando a produção do folder informativo para auxiliar servidores no repasse de esclarecimentos aos interessados da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC). A CTC também permite a contagem recíproca de tempo de contribuição para fins de compensação previdenciária. Trata-se de um documento emitido pelo IGEPPS a ex-servidores do Estado para averbação de tempo de contribuição e cálculo de aposentadoria concedida por outro regime de previdência.

Figura 15: Folder Informativo da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC)



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A assessoria de comunicação também divulgou participações do Instituto em campanhas relacionadas à saúde, seguindo um cronograma no qual faz trocas de iluminação do prédio sede, em Belém, fazendo alusão às campanhas de cada mês.

**Figura 16:** Divulgação nas Redes Sociais – Abril Marrom.



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Outra ação relevante desenvolvida pela assessoria de comunicação foi a produção de material para divulgação do Censo Previdenciário 2024, convocando aposentados e pensionistas, civis e militares, com benefícios concedidos até outubro de 2023 para fazer a atualização de dados obrigatória. Foram produzidas novas artes detalhando o prazo e a importância do recenseamento.

**Figura 17:** Divulgação redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Outra ação promovida pela ASCOM foi a atualização da campanha de divulgação da Prova de Vida destinada a mais de 10 mil aposentados e pensionistas, civis e militares, vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que participaram do Censo Previdenciário em 2022. O procedimento está disponível no aplicativo do IGEPPS.

**Figura 18:** Divulgação redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A assessoria de comunicação também deu continuidade à publicidade e a propaganda do IGEPPS Itinerante, com a divulgação do roteiro das unidades móveis pelo interior paraense. O Instituto viabilizou a descentralização dos atendimentos, oferecendo serviços e informações sobre direitos previdenciários para todas as regiões do Estado.

**Figura 19:** Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Figura 20: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

Figura 21: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: Ascom/IGEPPS.

A assessoria de comunicação encerrou o segundo semestre de 2023 atuando na produção das artes gráficas do Censo Previdenciário 2024, que foi prorrogado até o dia 8 de novembro. Segurados que perderem o prazo para o recenseamento

obrigatório, podem ter o benefício suspenso e cancelado.

**Figura 22:** Divulgação no site e redes sociais



**Fonte:** Ascom/IGEPPS.

Esta assessoria finalizou o segundo semestre com êxito na divulgação das ações desenvolvidas pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará.

## 7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O setor contencioso do IGEPPS, responsável por gerir prazos processuais judiciais no Pará, usa o sistema informatizado SISJURI desde 2018 para supervisão e acompanhamento.

O novo sistema implementado tornou a distribuição mais dinâmica, melhorando a eficiência na gestão de prazos processuais na Procuradoria Jurídica. O SISJURI, integrado ao sistema PJE do Tribunal de Justiça do Pará, permite o monitoramento e controle de prazos judiciais.

A distribuição dos feitos se divide em dois tipos de processos que são distribuídos aos procuradores: Juizado Especial e Contencioso. Destaca-se que houve a sugestão para incluir no SISJURI uma opção para que o procurador indique se houve sentença de procedência e improcedência, a fim de aferir o quantitativo de êxito nos processos judiciais que esta CCOS atuou.

Os processos judiciais são distribuídos aos Procuradores Autárquicos com cópia ao Coordenador para elaboração de defesa judicial ou para realizar cumprimento de decisão judicial. O Coordenador distribui os processos entre os Técnicos Previdenciários para auxiliar os Procuradores Autárquicos a darem cumprimento aos prazos judiciais.

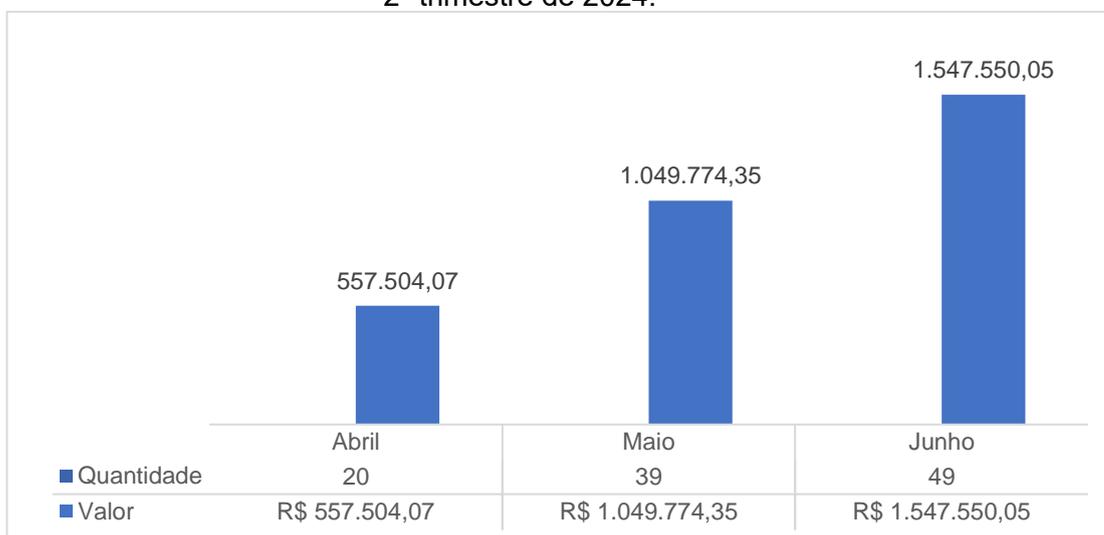
### 7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídico do IGEPPS, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 2º trimestre de 2024, foram analisados 108 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$ 3.154.828,47 (três milhões e cento e cinquenta e quatro mil e oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos), conforme apresentado no Gráfico abaixo.

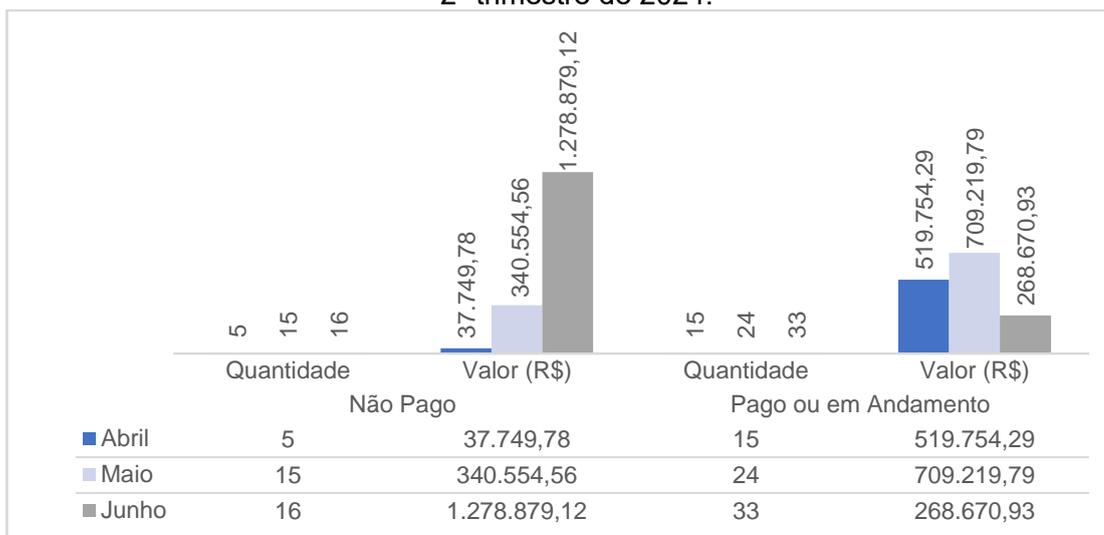
**Gráfico 24:** Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 2º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

No 2º trimestre de 2024, o RPV quantificado no montante de R\$ 1.497.645,01 (um milhão e quatrocentos e noventa e sete mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e um centavo) foram pagos ou estão em andamento. Por outro lado, a RPV no montante de R\$ 1.657.183,46 (um milhão e seiscentos e cinquenta e sete mil e cento e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos) ainda não foram pagos, representando apenas 17% em termos de valores do RPV.

**Gráfico 25:** Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 2º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

### 7.6.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador e “Outros”.

No total, para o 2º trimestre de 2024 foram realizados os cálculos de 332 processos, a maior parte referente ao tema outros que representou 51% da demanda do setor. Apesar do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

**Tabela 85:** Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação  
– 2º trimestre de 2024

<b>Modalidade</b>	<b>Abril</b>	<b>Mai</b>	<b>Junho</b>	<b>Total</b>
Lei nº 7.807	1	-	-	1
Lei nº 8.229	1	-	-	1
Cálculo contador	30	43	36	109
Outros	45	50	74	169
Pensão por morte	7	7	13	27
Piso salarial	8	7	9	24
RPV	1	-	-	1
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>107</b>	<b>132</b>	<b>332</b>

Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o IGGEPS reconheceu a quantia devida de 19.432.870,38 (dezenove milhões e quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta reais e trinta e oito centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será considerado como Valor Devido (Calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do IGEPPS compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

Para o 2º trimestre de 2024, em termos aproximados, registrou-se os seguintes valores: R\$ 22.690.560,5 (vinte e dois milhões, seiscentos e noventa mil, quinhentos e sessenta reais e cinco centavos) de valor executado; 19.432.870,38 (dezenove milhões e quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta reais e trinta e oito centavos) de valor calculado e R\$ 7.620.691,75 (sete milhões, seiscentos e vinte mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) de Excesso. Na tabela a seguir, estão apresentados o detalhamento dos valores executados.

Em suma, esses valores foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do IGEPPS se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

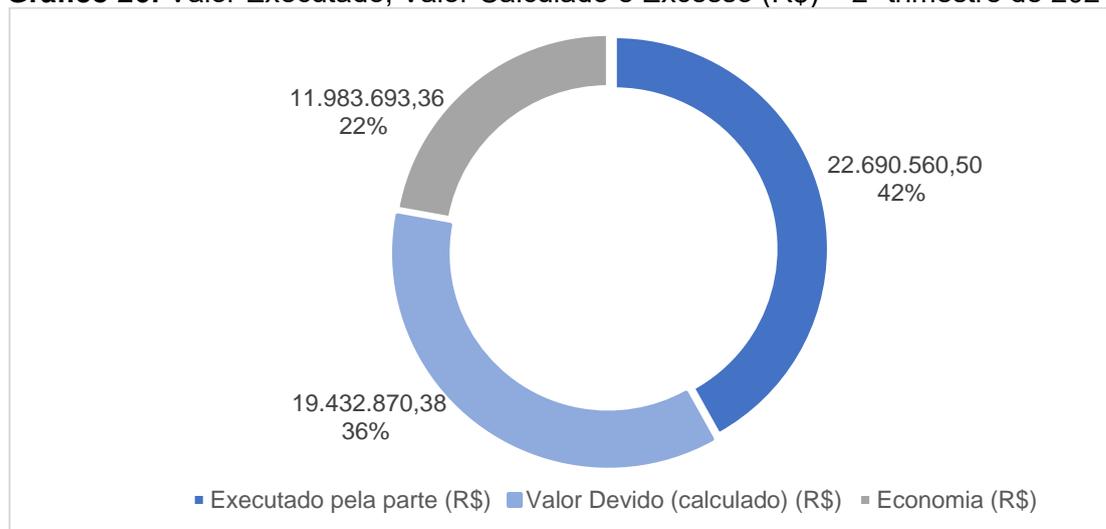
**Tabela 86:** Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 2º trimestre de 2024.

Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Abril	Lei nº 7.807	564.800,00	1.705.040,60	-
	Lei nº 8.229	251.647,57	276.180,59	-
	Cálculo contador	1.284.630,50	1.209.445,00	100.967,64
	Outros	4.358.083,03	4.740.996,14	647.405,70
	Pensão por morte	1.473.190,11	818.331,02	696.165,04
	Piso salarial	370.233,50	600.597,04	35.159,03
	<b>Total</b>	<b>8.302.584,71</b>	<b>9.350.590,39</b>	<b>1.479.697,41</b>
Maio	Cálculo contador	1.749.251,84	2.912.692,18	8,90
	Outros	3.269.247,83	1.473.695,94	2.000.630,55
	Pensão por morte	4.004.657,31	1.807.025,39	2.360.272,50
	Piso salarial	42.656,50	50.218,86	-
	<b>Total</b>	<b>9.065.813,48</b>	<b>6.243.632,37</b>	<b>4.360.911,95</b>
Junho	Cálculo contador	313.421,15	349.998,32	1.266,14
	Outros	2.418.243,90	1.701.846,18	784.645,55
	Pensão por morte	2.305.328,05	1.398.924,30	988.808,73
	Piso salarial	285.169,21	387.878,82	5.361,96
	<b>Total</b>	<b>5.322.162,31</b>	<b>3.838.647,62</b>	<b>1.780.082,38</b>
<b>Total Geral</b>		<b>22.690.560,50</b>	<b>19.432.870,37</b>	<b>7.620.691,75</b>

Fonte: CEEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar uma diferença aproximada R\$ 7,6 milhões, 15% do valor executado entre os valores apresentados pelo exequente e valores calculados pelo IGEPPS, tal valor se converte em economia para o instituto, considerando que deixará de ser pago ao requerente por meio da impugnação do cálculo apresentado.

**Gráfico 26:** Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 2º trimestre de 2024.



Fonte: CEEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Entretanto a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se referem apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado, é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução, portanto temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

**Tabela 87:** Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 2º trimestre de 2024.

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
Abril	8.302.584,71	9.350.590,39	4.007.400,50
Maio	9.065.813,48	6.243.632,37	5.899.642,79
Junho	5.322.162,31	3.838.647,62	2.076.650,07
<b>Total</b>	<b>22.690.560,50</b>	<b>19.432.870,38</b>	<b>11.983.693,36</b>

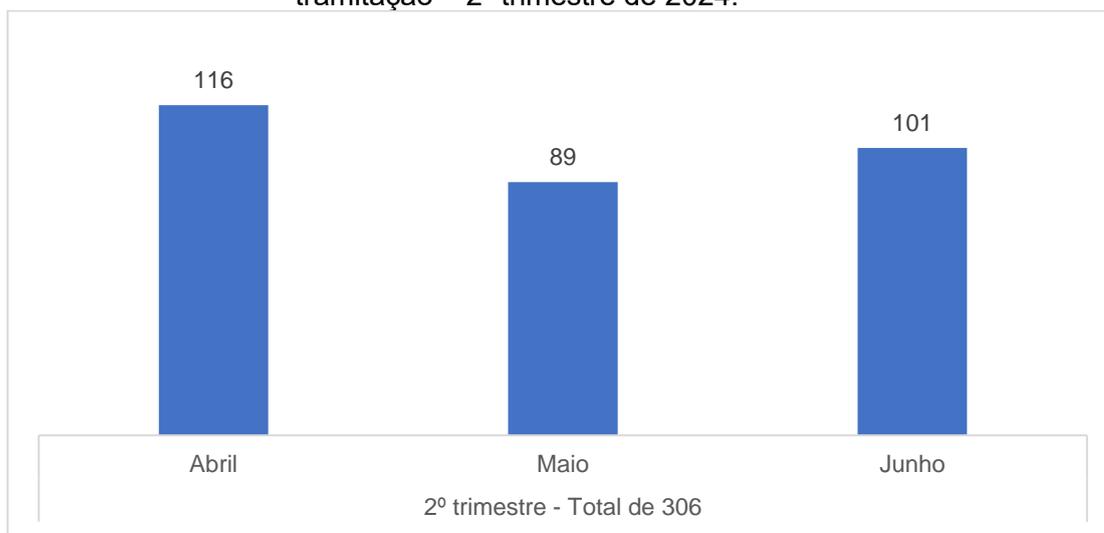
Fonte: CEEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

Portanto, no 2º trimestre de 2024 houve economia ao instituto no valor de R\$ 11.983.693,36 (onze milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

### 7.6.3 Recuperação de Crédito

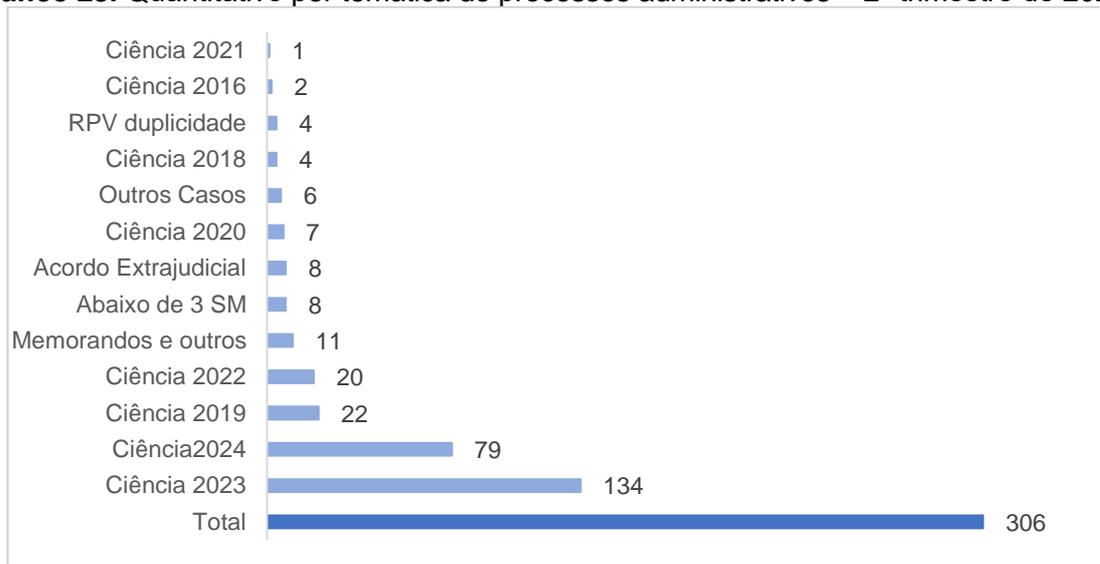
O Núcleo de Recuperação de Créditos (NRC) está subordinado diretamente à Coordenação de Execução da PROJUR. No 2º trimestre de 2024, foram encaminhados ao setor de recuperação de crédito 306 processos, categorizados da seguinte forma.

**Gráfico 27:** Quantitativo mensal das entradas no PAE para a “RECCREDITO” de tramitação – 2º trimestre de 2024.



Fonte: CEEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

**Gráfico 28:** Quantitativo por temática de processos administrativos – 2º trimestre de 2024.

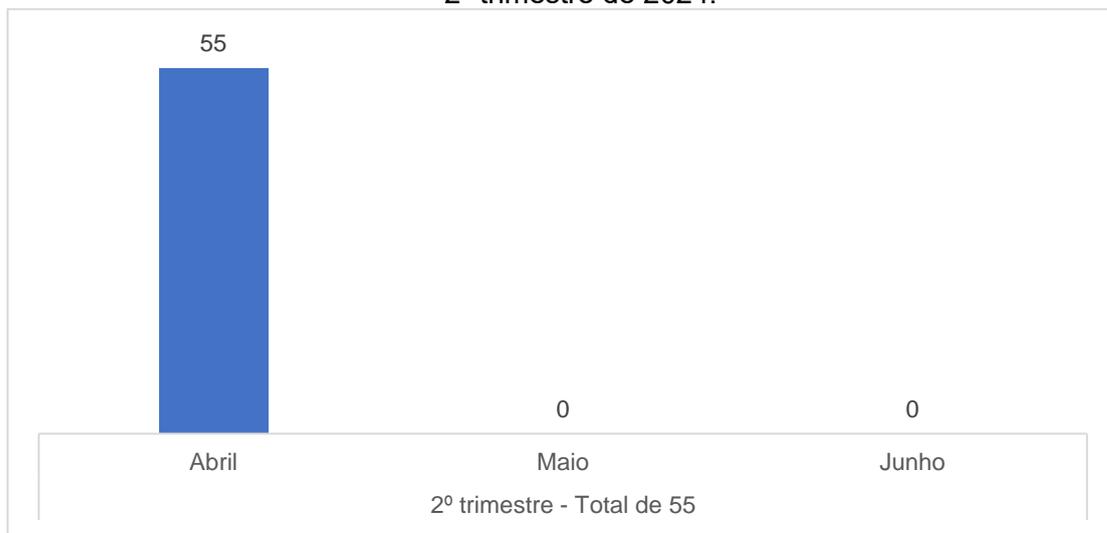


Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

No entanto, devido ao prazo prescricional e a mudança do método de cobrança, anteriormente judicial, para cobrança primeiramente administrativa, no 2º trimestre de 2024 foram tratados apenas dos casos com ciência em 2019 e 2020, que totalizam 676 processos, dos quais 430 já obtiveram algum tipo de providência administrativa (notificação extrajudicial dos devedores, acordos oriundos das notificações ou encaminhamento a CCOS para ajuizamento de ação de cobrança).

Foram enviadas 55 notificações extrajudiciais de cobrança, referente a 18 processos com ciência em 2019 e 2020, sobre os acordos observam-se as seguintes informações.

**Gráfico 29:** Quantitativo dos processos referentes ao Valor pago indevidamente pelo IGEPPS (valor devido), valor devolvido (valor pago) e Honorários – 2º trimestre de 2024.



Fonte: CEXEC/ PROJUR/IGEPPS.

A tabela abaixo demonstra a descrição dos acordos extrajudiciais processados no 2º trimestre de 2024.

**Tabela 88:** Descrição dos acordos extrajudiciais - 2º trimestre de 2024.

<b>Mês</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor da Dívida (R\$)</b>	<b>Honorários (R\$)</b>
Abril	30	436.855,76	40.238,80
Maio	11	163.502,86	11.578,23
Junho	11	47.935,74	4.793,57
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>648.294,36</b>	<b>56.610,60</b>

**Fonte:** CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

### 7.6.3 Precatório

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento, no entanto a partir de janeiro de 2024 o pagamento de precatórios passou a ser responsabilidade do IGEPPS por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 02 de abril no ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte, já os precatórios inscritos após 02 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final de 2 exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto o novo subsetor está trabalhando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido a mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentaria. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer no final do exercício de 2025 em diante.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como, cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentaria para os respectivos pagamentos.

No 2º trimestre de 2024, foram cadastrados para fins de orçamento mais 34 processos para pagamento até o final do exercício de 2025, que totalizaram a estimativa de valor para pagamento em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 5.554.208,29 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e quatromil, duzentos e oito reais e vinte e nove centavos) como descrito na tabela a seguir.

**Tabela 89:** Detalhamento precatórios cadastrados - 2º trimestre de 2024.

Precatórios	Quantidade	Valor da Dívida (R\$)	Estimativa atualizado a pagar em 31/12/2025
Alimentar	34	R\$4.706.572,42	R\$5.554.208,29
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>R\$4.706.572,42</b>	<b>R\$5.554.208,29</b>

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

#### 7.6.4 Análises Jurídicas

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-IGEPPS), organizada como atuação descentralizada, subordinada à procuradora-chefe desta unidade(IGEPPS), é responsável pelo assessoramento e consultoria jurídica ampla do IGEPPS sobre diversos assuntos, aplicando e fazendo aplicar, em casos repetitivos e teses consolidadas, os entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado, orientando os titulares e os demais gestores a zelar pelo controle de legalidade dos atos a serem praticados, colaborando na elaboração de minutas de atos administrativos, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

Importante registrar que mediante a edição da lei nº 9.880/2023, a qual dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará houve a migração do quadro de referidos procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE.

Assim, toda atuação da procuradoria jurídica disposta na referida lei foi regulamentada através do citado Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

No 2º trimestre de 2024, a CCON emitiu entendimentos de alta relevância para a gestão do regime de proteção social dos militares e para a gestão previdenciária estadual destacando-se os seguintes pareceres:

**a) Manifestação nº 16/2024** em razão de consulta de extrema relevância encaminhada pela Diretoria de Previdência, questionando a manutenção da aplicabilidade da Manifestação nº 47/2019, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (EC 103/2019), no caso de menor sob guarda. Ressalte-se que a legislação estadual vigente é silente em relação a esse pretense beneficiário, todavia, o Supremo Tribunal Federal (STF) já possibilita a concessão da pensão nas ADIs 4878 e 5083.

Todavia, tramita no Supremo Tribunal Federal também o TEMA 1.271, relativo ao Recurso Extraordinário (RE) 1442021, com reconhecimento por unanimidade do Plenário da Repercussão Geral, cujo objeto de análise é sobre a possibilidade de exclusão da criança e adolescentes sob guarda do rol de dependentes previdenciários implementada pela Emenda Constitucional 103/19, situação que gerou dúvida ao consulente.

Após criteriosa análise jurídica concluiu-se que, sob a égide dos posicionamentos das Cortes Superiores, a inserção do menor sob guarda no rol de dependentes previdenciários

deve ser efetuada em idêntica condição ao que é estabelecido para o menor tutelado, sobretudo quanto à necessidade de comprovação da dependência econômica.

Assim sendo, considerando a discussão do Tema 1.271, com repercussão geral no STF, sugeriu-se aguardar decisão final do Recurso Extraordinário (RE) 1442021 e utilizar nesse período as orientações contidas na Manifestação nº 47/2019 naquilo que não conflitar com a ATA DIREX nº 079/2023, de 15/12/2023.

Este caso reveste-se de uma importância singular, pois confere segurança jurídica necessária para análise dos pleitos previdenciários dessa categoria de beneficiário.

**b) Parecer nº 10/2024-PROJUR/IGEPSS** que versa sobre dúvidas relacionadas ao procedimento pelo qual deverá ser adotado pelo IGEPSS no intuito de embasar a parametrização da margem consignável na folha de pagamento dos inativos e pensionistas civis e militares, conforme questionado pelo BANPARÁ ao consultante, visto que houve alteração legislativa sobre o tema no âmbito estadual.

Diante das modificações legislativas surgiram dúvidas quanto às margens consignáveis dos civis e militares inativo, necessitando parametrização no desconto dos benefícios previdenciários.

Este consultivo concluiu que em relação à margem consignável aplicável aos inativos e pensionistas civis é a disposta na Lei Complementar nº 39/2002 e suas alterações posteriores, e no Decreto Estadual nº 2.161/2010, este último naquilo que não for incompatível com as alterações realizadas pela Lei Complementar nº 154, de 1º de julho de 2022, observando que a nova margem percentual para a consignação facultativa destinada à amortização de empréstimo concedido pelo Banco do Estado do Pará – BANPARÁ S.A não poderá ser superior a 40% (quarenta por cento) da remuneração bruta do beneficiário, assim entendida aquela anterior aos descontos referentes às contribuições compulsórias e à contribuição facultativa relativa à cota de participação no custeio da assistência à saúde, inclusive planos de saúde e odontológicos.

Por outro lado, foi concluído, igualmente, que a margem consignável aplicável aos inativos e pensionistas militares é a disposta na Lei Complementar Estadual nº 142/2021, com as alterações implementadas pela LC nº 154, de 1º de julho de 2022, observando também a nova margem percentual para as consignações facultativas (que entendemos incluir os empréstimos consignados), nos termos das respectivas normas estaduais, não poderá ser superior a 40% (quarenta por cento) da remuneração bruta do beneficiário, assim entendida aquela anterior aos descontos referentes às contribuições obrigatórias e às contribuições facultativas devidas pelo segurado às respectivas associações e entidades sociais instituídas por militares, na forma da lei, nos termos do §1º do art. 120 da LC nº 142/2021.

Por fim, ante à existência de descompasso entre as legislações estaduais dos servidores e militares ativos e as legislações que regem os inativos civis e militares e seus

respectivos pensionistas, especialmente após a edição da Lei Estadual nº 10.287/23, foi sugerida urgente alteração legislativa para um tratamento mais igualitário sobre a matéria.

A definição clara da margem consignável é essencial para garantir a segurança jurídica e evitar litígios, assegurando que os descontos realizados sobre os descontos previdenciários sejam legítimos e conforme à legislação vigente. Estabelecer limites para os descontos é fundamental também para proteger financeiramente os inativos e pensionistas, garantindo uma gestão previdenciária mais justa e eficiente. Isso reflete em maior confiança no sistema previdenciário, além de contribuir para o bem-estar econômico e social.

**c) Parecer nº 20/2024-PROJUR/IGEPPS** acerca do questionamento formulado pelo Ministério Público do Estado do Pará relacionado aos servidores efetivos que já estavam no serviço público, mas ingressaram no Ministério Público do Estado do Pará após o início da vigência do Regime de Previdência Complementar - 03/08/2022.

A análise central é sobre os questionamentos pertinentes sobre a vinculação previdenciária dos servidores efetivos que ingressaram na instituição após a entrada em vigor do regime de previdência complementar em 03 de agosto de 2022. A principal questão abordada diz respeito aos servidores que já integravam o serviço público, seja estadual, municipal ou federal, antes dessa data e optaram por continuar no regime previdenciário anterior.

Em conclusão, este Consultivo opinou no sentido de que a norma estadual determinou a aplicação do regime complementar aos servidores titulares de cargo de provimento efetivo do Estado, facultando, contudo, a manutenção no regime antigo àqueles que ingressaram no serviço público até a data anterior ao início da vigência do RPC, opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

A expressão “ingressado no serviço público”, para fins de opção quanto ao regime de previdência complementar, é objeto de Repercussão Geral em andamento, sob o Tema 1071, no Supremo Tribunal Federal, onde deverá ser decidido se seria todo tipo de serviço público que garantiria o direito de opção do servidor ao regime de previdência complementar ou somente aquele serviço público prestado ao mesmo ente federativo e da mesma pessoa jurídica da administração pública.

Todavia, até que se tenha decisão definitiva do Tema 1071, sugeriu-se adotar a visão ampla de serviço público, considerando o ingresso do servidor no serviço público em qualquer ente da Administração Pública.

Ao final, opinou-se no sentido de que os servidores efetivos que não fizerem a opção pela Previdência Complementar e que já eram servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, seja em âmbito federal, estadual ou municipal e que ingressaram no Ministério Público do Estado do Pará após 03 de agosto de 2022 (início da vigência do RPC

no Estado do Pará), terão mantidos o regime jurídico previdenciário original e não serão tratados pelas regras da Previdência Complementar.

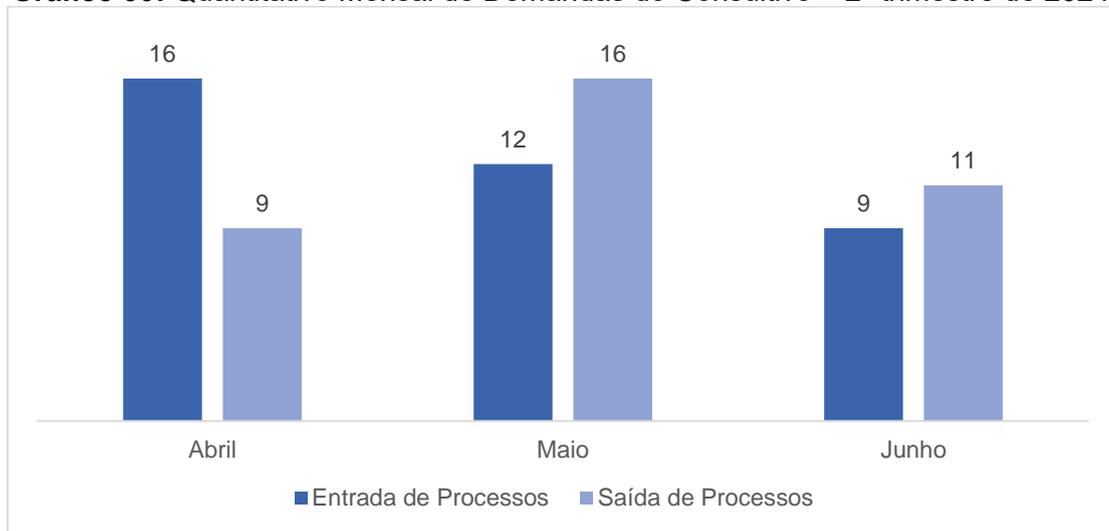
O mesmo raciocínio em relação aos membros e servidores que ingressaram no serviço público do Estado do Pará antes da data de início da vigência do Regime de Previdência Complementar, sem perda do vínculo efetivo e que não exerçam a opção pelo Regime de Previdência Complementar e ingressaram no Ministério Público do Estado do Pará após 03/08/2022.

Desta feita, os servidores efetivos nessa situação continuarão descontando os 14% (catorze por cento) incidente sobre a remuneração integral do cargo efetivo revertidos ao fundo previdenciário, que a depender da data de ingresso pode ser o FUNANPREV ou FUNPREV.

Esta análise abrange não só a categoria do consulente (MPE), mas a todos os servidores efetivos do Estado, o que demonstra a relevância para a administração e resolução dos benefícios previdenciários.

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes, no período compreendido entre janeiro de 2024 a março de 2024, em gráficos, os quantitativos de 2023.

**Gráfico 30:** Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** CCOS/IGEPPS.

## 7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O IGEPPS por meio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTIN vem investindo fortemente na estrutura tecnológica da autarquia, favorecendo os setores administrativos e seu público-alvo, visando melhorar os processos internos, por meio do aprimoramento do parque tecnológico e dos serviços ofertados. Abaixo, destacamos os principais recursos adquiridos tanto na área de software quanto na área de infraestrutura.

- Rotina preventiva de atendimentos

Devido os atendimentos diários ao setor da CATEN, garantindo alta disponibilidade nos guichês de atendimento ao público, com o objetivo de evitar soluções de descontinuidade e impactar negativamente o alto fluxo diário de beneficiários que demandam dessa estrutura e se beneficiam da alta disponibilidade dos Sistemas, Equipamentos, Servidores, Intranet, Site de Internet, Infraestrutura Física e Lógica etc.

Em maio de 2024, foram alterados os procedimentos das checagens preventivas, com adequação para execução em sete etapas:

1º - Checagem preventiva do CPU e do Sistema Operacional.

2º - Checagem preventiva dos periféricos (monitor, mouse, teclado, biometria, webcam e nobreak).

3º - Checagem preventiva da rede do IGEPPS.

4º - Checagem preventiva de internet.

5º - Checagem preventiva da impressora.

Sendo que os dois passos abaixo são vistos apenas no 1º Guichê:

6º - Checagem preventiva da rede na TV.

7º - Checagem preventiva da rede na TV de senha.

- Contratação de Empresa para a Gestão de Grandes Volumes de Dados, integrada com inteligência artificial.

Foi firmado o Contrato Administrativo nº 024/2024 – IGEPREV referente à contratação de empresa especializada na implementação de infraestrutura tecnológica avançada para a gestão de grandes volumes de dados, integrada com inteligência artificial.

O IGEPPS possui uma grande variedade de sistemas produtores e coletores de dados, dentre os quais, a é classificada como sensível, assim sendo, é imprescindível que o Instituto dispusesse de um material muito mais robusto para trabalhar suas estratégias de gestão destas informações.

O crescimento exponencial destes acervos de dados trouxe consigo a necessidade de elaborar também uma estratégia mais eficiente na análise, gerenciamento e utilização desses dados. Afinal, nem tudo aquilo que é coletado de fato pode gerar insights para as tomadas de decisão, pois cada tipo de dados pode ser utilizado de uma maneira diferente. Assim sendo,

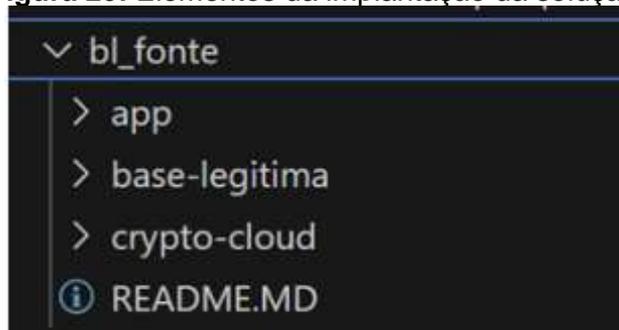
precisam ser analisados e tratados para serem direcionados da maneira correta para as equipes dentro da Instituição.

O recentemente firmado, objetiva introduzir soluções de Inteligência Artificial que agilizem a experiência com o usuário quando da consulta aos diversos bancos de dados, contribuindo para a uniformização das atuações da entidade, hígida aplicação das informações contidas no acervo, bem como prestação final no exercício no munus público concernente à esta Autarquia.

A implantação da Solução segue em andamento mediante a entrega dos seguintes elementos:

1. Código fonte dos repositórios da empresa;
2. Arquivos *Docker Compose* com todas as imagens dos serviços utilizados;
3. Documentação detalhada (README);
4. Arquivo compactado e criptografado com todos os componentes acima.

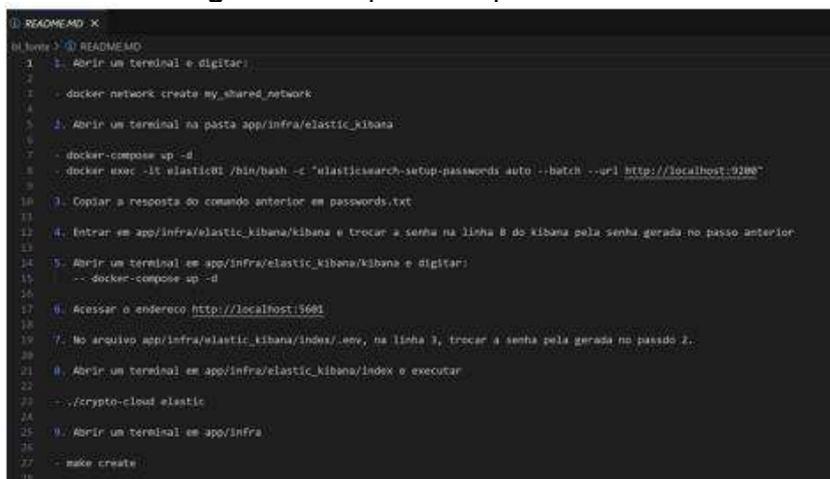
**Figura 23:** Elementos da implantação da solução.



Fonte: CTIN/IGEPSS

Também houve a entrega de arquivo do tipo README detalhado com instruções passo a passo a execução de todas as aplicações. Incluindo-se informações sobre requisitos de sistema, dependências e configurações necessárias.

**Figura 24:** Arquivo do tipo README.



Fonte: CTIN/IGEPSS

- Projeto Inova IGEPPS News.

Implantação do Projeto Inova IGEPPS News, que visa impulsionar a inovação e a transformação digital no IGEPPS.

As edições de periodicidade mensal materializam fonte de difusão e conhecimento sobre inovação no governo, que estão transformando o setor público, indicações de leituras e materiais sobre inovação: Descubra conteúdos valiosos que podem inspirar e orientar seu trabalho diário.

Figura 25: Página do Projeto Inova IGEPPS News

**Inova IGEPPS News**  
ED. 002 | AGOSTO DE 2024

Bem-vindo ao Inova IGEPPS News, o espaço onde compartilhamos insights inovadores e fomentamos a cultura de inovação em nossa instituição.

**Notícias**

TIC Governo Eletrônica 2023 mostra que 91% das prefeituras disponibilizam ao menos um serviço online aos cidadãos. [Acesse aqui.](#)

Novo Plano Brasileiro de Inteligência Artificial prevê o investimento de R\$ 1,76 bi para melhoria dos serviços públicos. [Acesse aqui.](#)

**Materiais**

**[LIVRO]** Automação e Sociedade: Quarta Revolução Industrial, um Olhar Para o Brasil. [Acesse aqui.](#)

**[PODCAST]** [InovaPod #01] Gabriela Lotta em "Democracia burocrática e inovação". [Acesse aqui.](#)

**[VÍDEO]** Como utilizar o Microsoft Copilot integrado ao Microsoft Teams para te ajudar a acompanhar as reuniões e fazer as atas. [Acesse aqui.](#)

**Drops de inovação**

**A Era das Mudanças Exponenciais: Como a Tecnologia Está Transformando Nosso Mundo**

Vivemos em tempos de mudanças sem precedentes, onde o avanço tecnológico está redefinindo a forma como vivemos, trabalhamos e interagimos com o mundo. Diferente do passado, em que as mudanças eram lineares e locais, o mundo atual é global e exponencial. As inovações tecnológicas estão ocorrendo a uma velocidade impressionante, transformando todos os setores e impactando profundamente nossa sociedade.

O conceito de crescimento exponencial é chave para entender essa transformação. Enquanto passos lineares nos levam apenas a pequenos avanços, os passos exponenciais nos conduzem a resultados inimagináveis. Por exemplo, se dobrarmos 30 vezes, saímos de pequenos números para a escala de bilhões. Este é o ritmo das tecnologias exponenciais que hoje moldam nosso mundo: inteligência artificial, robótica, impressão 3D, e biologia sintética são apenas algumas das inovações que estão revolucionando indústrias inteiras.

Essas tecnologias não só aumentam em poder a cada ano, mas também estão desmaterializando, desmonetizando e democratizando o acesso a serviços e produtos. O que antes exigia recursos significativos, hoje pode ser encontrado em um simples smartphone, acessível a bilhões de pessoas ao redor do mundo. Isso tem um impacto profundo na economia, na cultura e até mesmo nas relações de poder.

Com essas mudanças, vemos surgir um novo tipo de economia, impulsionada por ferramentas de comunidade e multidão. Plataformas de financiamento coletivo, concursos de incentivo e comunidades de "faça você mesmo" estão permitindo que indivíduos e pequenos grupos resolvam problemas globais com recursos antes inacessíveis.

No entanto, essa era de mudanças rápidas também traz desafios. As empresas precisam se adaptar ou correm o risco de desaparecer. Previsões indicam que, nos próximos 10 anos, 40% das empresas da Fortune 500 poderão não existir mais. A disrupção tecnológica está forçando uma reavaliação de como as organizações operam e como os indivíduos se preparam para o futuro.

No setor público, essas mudanças representam tanto um desafio quanto uma oportunidade. Devemos estar atentos ao potencial dessas tecnologias para modernizar processos, melhorar a eficiência e oferecer serviços mais personalizados aos cidadãos. A adoção dessas inovações pode ser a chave para enfrentar desafios futuros, garantindo que as políticas públicas continuem a evoluir e a atender às necessidades de uma população em constante mudança.

Texto Adaptado de Peter Diamandis [Fonte]

Fonte: CTIN/IGEPPS.

### 7.7.1 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

O Instituto executou ações para entrar em conformidade com a LGPD, sancionada em 2018 e em vigor desde maio/2020, visando à garantia da segurança dos dados, o tratamento das informações dos seus contribuintes e beneficiários previdenciários.

Com a Gestão de dados e Informações o IGEPPS visa garantir integridade de dados, o controle de acesso às informações, monitoramento preventivo e corretivo para ações não autorizadas no perímetro de rede do instituto, ações de conscientização de seu corpo técnico acerca das Políticas de Segurança da Informação e Normativas visando à educação corporativa em Segurança.

Neste sentido, no ano de 2021 foram feitas as aquisições de serviços de segurança Endpoint e Servidores de redes, seguindo a tendência de todos os órgãos da administração pública a fim se adequar à LGPD, neste sentido, são as ações implantadas no domínio IGEPPS: Aquisição de solução de segurança Endpoint – Trend Micro Apex One; Aquisição de solução de segurança para servidores Trend Micro Deep Security; Aquisição de solução de segurança de cofre de senha CyberArk PAM; Aquisição de solução de segurança para gerenciamento de acesso privilegiado a Endpoint - CyberArk EPM; Publicação da Política de Segurança da Informação do IGEPPS; Publicação de Normativas de Sustentação ao ambiente IGEPPS; Publicação de Termo de Confidencialidade e Sigilo da Informação; e Publicação de Termo de Responsabilidade sobre recursos computacionais.

## 7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referentes à inatividade, auxílio acidente e auxílio morte, pensão por morte e pensão especial de militares é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

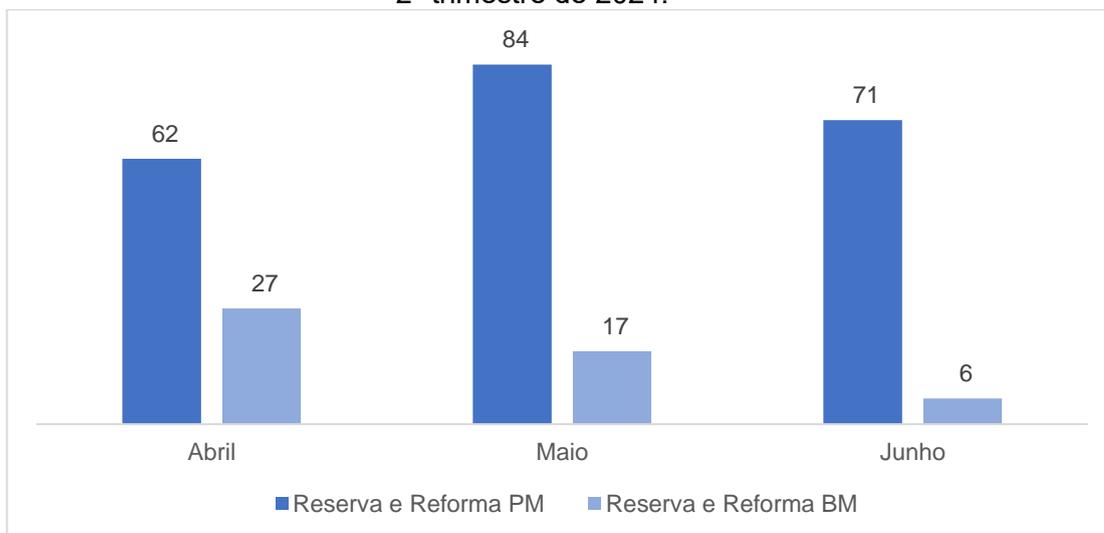
Assim, todas as demandas acima referidas do Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (COPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (COPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

Isto posto, compete ao IGEPPS a gestão dos seguintes benefícios: Reserva remunerada; Reforma; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

### 7.8.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma

No segundo trimestre de 2024, foram recebidos 267 processos de benefício pela COPSM-Reserva e Reforma, desse total 217 são referentes aos processos de Reserva e Reforma da Polícia Militar e 50 aos processos de Reserva e Reforma da Bombeiro Militar, conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 31:** Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma – 2º trimestre de 2024.

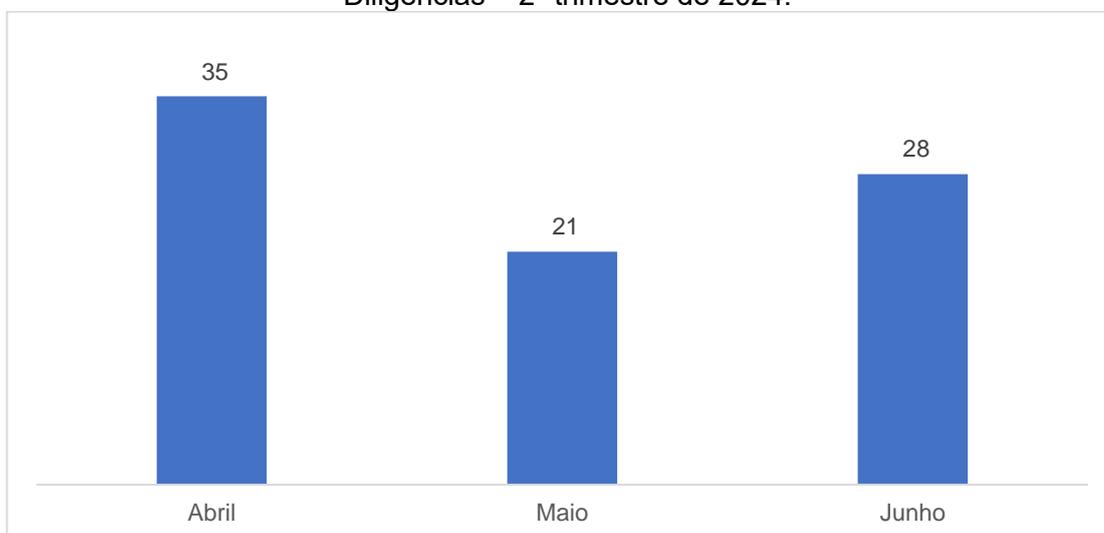


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

### 7.8.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte

No segundo trimestre de 2024, verificou-se o total de 84 processos recebidos pela COPSM-Pensão, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 32:** Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte e Diligências – 2º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

### 7.8.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte

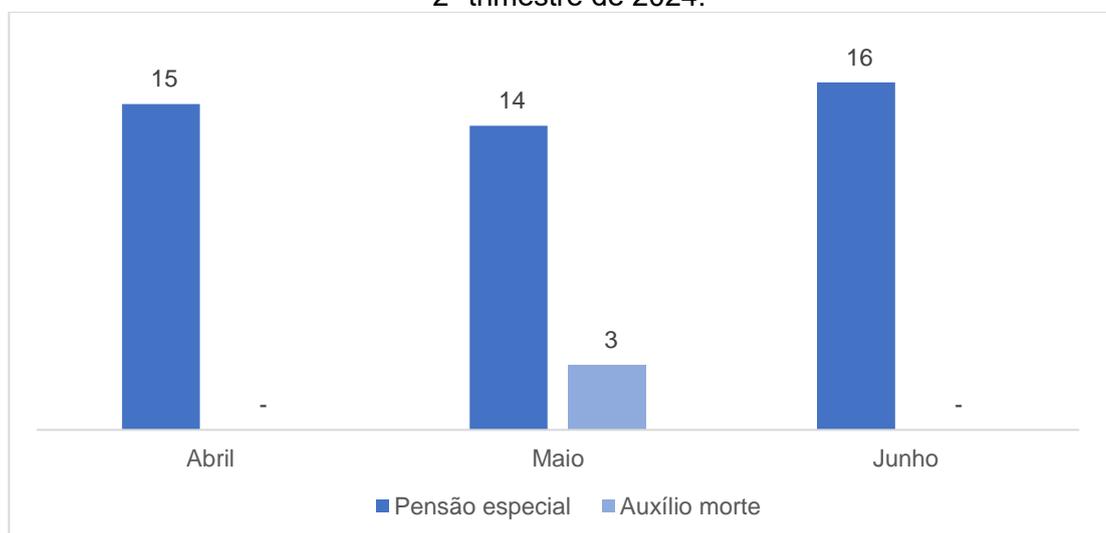
Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº 149/2022. Além disso, os beneficiários de aposentadoria militar especial têm direito ao pagamento de auxílio-morte, após o registro da mencionada aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, conforme previsto no artigo. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em

estoque no setor COPSM/PENSÃO, o total de 137 processos.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após a aprovação, os veículos são enviados à Casa Civil para elaborar o Decreto concessório e, em seguida, para o registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos à Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no 2º trimestre foram concedidos 45 processos de pensão militar especial e 03 processos de auxílio-morte, conforme descrito no gráfico abaixo

**Gráfico 33:** Quantitativo de Benefícios de Pensão Especial e Auxílio Morte – 2º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS.

#### 7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA

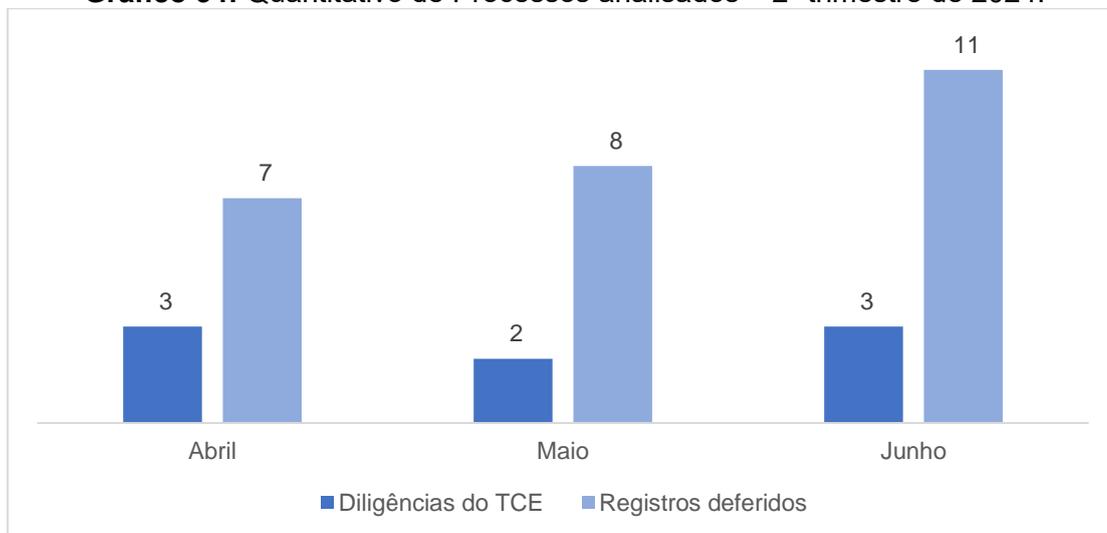
No 2º trimestre de 2024, as demandas de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) referente aos benefícios de pensão por morte militar e reforma “*ex officio*” passaram a ser competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares.

Dentre as principais funções do setor, destacam-se as análises realizadas das diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA, nas quais os técnicos previdenciários avaliam cada demanda com atenção e verificam a medida a ser tomada com base em seus conhecimentos jurídicos sobre o assunto, fundamentando com base em pareceres, memorandos, entendimentos do Instituto, concluindo pelo acatamento ou não da determinação da Corte de Contas.

As demandas recebidas do TCE/PA no setor são por meio de processos eletrônicos, no qual aquele se utiliza do Sistema e-Jurisdicionado e não do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), que é o Sistema eletrônico próprio do Poder Executivo Estadual. No gráfico

a seguir, tem-se a quantidade de processos analisados no 2º trimestre de 2024.

**Gráfico 34:** Quantitativo de Processos analisados – 2º trimestre de 2024.



Fonte: EPREV/SISPREWWEB/IGEPPS.

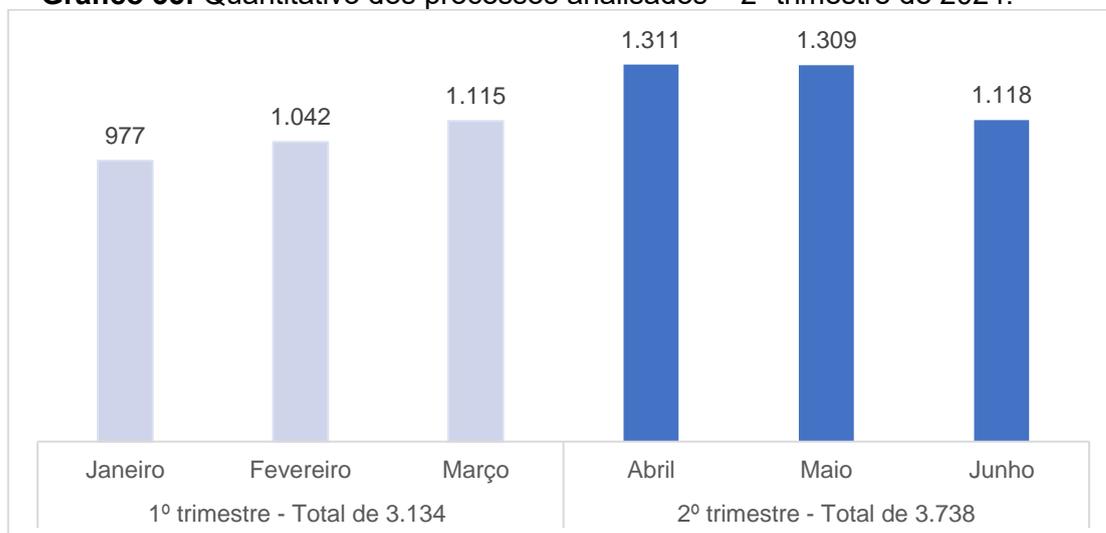
## 7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

### 7.9.1 Análise de benefícios previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAHA), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

No segundo trimestre de 2024, foram analisados 3.738 (três mil e setecentos e trinta e oito) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, apresentando aumento de 19,3% (dezenove vírgula três por cento) em relação ao primeiro trimestre, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 35:** Quantitativo dos processos analisados – 2º trimestre de 2024.

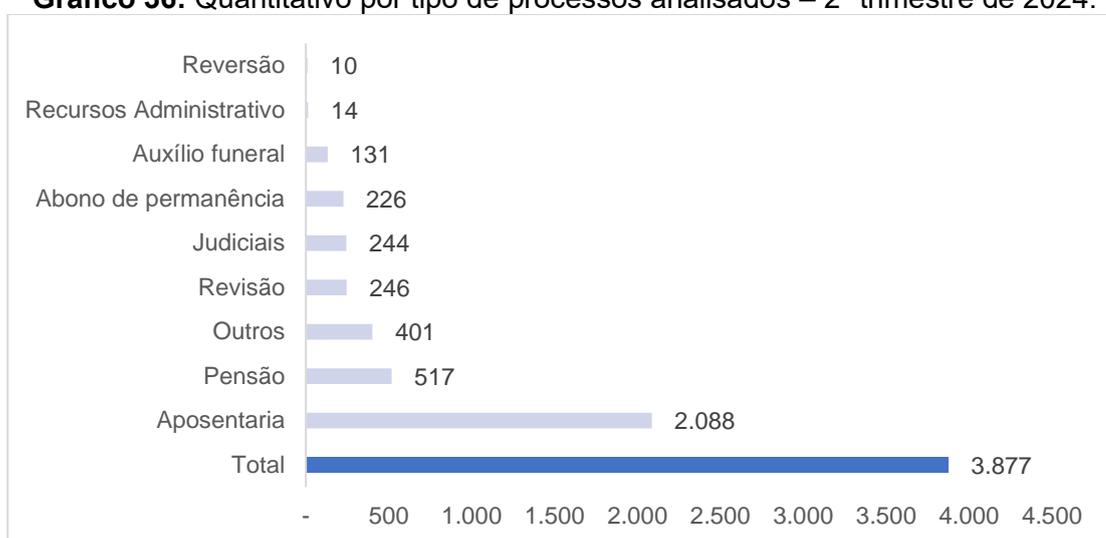


Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS/IGEPPS.

Destaca-se que o tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

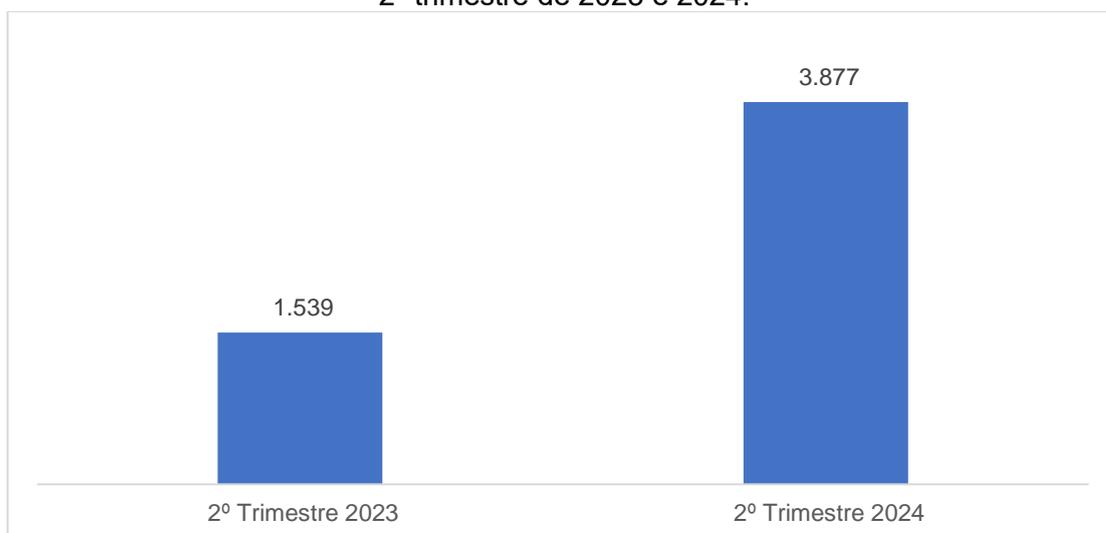
Verifica-se que o número de análises do segundo trimestre de 2024 representa um acréscimo de aproximadamente 152% (cento e cinquenta e dois por cento) em relação ao segundo semestre de 2023, no qual foram verificadas 1.539 (um mil, quinhentos e trinta e nove) análises.

**Gráfico 36:** Quantitativo por tipo de processos analisados – 2º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

**Gráfico 37:** Comparativo do Quantitativo de processos analisados – 2º trimestre de 2023 e 2024.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

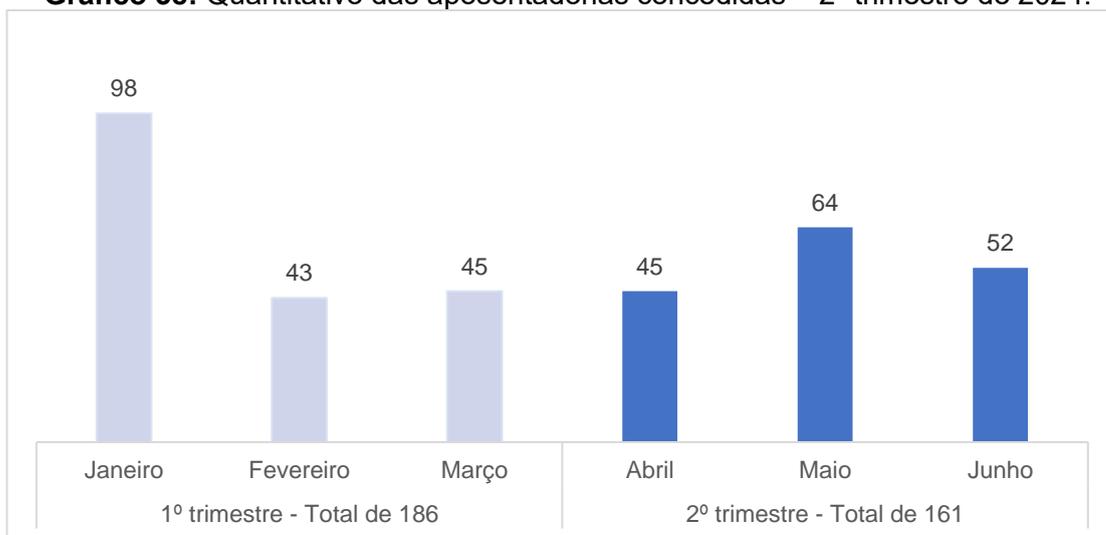
Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo

“Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

### 7.9.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte

No segundo trimestre de 2024, a CCHA concedeu 632 (seiscentos e trinta e dois) aposentadorias entre as 2.088 (dois mil e oitenta e oito) análises empreendidas. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias na folha de pagamento.

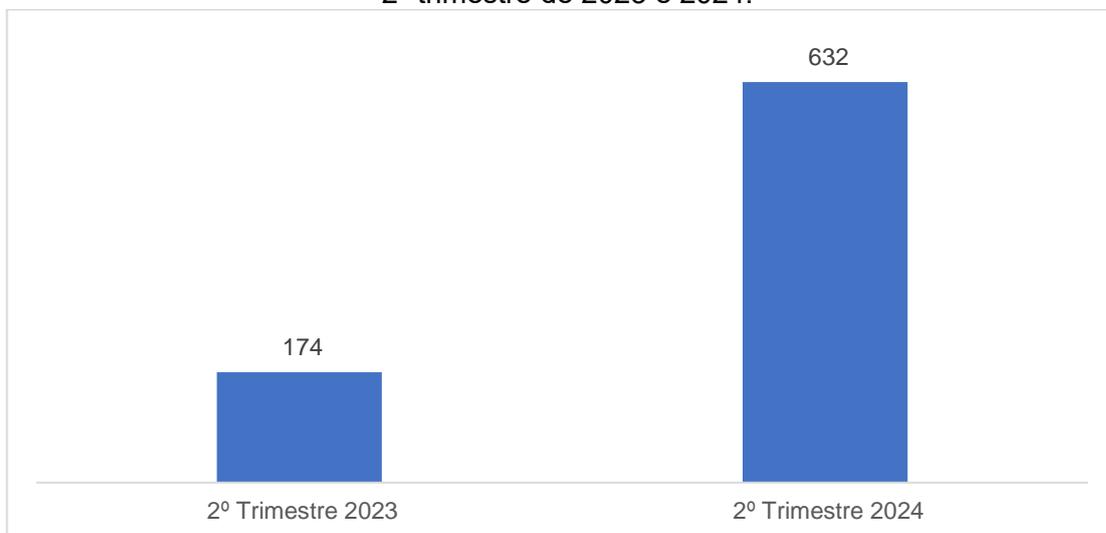
**Gráfico 38:** Quantitativo das aposentadorias concedidas – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Comparado ao mesmo período de 2023, que teve 174 aposentadorias civis, o ano atual mostra um aumento de 181%. Esse crescimento nas aposentadorias deferidas está ligado ao aumento de servidores e ao uso de um único sistema para concessão.

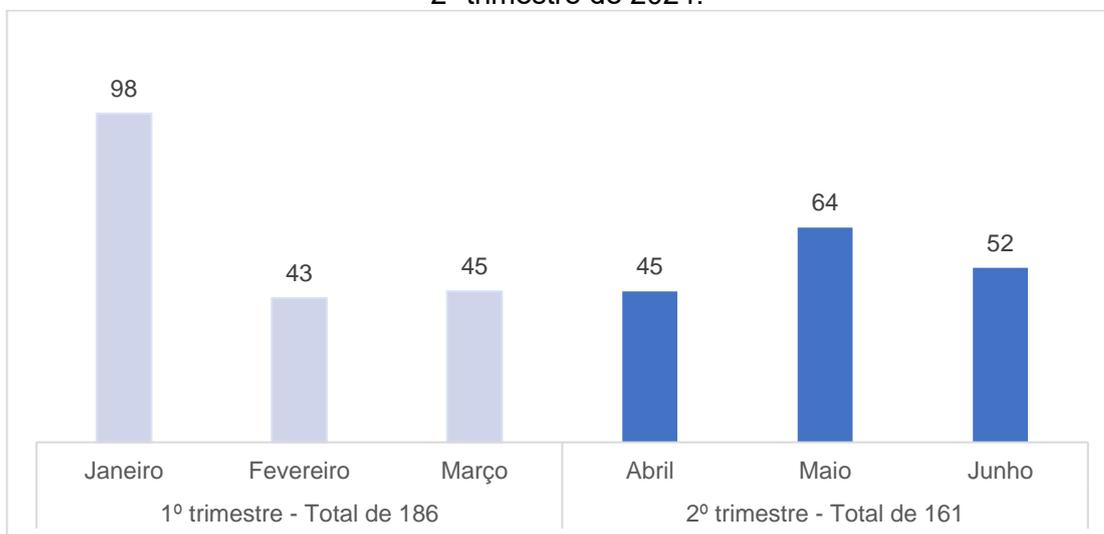
**Gráfico 39:** Comparativo do quantitativo das aposentadorias concedidas – 2º trimestre de 2023 e 2024.



**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

No segundo trimestre de 2024 foram concedidas 161 (cento sessenta e uma) pensões por morte.

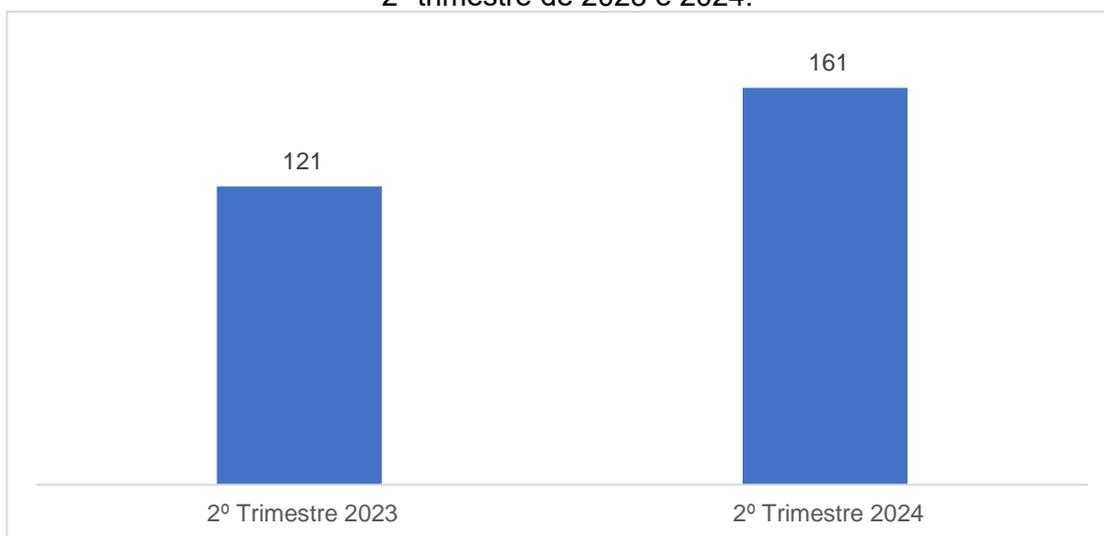
**Gráfico 40** Quantitativo das pensões concedidas por folha de pagamento – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Registra-se que houve um acréscimo de aproximadamente 33% (trinta e três por cento) no número de concessões em comparação ao segundo trimestre de 2023, no qual foram deferidas 121 (cento e vinte e uma) pensões de competência da CCAH.

**Gráfico 41:** Comparativo do quantitativo das pensões concedidas – 2º trimestre de 2023 e 2024.



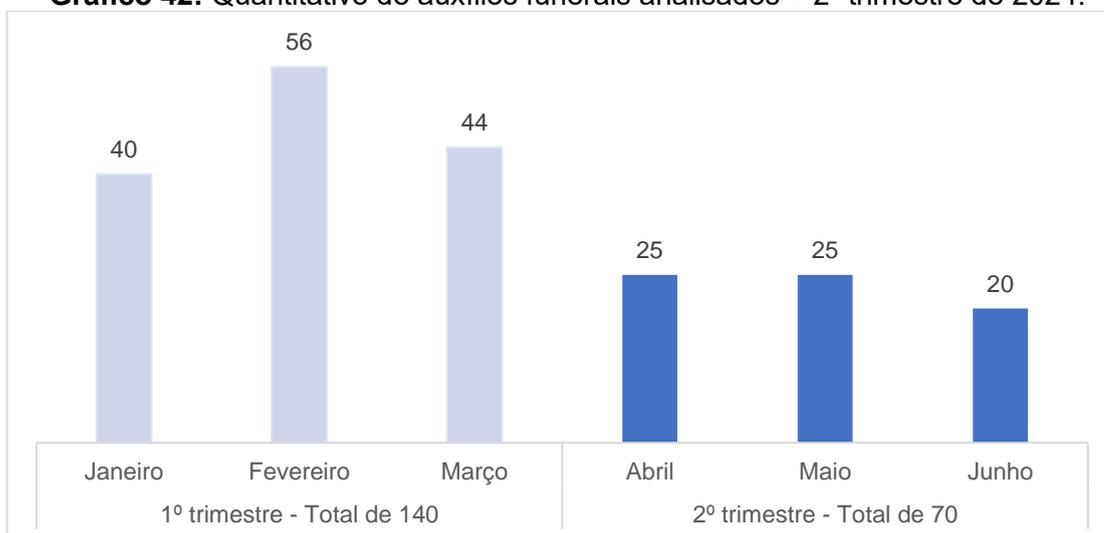
**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Salientamos que o passivo tem sido controlado, restando pendentes apenas os processos (tanto de concessão inicial quanto de revisão) que se encontram, em linhas gerais, aguardando parametrizações do sistema, cujos chamados encontram-se em andamento. O tempo médio de análise também se manteve estável em 4 (quatro) dias desde a chegada do processo nesse setor.

### 7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No segundo trimestre de 2024, foram 131 (cento e trinta e um) processos de auxílios funerários analisados e 70 (setenta) foram deferidos, com média de 23 (vinte e três) deferimentos mensais, como demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 42:** Quantitativo de auxílios funerários analisados – 2º trimestre de 2024.

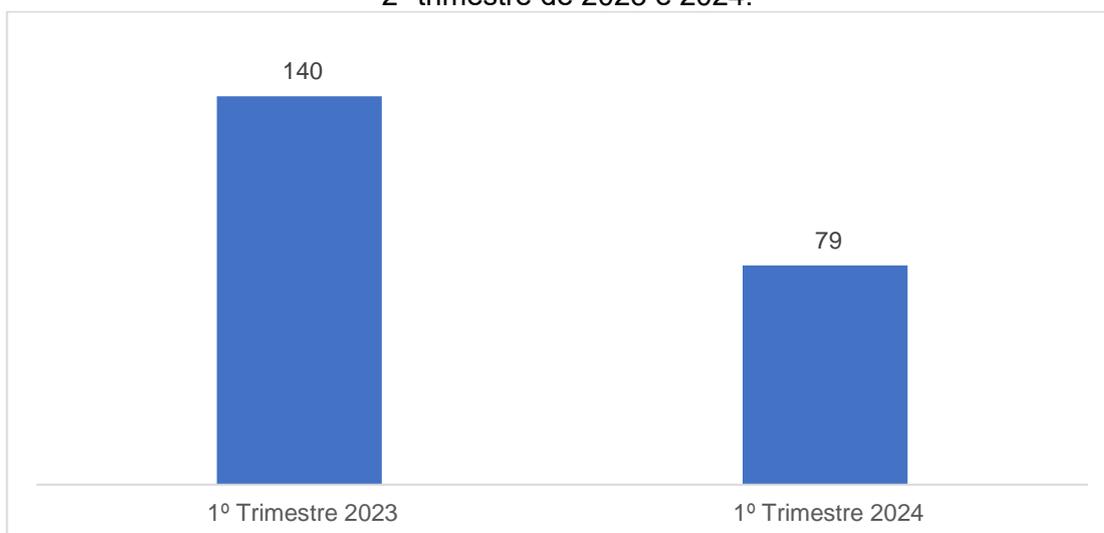


**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com apenas 21 (vinte e um) processos nesse setor, sendo dentre esses 15 (quinze) aguardando conclusão de processos de pensão.

Comparando ao primeiro trimestre de 2023, os deferimentos diminuíram 38%. Essa queda é menor do que em outros processos, já que o IGEPPS só analisa auxílios funerários de inativos, que são menos volumosos.

**Gráfico 43:** Comparativo do quantitativo dos auxílios funerários concedidas – 2º trimestre de 2023 e 2024.

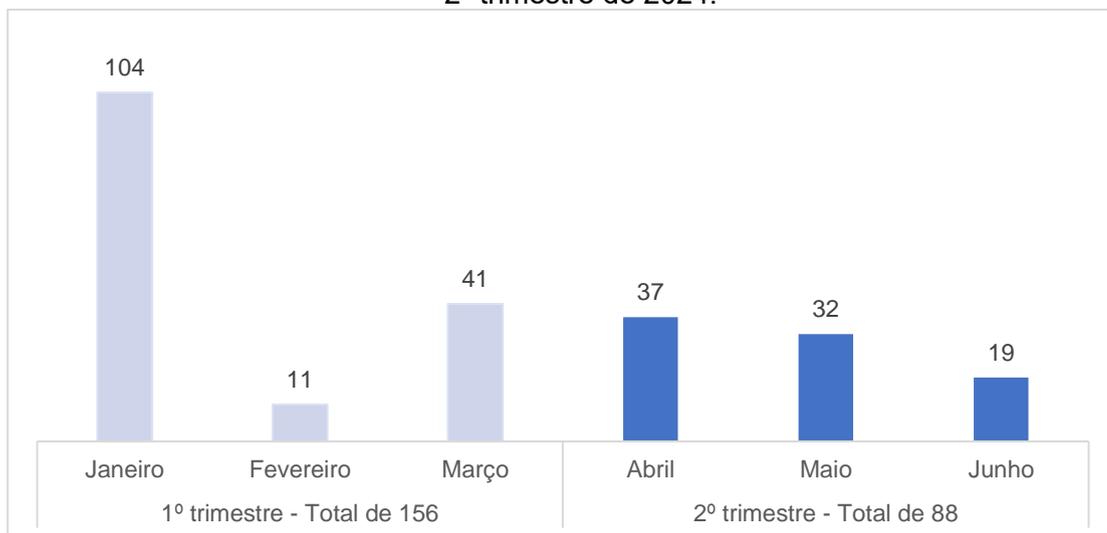


**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

#### 7.9.4 Abono de Permanência

No segundo trimestre de 2024, foram analisados 226 (duzentos e vinte e seis) pedidos de abonos de permanência, sendo 88 (oitenta e oito) deles deferidos, distribuídos por mês calendário, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 44:** Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 2º trimestre de 2024.

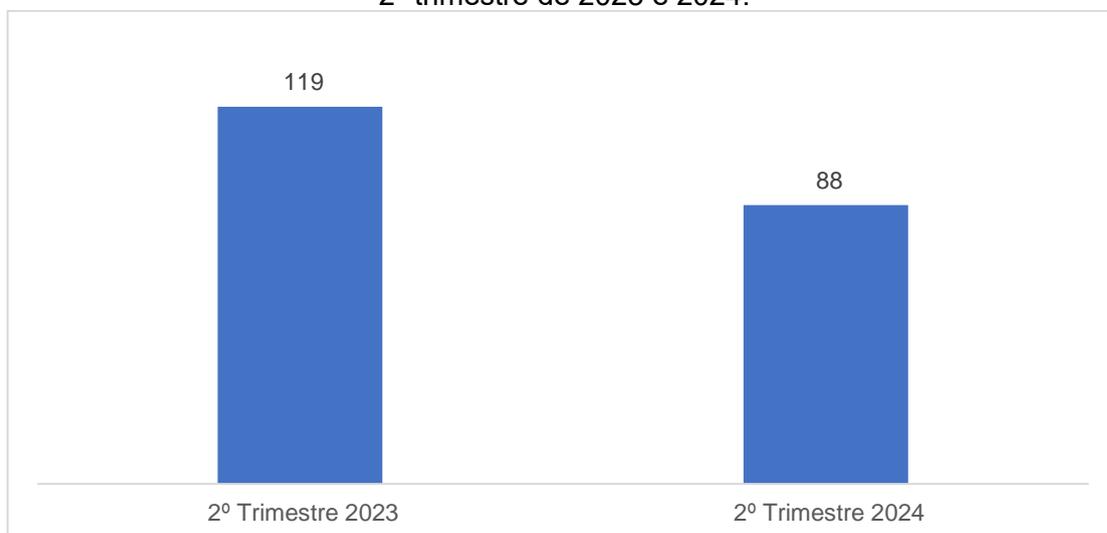


**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

Destacamos que, assim como na pensão, o passivo do abono de permanência está sob controle, com 52 (cinquenta e dois) processos em análise (alguns deles aguardando ajustes pelo SISPREV, que já estão em andamento) e somente 10 (dez) pedidos de revisão.

**Gráfico 45:** Comparativo do quantitativo dos abonos de permanência concedidas – 2º trimestre de 2023 e 2024.



**Fonte:** SISPREV/CCHA/IGEPPS.

### 7.9.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará

A folha de pagamento do IGEPPS atua na gestão de quase 55 mil benefícios de inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. A atividade de gestão abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos.

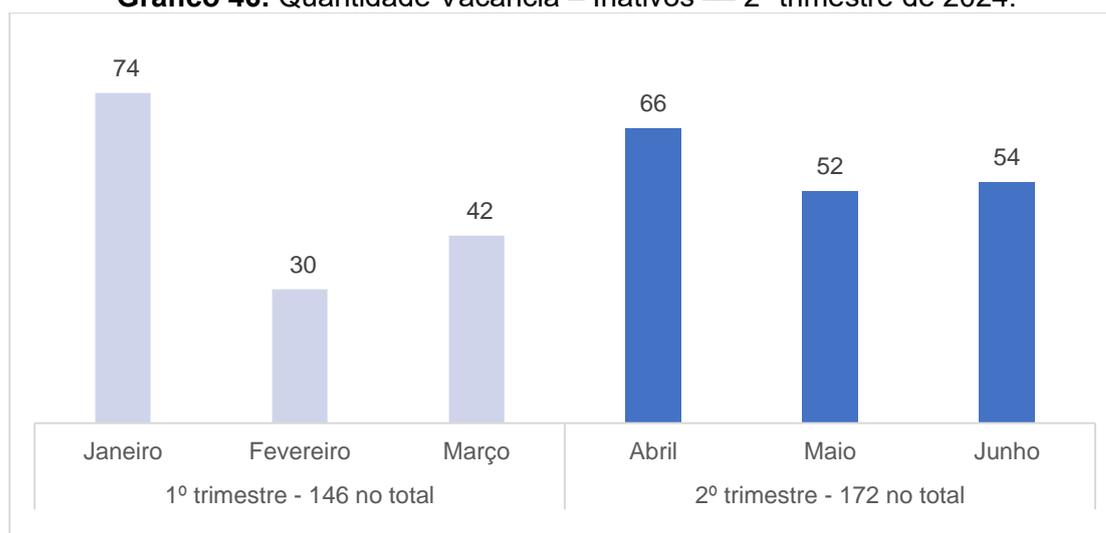
No presente relatório serão apresentados os cinco itens anteriormente expostos no período de janeiro, fevereiro e março de 2024, com a exposição de comparações de períodos em 2023.

### 7.9.6 Vacâncias

#### 7.9.6.1 Vacâncias de beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância, a qual trata da retirada de beneficiários da folha de pagamento, no que tange aos inativos, o sistema apurou no mês de abril um aumento na quantidade, chegando em 66 (sessenta e seis). No mês de maio houve uma redução para 52 (cinquenta e dois) e, no mês de junho, aumentou para 54 (cinquenta e quatro), totalizando 172 (cento e setenta e dois) processos de vacância no segundo trimestre.

**Gráfico 46:** Quantidade Vacância – Inativos — 2º trimestre de 2024.

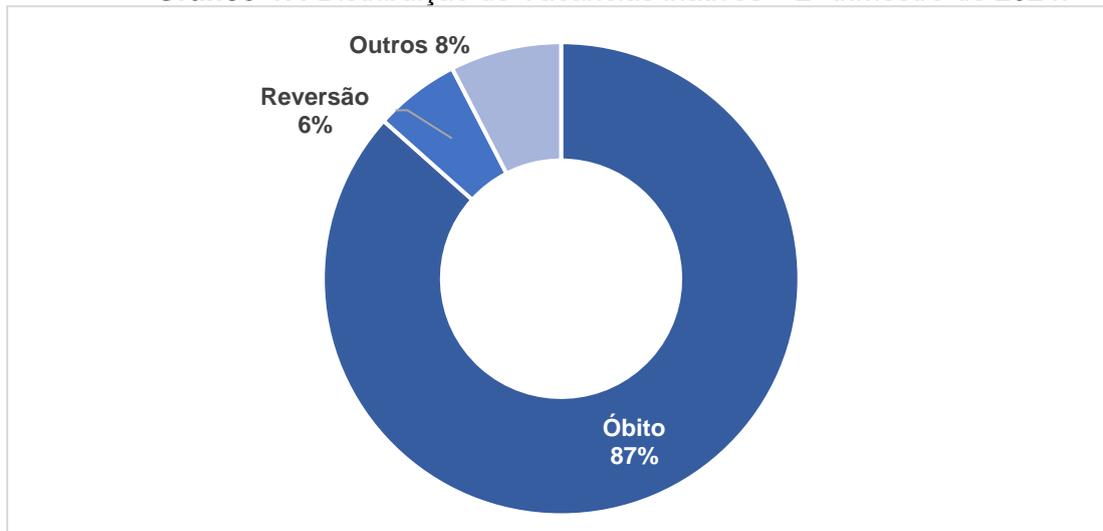


**Fonte:** E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Em relação aos motivos da vacância, dos números apresentados no segundo trimestre de 2024, para os inativos, representou 87% (oitenta e sete por cento) versam sobre casos de óbito, 6% (seis por cento) acerca de reversão ao serviço ativo e 8% (oito por cento) não

puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), conforme o gráfico abaixo.

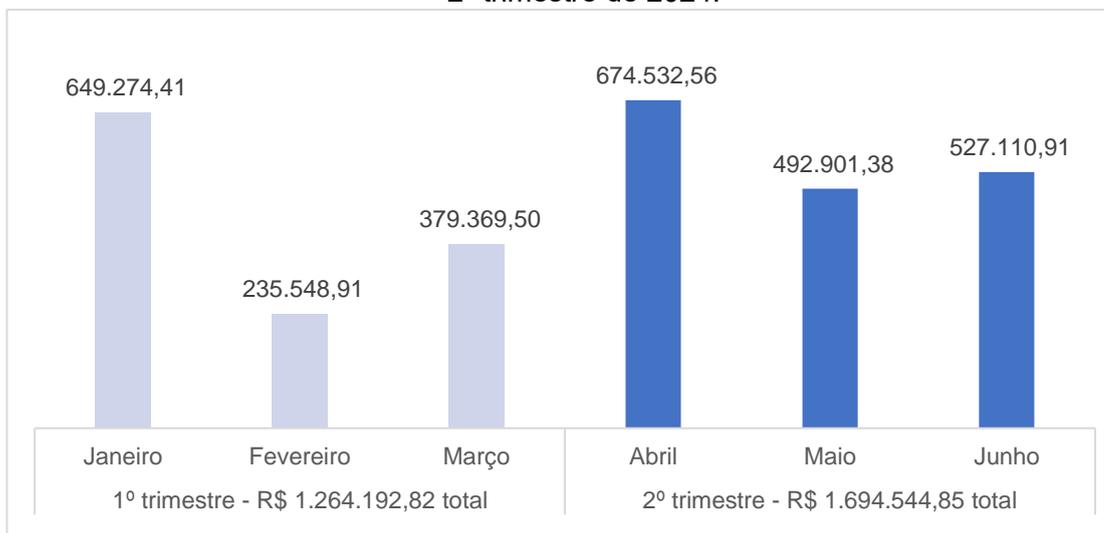
**Gráfico 47:** Distribuição de Vacâncias inativos – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Vale ressaltar que os valores economizados pelo Instituto estão distribuídos de forma mensal conforme o gráfico a seguir. Assim, no segundo trimestre de 2024, as vacâncias de beneficiários inativos totalizaram o montante R\$ 1.694.544,85 (um milhão seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), com número de 172 (cento e setenta e dois).

**Gráfico 48:** Aposentadoria Vacância – Valores Economizados (R\$) – 2º trimestre de 2024.



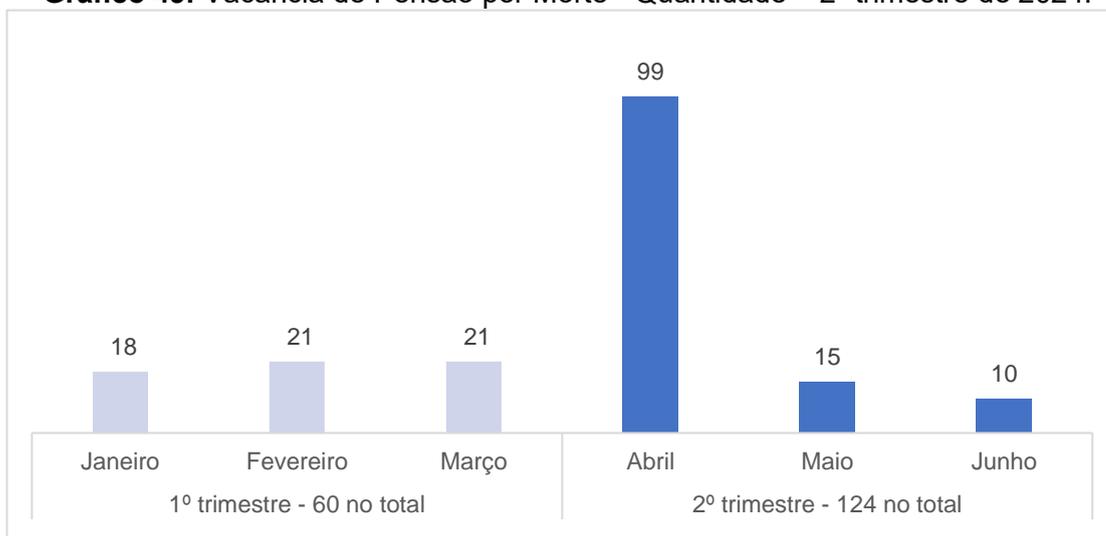
**Fonte:** E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Esses números referem-se aos óbitos cadastrados no SISPREV, em decorrência de processos de comunicado de óbito, solicitação de pensão por morte, solicitação de auxílio funeral, denúncia, dentre outros.

### 7.9.6.2 Vacâncias de beneficiários – Pensão por Morte.

No segundo trimestre, em relação ao mês de abril, houve um aumento considerável para 99 (noventa e nove), reduzindo drasticamente para 15 (quinze) em maio e finalizando em 10 (dez) no mês de junho, totalizando 124 processos de vacâncias por morte.

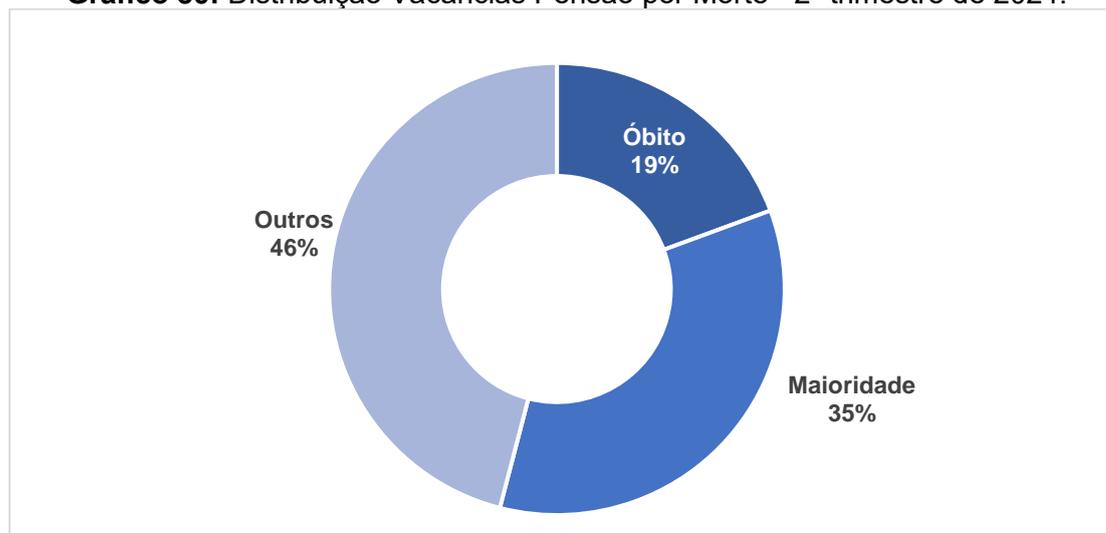
**Gráfico 49:** Vacância de Pensão por Morte - Quantidade – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Em relação aos motivos de vacância, considerando os números do segundo trimestre de 2024, 19% (dezenove por cento) versam sobre casos de óbito, 35% (trinta e cinco por cento) de maioridade e 46% (quarenta e seis por cento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), conforme o gráfico a seguir.

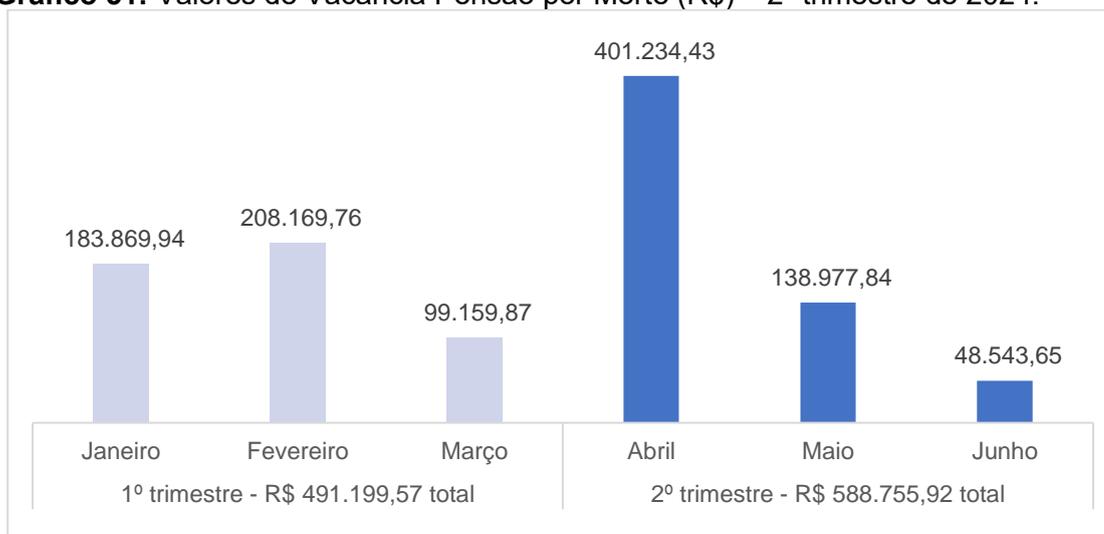
**Gráfico 50:** Distribuição Vacâncias Pensão por Morte - 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

No que tange a valores economizados, quanto à vacância de pensão por morte, no segundo trimestre de 2024, temos o total de R\$ 588.755,92 (quinhentos e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 51:** Valores de Vacância Pensão por Morte (R\$) – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Ademais, citam-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SISOBI, atualmente SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

#### **7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento**

No que tange à análise geral da evolução da folha de remuneração, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, apontamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de desembolsos de valores retroativos, com aprimoramentos significativos e eficientes, como a atualização de tabelas salariais, a constituição de grupos de trabalho temporários para acelerar a análise e manutenção de processos administrativos e judiciais, possibilitando acertos devidos e legais aos segurados de forma oportuna.

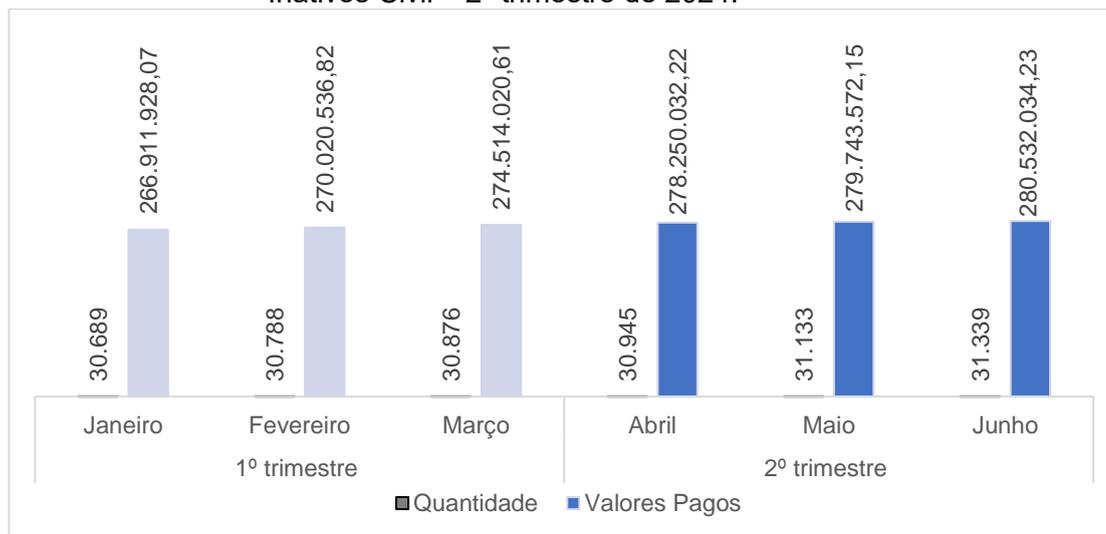
Para a demonstração dos valores realizados da folha de pagamento no ano de 2024, diferentemente dos anos anteriores, foram utilizados os “valores totais brutos”, excluindo os valores indicados como “outros descontos”, pois esses valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira da folha.

Ressalta-se, também, a implementação em janeiro/2024 de pagamentos com a criação de contas-salário para os beneficiários do IGEPPS, baseada na Resolução CMN n.º 5.058 de 15/12/2022 no Banco Central do Brasil. Esse processo resultou em maior segurança na indicação de dados financeiros, pois os novos beneficiários apresentavam detalhes monetários desatualizados da SEPLAD, causando inconsistências nos pagamentos efetuados. No entanto, com as contas-salário criadas exclusivamente para recebimento de benefícios, notou-se uma redução nas devoluções de créditos por indicação de registros bancários inválidos/desatualizados.

### 7.9.7.1 Inativos civis

No 2º trimestre de 2024, os segurados inativos civis somaram 93.417 (noventa e três mil, quatrocentos e dezete) totalizando R\$838.525.638,60 (oitocentos e trinta e oito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), representando um aumento de 8,2% em comparação ao 1º trimestre de 2023.

**Gráfico 52:** Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Inativos Civil – 2º trimestre de 2024.

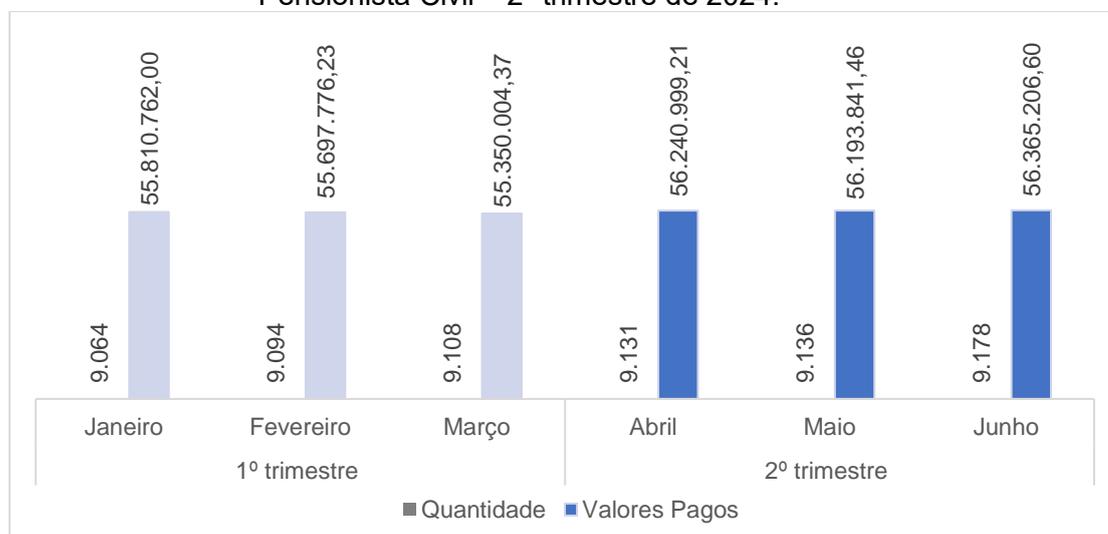


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPSS.

### 7.9.7.2 Pensionistas civis

No segundo trimestre de 2024, a folha de pagamento de pensionistas civis totalizou R\$168.800.047,27 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos mil, quarenta e sete reais e vinte e sete centavos).

**Gráfico 53:** Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionista Civil – 2º trimestre de 2024.

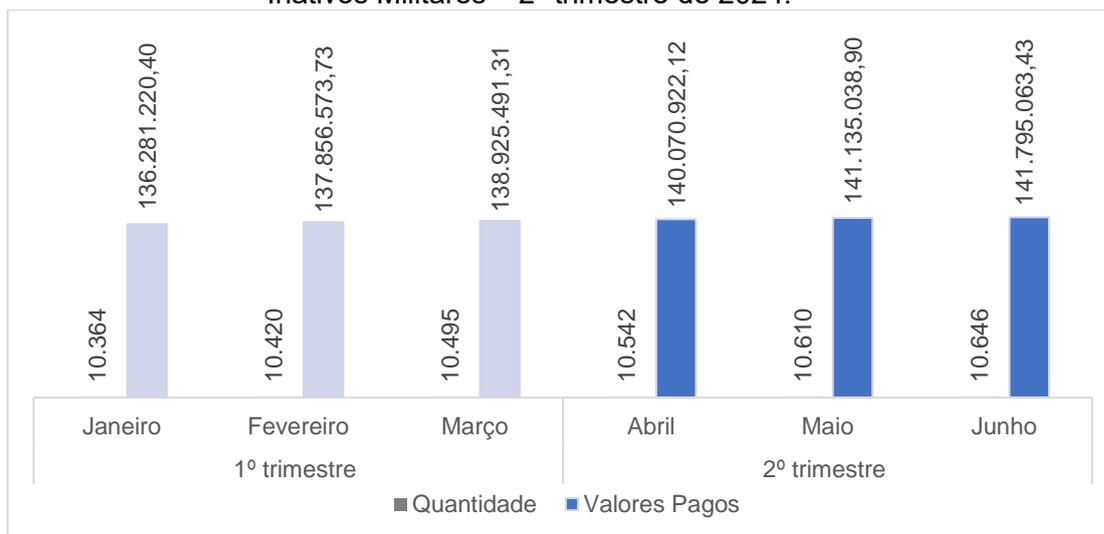


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPSS.

### 7.9.7.3 Inativos Militares

No segundo trimestre de 2024, foram efetuados 31.798 (trinta e mil, setecentos e noventa e oito) pagamentos, na monta de R\$423.001.024,45 (quatrocentos e vinte e três milhões, mil e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), com acréscimo financeiro de 2,41% e quantitativo de 1,66%.

**Gráfico 54:** Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Inativos Militares – 2º trimestre de 2024.

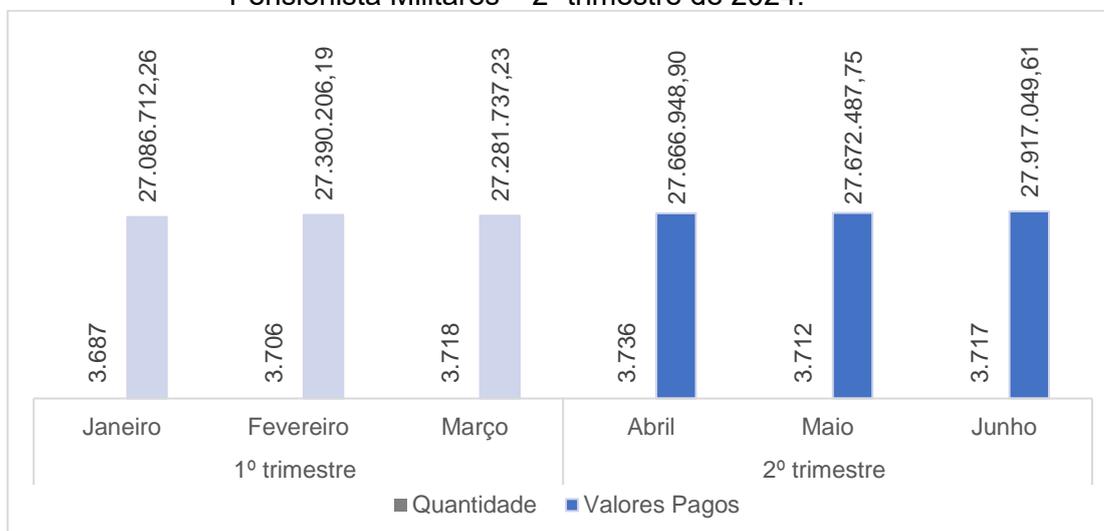


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

### 7.9.7.4 Pensionistas Militares

No segundo trimestre de 2024, foram efetuados 11.165 (onze mil, cento e sessenta e cinco) pagamentos com valor total de R\$83.256.486,26 (oitenta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos), representando um acréscimo de 1,83% em valor realizado e 0,49% em quantitativo.

**Gráfico 55:** Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionista Militares – 2º trimestre de 2024.

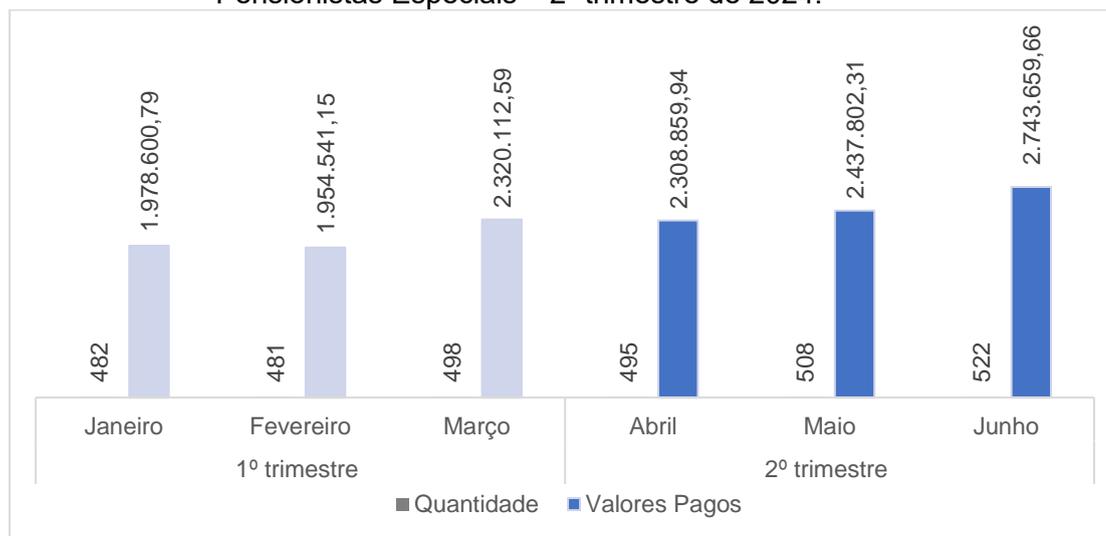


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

### 7.9.7.5 Pensionistas Especiais

No segundo trimestre de 2024, foram efetuados 1.525 (um mil, quinhentos e vinte e cinco) pagamentos com um valor de R\$ 7.490.321,91 (sete milhões, quatrocentos e noventa mil, trezentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), representando um acréscimo de 19,78% em valor realizado e 4,38% em quantitativo.

**Gráfico 56:** Evolução da Quantidade e dos Valores da Folha de Pagamentos (R\$) – Pensionistas Especiais – 2º trimestre de 2024.



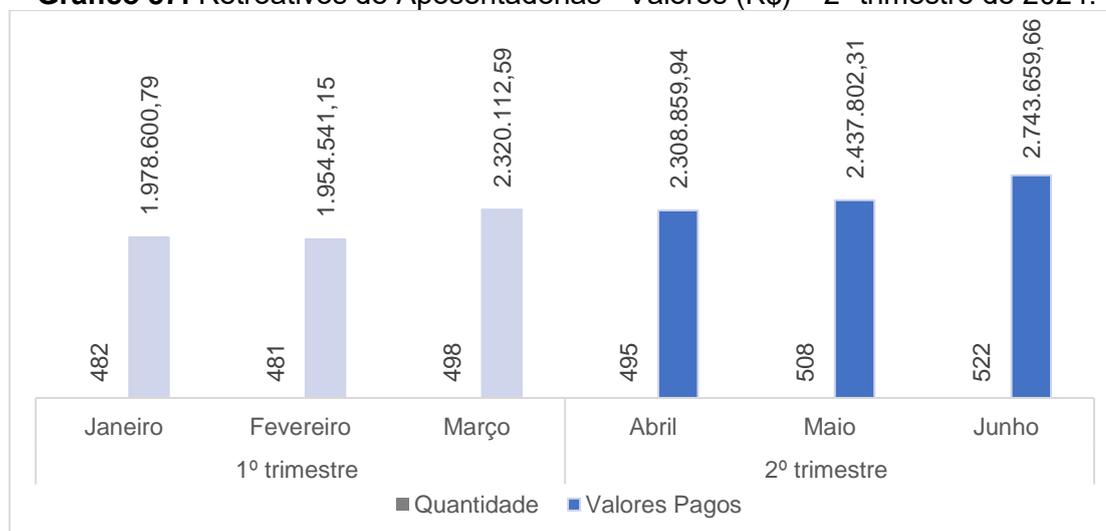
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

### 7.9.8 Pagamento de Retroativos

#### 7.9.8.1 Inativos

No segundo trimestre foram pagos R\$ 16.027.329,75 (dezesseis milhões, vinte e sete mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), com um quantitativo de 6.873 pagamentos, com crescimento de apenas 0,93% nos valores e 8,29% em quantitativo.

**Gráfico 57:** Retroativos de Aposentadorias - Valores (R\$) – 2º trimestre de 2024.

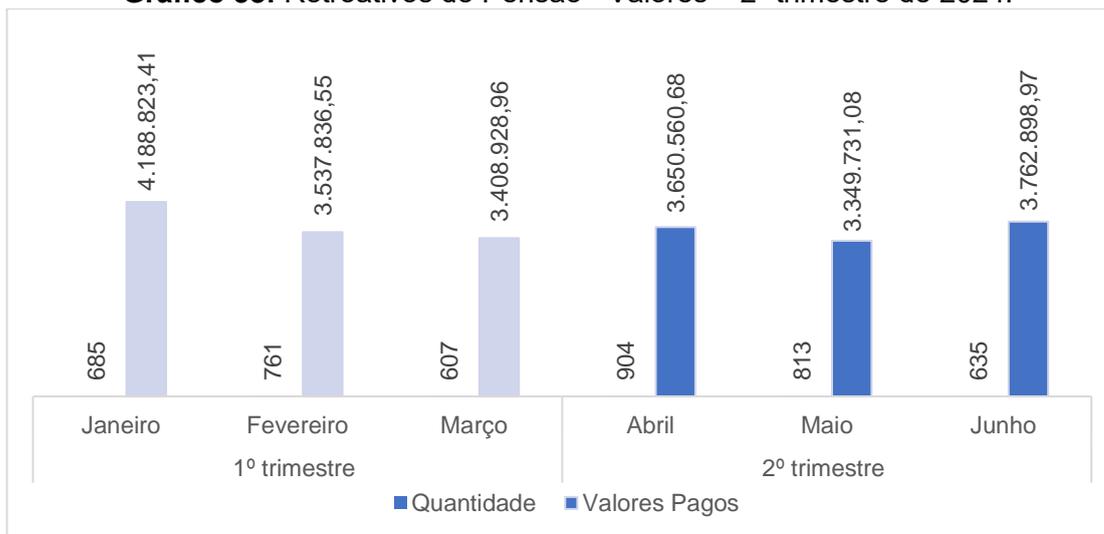


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

### 7.9.8.2 Pensionistas

Quanto ao recorte dos benefícios previdenciários de pensão por morte, civil e militar, no total foram pagos a título de retroativo, no segundo trimestre do ano de 2024, o pagamento da monta de R\$10.763.190,73 (dez milhões setecentos e sessenta e três mil, cento e noventa reais e setenta e três centavos) com o quantitativo de 2.352 pagamentos, apresentando uma redução de -3,34% nos valores e 14,56% em quantitativo.

**Gráfico 58:** Retroativos de Pensão - Valores – 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** E-prev – CCOB/Dipre/IGEPSS.

É imperioso ressaltar que os pagamentos de valores retroativos tanto para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 1.101 Retroativo Ano Vigente, 1.451 Retroativo de RRA/RFB.

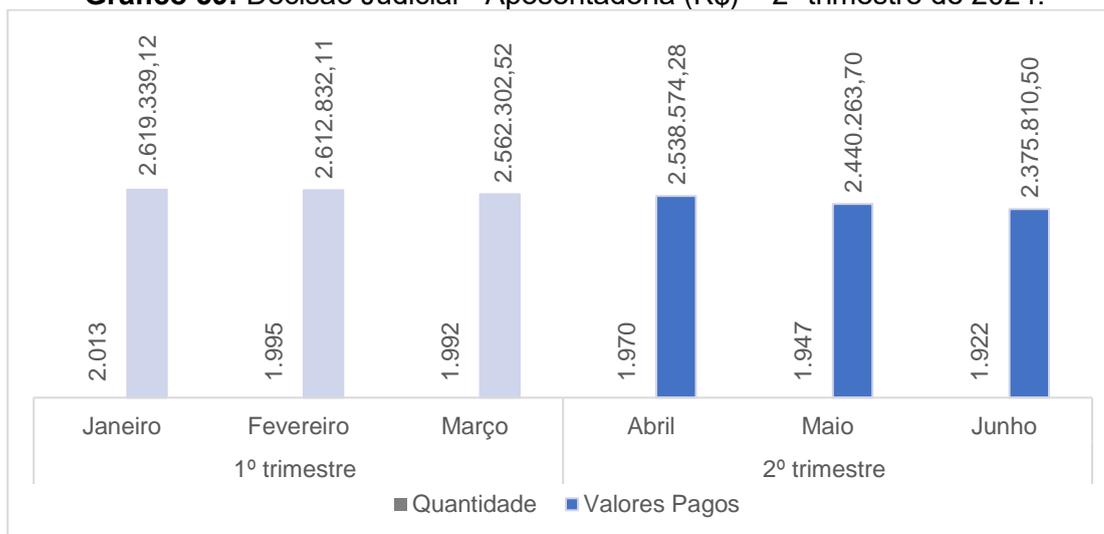
Diante do exposto, informamos que as demandas relacionadas aos retroativos tem sido cada vez mais constantes, entretanto, a equipe exerce suas atividades de forma árdua conseguindo executar a análise dos casos com a consequente redução do passivo.

## 7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

### 7.8.9.1 Inativos

Em referência aos valores de cumprimento de decisões judiciais de inativos, cumpre demonstrar que entre os meses de abril a junho de 2024, foram realizados pagamentos no valor total de R\$ 7.354.648,48 (sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), totalizando no primeiro semestre a monta de R\$ 15.149.122,23 (quinze milhões cento e quarenta e nove mil cento e vinte e dois reais e vinte e três centavos).

**Gráfico 59: Decisão Judicial - Aposentadoria (R\$) – 2º trimestre de 2024.**



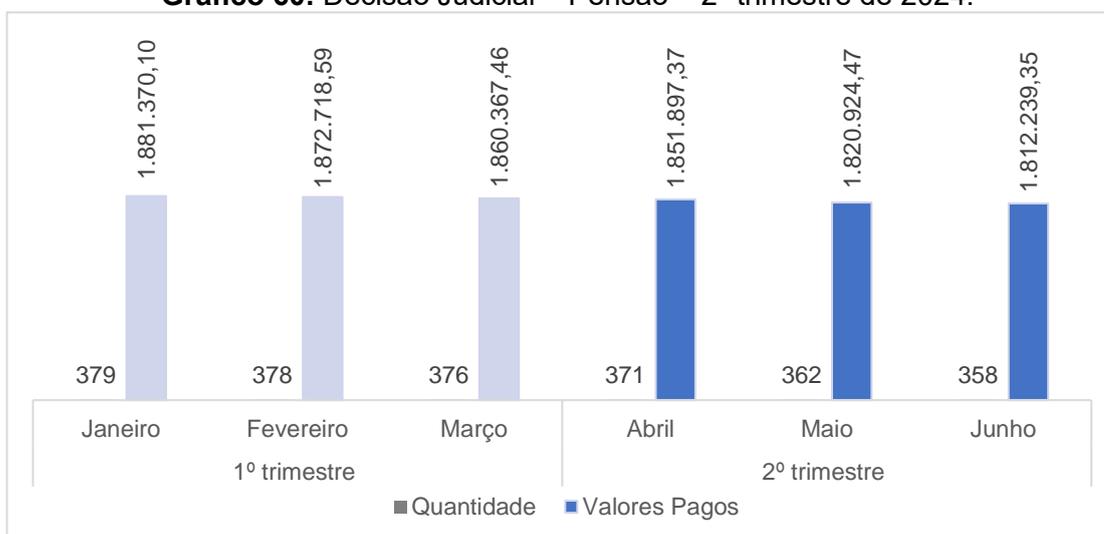
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Consideramos ainda que o quantitativo de segurados inativos civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais em 2024 totalizou 6.000 pagamentos para segurados, sendo que no mês de janeiro foram 2.013 cumprimentos; no mês de fevereiro foram 1.995 cumprimentos; e em março de 2024 foram cumpridas 1.992 decisões judiciais, representando uma redução de -2,68% em relação ao primeiro trimestre.

#### 7.8.9.2 Pensionistas

Neste segundo trimestre do ano do 2024, foram pagos R\$ 5.485.061,19 (cinco milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil e sessenta e um reais e dezenove centavos), referente as decisões judiciais que foram pagas aos pensionistas militares e civis, totalizando R\$11.099.517,34 (onze milhões, noventa e nove mil quinhentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos).

**Gráfico 60: Decisão Judicial – Pensão – 2º trimestre de 2024.**



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

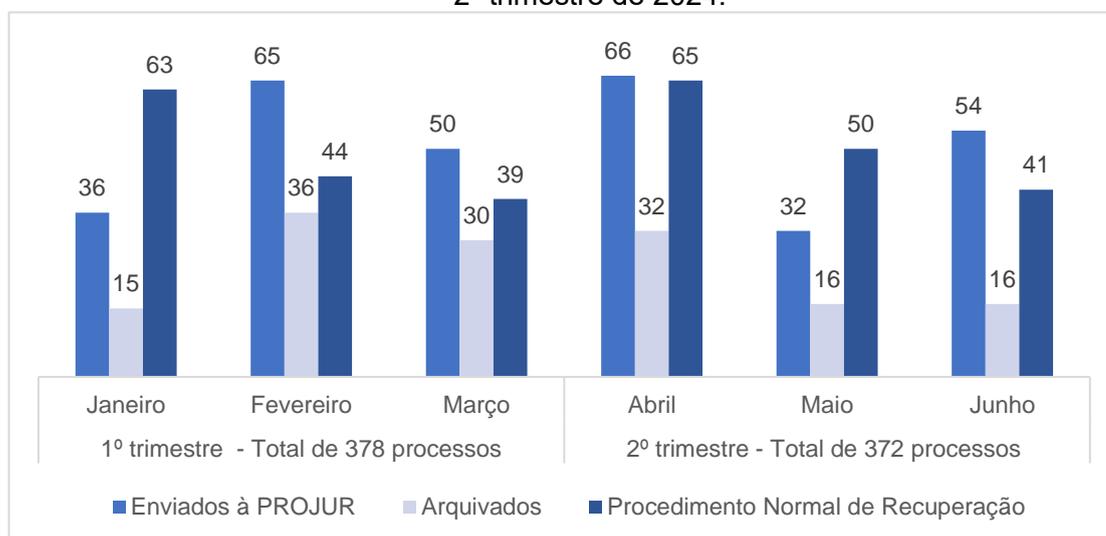
Consideramos ainda que o quantitativo de segurados pensionistas civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais em 2024 totalizou 1.091 pagamentos para pensionistas, sendo que no mês de abril foram 371 cumprimentos; no mês de maio foram 362 cumprimentos; e em junho de 2024 foram cumpridas 358 decisões judiciais, representando uma redução de -3,71% em relação ao primeiro trimestre.

#### 7.9.10 Recuperação de Crédito

A recuperação de crédito, via folha de pagamento, no período de abril a junho de 2024 foi analisada um total de 372 (trezentos e setenta e dois) processos administrativos de recuperação de crédito, representando uma redução de -1,6% em relação ao primeiro semestre.

Dentre os processos, 152 (cento e cinquenta e dois) processos analisados, instruídos e tramitados à PROJUR, pois não havia pessoa herdeira em folha para cobrança dos valores, 64 (sessenta e quatro) processos arquivados em decorrência de valores apurados menores que R\$1.000,00 (um mil reais) ou por prescrição ou por saneamento integral do débito em decorrência de devolução bancária, e 156 (cento e cinquenta e seis) seguiram o procedimento normal para recuperação de crédito, conforme o gráfico a seguir.

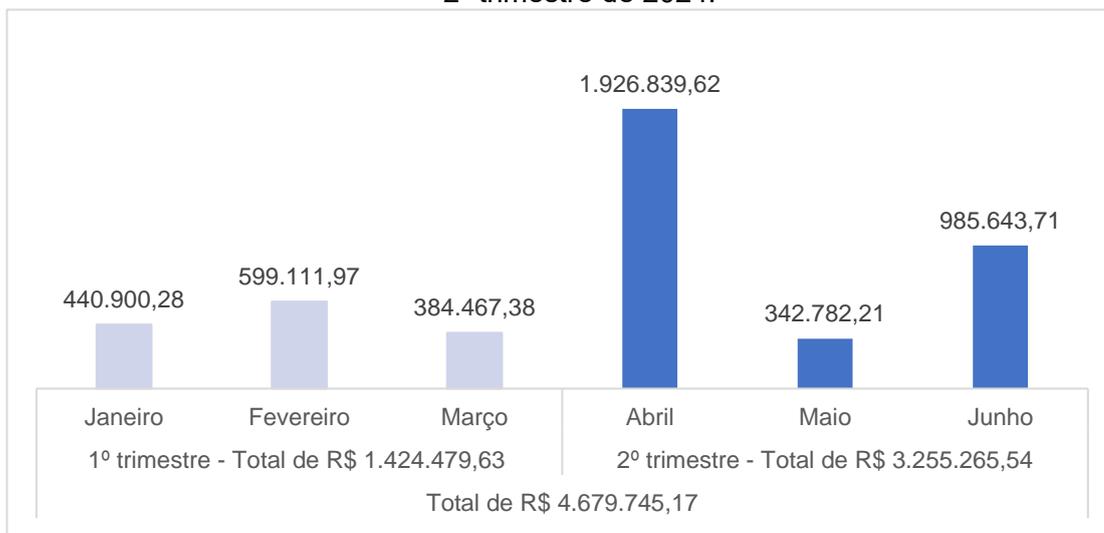
**Gráfico 61:** Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito — 2º trimestre de 2024.



Fonte: CCOB/Dipre/IGEPPS.

Nesse contexto, considerando os 156 (cento e cinquenta e seis) processos aptos à recuperação via folha de pagamento, foi devolvido aos cofres públicos o valor de R\$3.255.265,54 (três milhões duzentos e cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando no primeiro semestre um valor de R\$4.679.745,17 (quatro milhões seiscentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos), conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 62:** Recuperação de Crédito - Valores recuperados via folha (R\$)  
– 2º trimestre de 2024.



**Fonte:** CCOB/Dipre/IGEPPS.

#### 7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua no IGEPPS com O setor realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e apura denúncias além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

As demandas do IGEPPS vêm principalmente da CCAH e DIPRE. O NAPS gerencia o SIAAG, um sistema que atende usuários que se cadastram e agendam serviços online. Se um agendamento for detectado, o NAPS coordena com os setores relevantes do Instituto para atender a situação no tempo definido.

No segundo trimestre de 2024, foram realizados 12 atendimentos aos beneficiários/usuários em quadros de risco social (4 atendimentos presenciais e 8 *online*), que demandavam agilizar a análise de seus processos. A avaliação da situação de risco era realizada pela CATEN, que encaminhava ao setor, o qual intermediava junto aos setores envolvidos a fim de propiciar a conclusão da análise dos requerimentos dos interessados. O NAPS também oferecia suporte ao atendimento do *Call Center*, o qual recorria ao setor quando da verificação de casos mais complexos.

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial, entre outros, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam por óbito ou de nova união. Nota-se que a equipe do NAPS permanece realizando um número expressivo de diligências psicossociais, devido à chegada de duas servidoras provenientes do último processo seletivo, e que já estão atuando de forma consistente nas análises processuais, alavancando a

produtividade do setor. Para o período, foram realizadas 51 diligências e 6 viagens.

O NAPS é responsável por receber e verificar denúncias de nova união e reclamações de óbito. A investigação de acusações por nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que iniciaram um novo relacionamento. Os processos de reclamação de óbito têm prioridade, pois resultam em perda da condição de beneficiário de pensão por morte.

#### **7.10.1 Denúncias de nova união e de óbito apuradas**

No segundo trimestre de 2024, foram apuradas 10 denúncias de óbito e 14 processos de apuração de nova união. A gestão priorizou a análise dos processos de pensão por morte, devido à sua alta prioridade, conforme entendimento da Diretoria de Previdência.

#### **7.10.2 Relatórios Técnicos**

No segundo trimestre de 2024, foram produzidos 16 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais esse quantitativo corresponde à meta estipulada internamente no setor. A sutil queda na produtividade se deve ao fato de que uma das servidoras técnicas do setor pediu desligamento, por questões pessoais, o que reduziu a equipe.

#### **7.10.3 Atendimentos Psicossociais**

O Atendimento Psicossocial consiste no atendimento realizado com interessados e/ou beneficiários, com o objetivo de viabilizar a garantia de direitos previdenciários no tocante a dirimir possíveis entraves no andamento dos processos que tramitam neste Instituto.

Esta atividade teve início no ano de 2017 e ocorria de segunda a sexta-feira, foi interrompida nos períodos de 2018 e retomada no ano de 2020. A atividade passou a ser realizada duas vezes na semana, sendo às terças-feiras a assistência presencial e às quartas-feiras a assistência online (com o advento das Agências do IGEPPS implantadas nos Municípios do Estado do Pará). No 2º trimestre de 2024, foram realizados 4 atendimentos presenciais e 8 online.

#### **7.10.4 Educação Previdenciária**

Os projetos estão relacionados com vários temas referentes à qualidade de vida dos segurados. Nesse sentido, essas ações corroboram para o desenvolvimento da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão que é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS.

No planejamento de 2024, estão previstas as seguintes ações/projetos/programas: Papo Previdenciário, Curso de Preparação para Aposentadoria, Curso de Orientação Profissional para Jovens Pensionistas, Atendimento de Educação Financeira aos usuários do IGEPPS, Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos, Roda de Conversa com estudantes da graduação de Psicologia/UFPA.

**Quadro 04:** Cronograma de Educação Previdenciária – 2º trimestre de 2024.

Evento	Tema	Público-alvo	Data	Modalidade	Local
Papo Previdenciário	Atualizações previdenciárias, qualidade de vida na preparação para aposentadoria e educação financeira	Servidores em geral	Abril	Presencial	Agência do IGEPPS em Capanema
Curso de Orientação Profissional para jovens pensionistas Roda de Conversa com estudantes da graduação de Psicologia/UFP A	Orientação profissional para jovens pensionistas Atuação da psicologia na previdência estadual	Pensionistas do IGEPPS de 18 a 24 anos	Maio	Online	-
		Turma de graduandos de psicologia da UFPA	Junho	Presencial	Sede do IGEPPS
Curso de Preparação para Aposentadoria	Planejamento da qualidade de vida na aposentadoria	A definir	Junho	Presencial	A definir
Atendimento de educação financeira aos usuários do IGEPPS	Orientações sobre educação financeira, em parceria com GEFAM/UFP A	Usuários do IGEPPS que preencherem os requisitos preestabelecidos	Mensal (iniciando em fevereiro/2024)	Presencial	Sala do NAPS/IGEPPS
Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos	Atualizações previdenciárias, qualidade de vida na preparação para aposentadoria e educação financeira, e previdência complementar	Servidores em geral	Maio, junho e julho	Presencial	Auditórios da UEPA em: Castanhal e Altamira (maio e junho)

Fonte: NAPS/Dipre/IGEPPS.

Dentre as ações citadas, foram realizadas no 2º trimestre de 2024: 05 edições do Papo Previdenciário (em parceria da DIPRE com o NAPS), com um total de 794 pessoas

capacitadas; 01 edição do Curso de Orientação Profissional para jovens pensionistas, com 03 pessoas capacitadas; 01 edição da Roda de Conversa com estudantes da graduação de Psicologia/UFGA, com 16 pessoas capacitadas; 03 edições do Workshop Planejamento Previdenciário: Garantindo o Futuro dos Servidores Públicos (em parceria da DIPRE com o NAPS), com 187 pessoas capacitadas.

A seguir, estão dispostas algumas evidências das atividades de educação previdenciária mencionadas neste relatório.

**Figura 26:** Papo Previdenciário Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana (FHCGV).



Fonte: <https://www.igepps.pa.gov.br/noticia>

**Figura 27:** Papo Previdenciário na Agência de Paragominas.



Fonte: <https://www.IGEPPS.pa.gov.br/noticia>.

**Figura 28:** Papo Previdenciário na Universidade Estadual do Estado do Pará - UEPA.



Fonte: <https://www.IGEPSS.pa.gov.br/noticia>.

**Figura 29:** Papo Previdenciário na Agência de Altamira.



Fonte: <https://www.IGEPSS.pa.gov.br/noticia>.

## **8 CANAIS DE ATENDIMENTO**

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

### **1. Atendimento Pessoal**

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (CATEN) na sede; nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), no posto do Terminal Hidroviário, nas agências os Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – NAPS na sede do IGEPPS.

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualiza o cadastral, prestando informa es e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declara es, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

### **2. IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis**

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e esta es cidadanias.

### **3. Central Telef nica**

A Central Telef nica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informa es, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

### **4. Ouvidoria**

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informa es, críticas, sugestões, reclama es e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a  tica e transparência nas rela es do instituto coma

sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

Dentre as principais demandas da Ouvidoria do IGEPPS, temos as informações, as reclamações e solicitações. Nos pedidos de informações, destacam-se os questionamentos sobre o andamento e resolução de processos. As reclamações destacam-se por números expressivos que constituem, sem dúvida, o maior quantitativo de manifestações, quanto à demora na análise e conclusão de processos.

## 2. Carta de Serviço

A Ouvidoria do IGEPPS criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Essa legislação dispõe sobre o estabelecimento de padrões de qualidade do atendimento prestado aos cidadãos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, e dá outras providências.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

## 3. Fale com o Presidente

O canal “Fale com o Presidente”, efetivamente implementado a partir de janeiro de 2021, se tornou um meio específico e de direta interação dos segurados com a Gestão, permitindo o fortalecimento do diálogo entre a sociedade e a estrutura interna do IGEPREV e ainda sim possibilitando aos beneficiários e cidadãos em geral a oportunidade de em tempo hábil sanar suas dúvidas, esclarecimentos e solicitar informações e celeridade processuais. Logo, a missão do “Fale com o Presidente” fixa-se na mediação e resposta ao cidadão sobre a atuação da instituição quanto a sua atividade-fim, fundamentando o exercício de sua finalidade nos princípios da ética, eficiência, governança corporativa, boa-fé, interatividade social e transparência nas relações entre o Estado e a sociedade, no tocante à gestão previdenciária.

O fluxo de tratamento das demandas encaminhadas ocorre, via de regra, de duas maneiras: em primeiro momento, há a triagem e análise primária do e-mail enviado pelo beneficiário e/ou cidadão em geral, demarcando-se os aspectos iniciais, tais como a que se refere o assunto, se existe processo em curso, qual o setor responsável pela emissão de resposta e/ou se já houve desfecho sobre o feito; e a posterior, são adotadas as providências para resposta imediata e espontânea ou provocação do setor correspondente concedendo prazo para que informe sobre o estado processual.

Em relação ao acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades

desenvolvidas pelo canal “Fale com o Presidente”, durante o período de abril a junho de 2024 se observou a percepção de um total de 98 (noventa e oito) demandas, distribuídas entre os assuntos de abono permanência, aposentadoria, auxílio funeral, Censo Previdenciário, certidões de tempo de contribuição – CTC, contracheque, cédula C, isenção de IR, pagamento de retroativos, pecúnia, pensão alimentícia, pensão por morte, reserva e reforma, revisões e requisições de pequeno valor - RPV.

## 5. E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 — Lei de Acesso à Informação – LAI.

Portanto, o IGEPPS tem trabalhado para fortalecer o atendimento ao público não apenas na modalidade presencial, mas, também, por meio de canais virtuais que facilitem o acesso aos serviços disponibilizados pelo Instituto, bem como aproxime a Alta Gestão dos destinatários do serviço público ofertado.

## 8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do IGEPPS tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – CATEN (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania, no Terminal Hidroviário de Belém e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

### 8.1.1 Central de Atendimento – CATEN

No segundo trimestre, a sede Caten, as Estações Cidadania e o Terminal Hidroviário realizaram 12.918 (doze mil e novecentos e dezoito) atendimentos de forma presencial, conforme o gráfico a seguir.

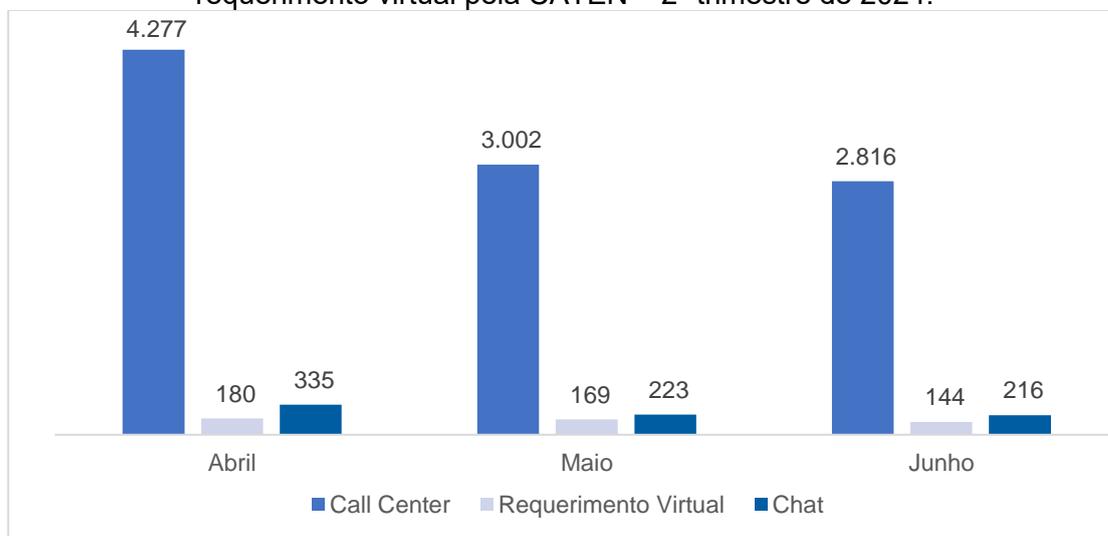
**Gráfico 63:** Quantitativo de atendimentos realizados pela CATEN– Sede, Estações Cidânicas (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) e Terminal Hidroviário – 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

Já os atendimentos via Call Center, chat e requerimento virtual totalizaram 11.362 (onze mil e trezentos e sessenta e dois) atendimentos, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 64:** Quantitativo de atendimentos realizados via Call Center, chat e requerimento virtual pela CATEN – 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

### 8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:

1. Núcleo Regional de Castanhal composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
2. Núcleo Regional de Santarém composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
3. Núcleo Regional de Marabá composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim) inaugurada em 16 de fevereiro de 2024.

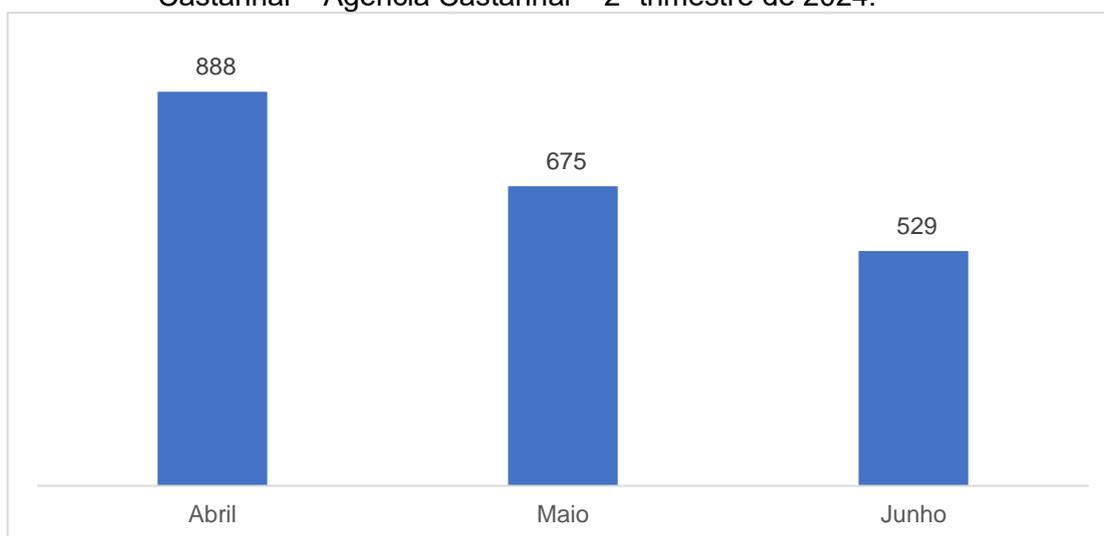
Os Núcleos de Castanhal e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

#### 8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

- Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange cerca de 5.004 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

**Gráfico 65:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Castanhal – 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

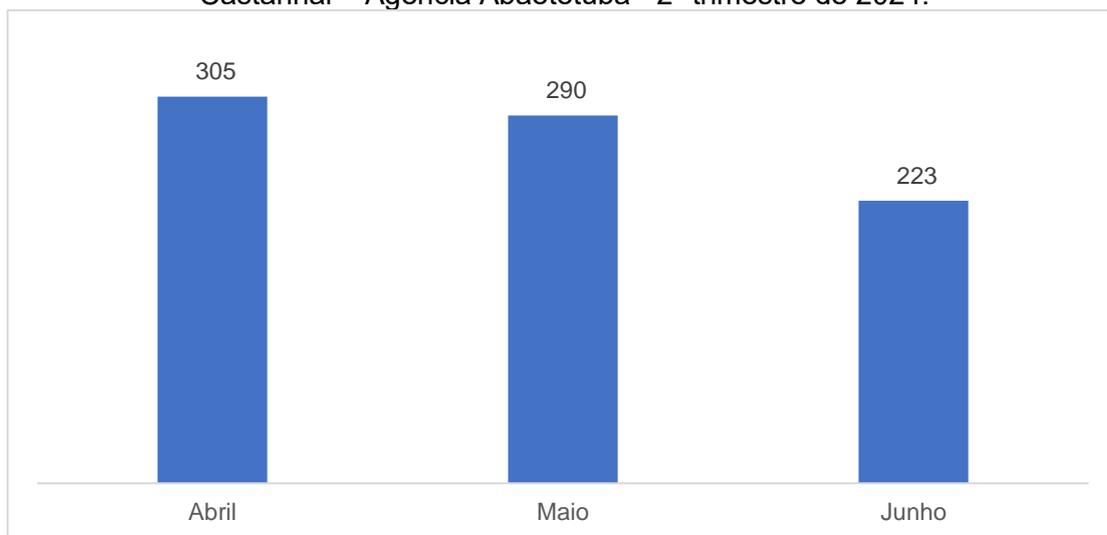
No 2º trimestre de 2024, a agência realizou 2.092 atendimentos ao longo dos meses, conforme o gráfico acima. Dentre os dez atendimentos mais demandados destacam-se: celeridade processual, censo previdenciário, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), certidão negativa, comunicado de óbito, consulta de processo, continuidade de pensão, cópia

de processos, cumprimento de decisão judicial e declaração de benefício previdenciário.

- Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

**Gráfico 66:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Abaetetuba - 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPSS.

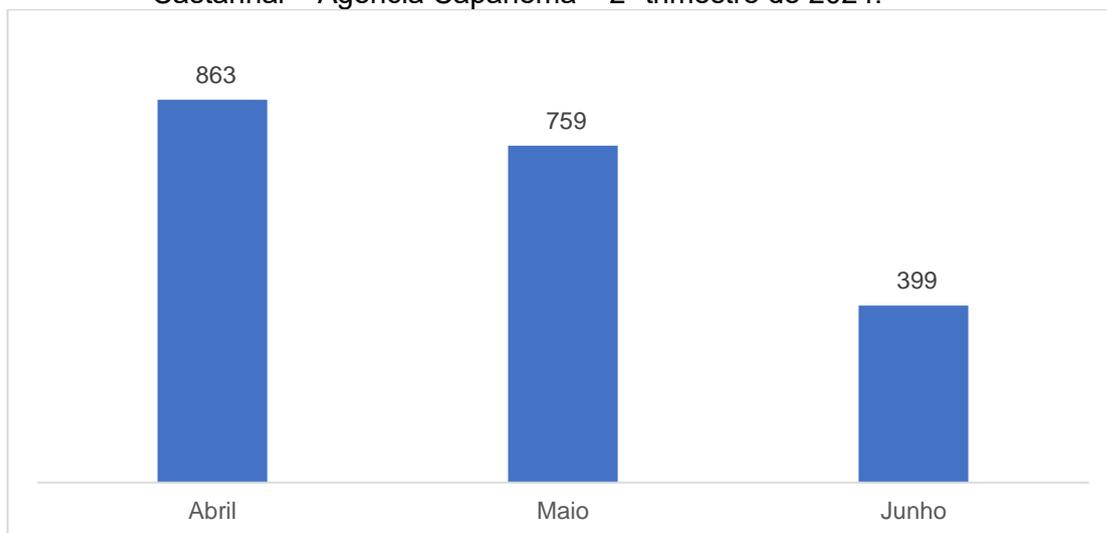
No 2º trimestre de 2024, a agência de Abaetetuba realizou 818 atendimentos, conforme o gráfico acima. O serviço voltado para a emissão de contracheque, outros, consulta de processo, emissão de cédula C, portaria, juntada, requerimento inicial, celeridade processual, comunicado de óbito e cópia de processos foram os atendimentos mais demandados pelos segurados da região.

- Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange cerca de 2.999 beneficiários dos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

No 2º trimestre de 2024, a agência de Capanema realizou 2.021 atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, requerimento inicial, consulta de processo, emissão de cédula C, portaria, comunicado de óbito, cópia de processos, juntada e censo previdenciário foram os mais demandados.

**Gráfico 67:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Capanema – 2º trimestre de 2024.



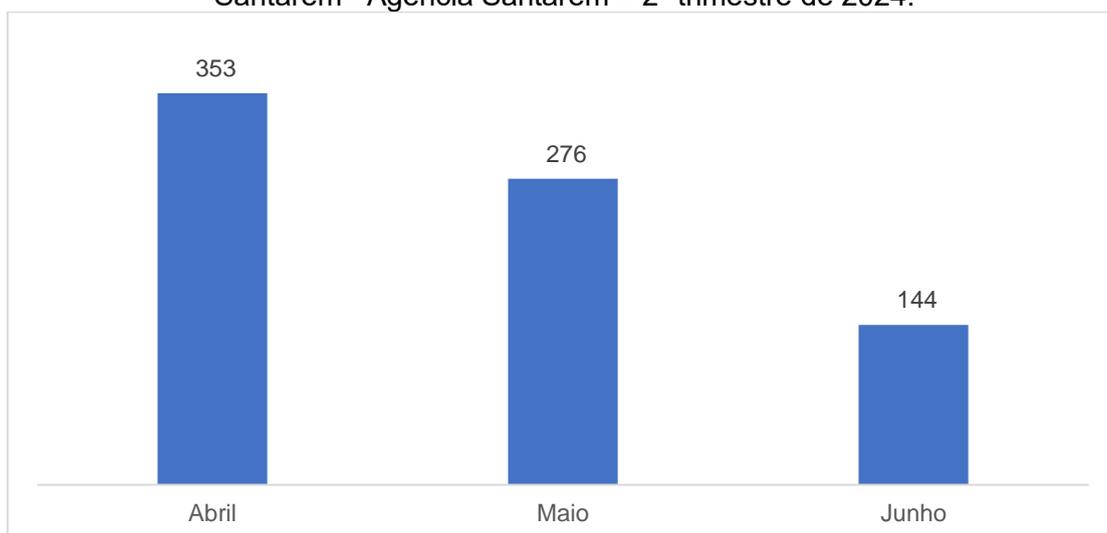
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

#### 8.1.2.2 Núcleo Regional de Santarém

- Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para aproximadamente 2.681 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

**Gráfico 68:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém – Agência Santarém – 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

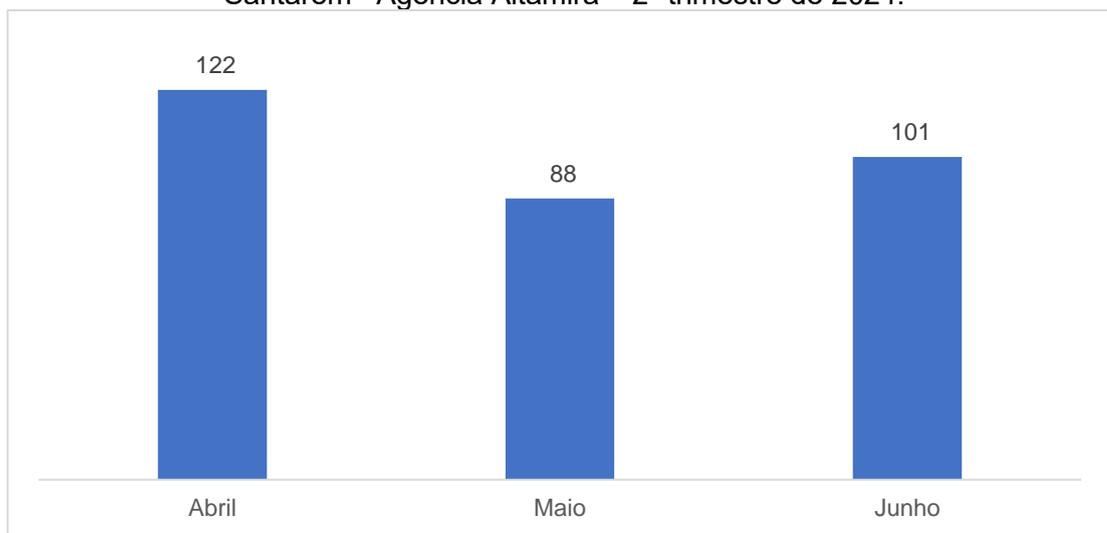
No 2º trimestre de 2024, a agência de Santarém realizou 773 atendimentos. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, outros, consulta de processo, emissão de cédula C, requerimento inicial, portaria, juntada, encaminhamento de perícia médica, cópia de processos, comunicado de óbito e declaração de tempo utilizado

foram os mais demandados.

- Agência Altamira

A agência de Altamira, localizada na região do Rio Xingu, atende a cerca de 778 beneficiários, sendo 90 militares e o restante civis residentes nos municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

**Gráfico 69:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém– Agência Altamira – 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

No 2º trimestre de 2024, a agência de Altamira realizou 311 atendimentos. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, outros, consulta de processo, emissão de cédula C, portaria, requerimento inicial, celeridade processual, juntada, revisão de cálculo e comunicado de óbito.

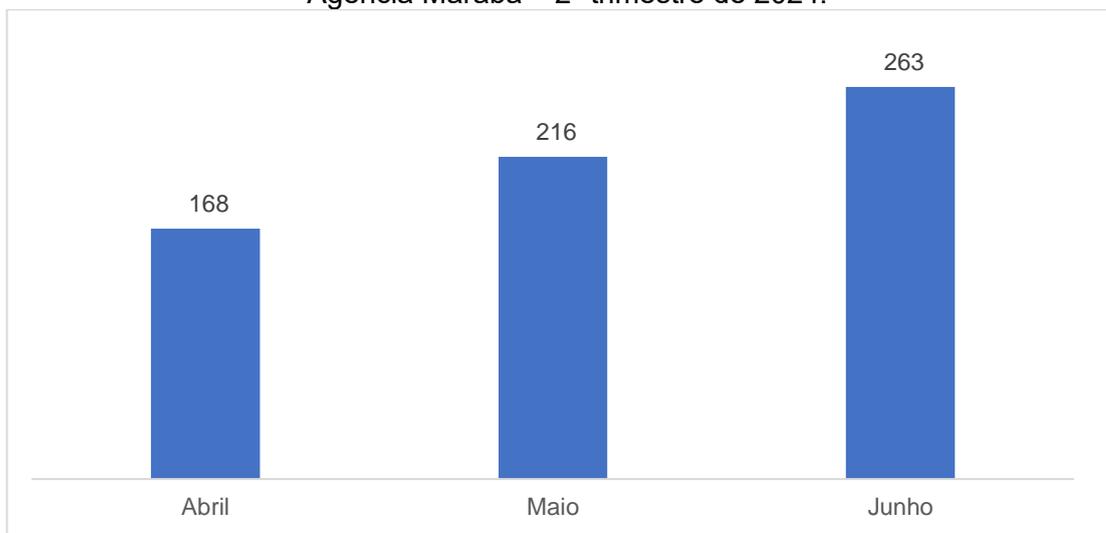
#### 8.1.2.3 Núcleo Regional de Marabá

- Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá no município de Marabá abrange os 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 2º trimestre de 2024, foram realizados 647 atendimentos, conforme o Gráfico abaixo. Os assuntos mais demandados foram: emissão de contracheque, consulta de processo, outros, requerimento inicial, emissão de cédula C, simulação, portaria, juntada, cópia de processo e declaração negativa.

**Gráfico 70:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Marabá – 2º trimestre de 2024.



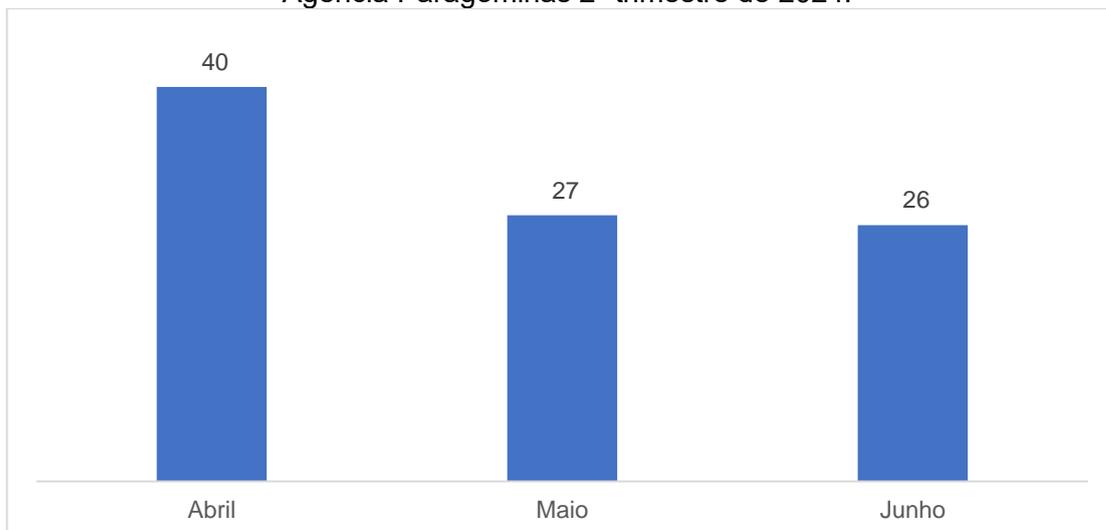
Fonte: SIAAG/IGEPPS.

#### 8.1.2.4 Agência de Paragominas

Agência de Paragominas foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2024 e abrange os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Paragominas, Tomé Açú e Ulianópolis.

No 2º trimestre de 2024, a agência realizou 93 atendimentos, conforme gráfico abaixo. Os atendimentos mais demandados foram: outros, emissão de cédula C, consulta de processo, emissão de contracheque, portaria e requerimento inicial.

**Gráfico 71:** Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Paragominas 2º trimestre de 2024.



Fonte: SIAAG/IGEPPS.

## 9 CONSIDERAÇÕES

No segundo trimestre de 2024, o IGEPPS destacou-se por avanços históricos na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual. Esses avanços foram notáveis, especialmente nas grandes áreas de arrecadação e fiscalização de receitas, investimentos, benefícios previdenciários e de proteção social, tecnologia e controles internos. Isso trouxe o IGEPPS para mais perto da excelência no cumprimento de sua missão como política pública de Estado. Além disso, também se destacou na implementação de uma política fiscal, tributária e salarial equilibrada que prioriza a proteção social de nossos segurados e beneficiários e, em sentido amplo, de toda a sociedade paraense.

O relatório mostra que as estratégias do IGEPPS visam atender as demandas do programa de implementação de uma gestão previdenciária eficaz, que está ligada ao PPA 2024-2027 e alinhada com o ODS 10 da Agenda Mundial da ONU.

A estratégia do IGEPPS visa auxiliar o Governo na diminuição de desigualdades regionais e sociais, fortalecendo a Governança Pública. Destaca-se, a ação de Gestão Previdenciária com 30.715 (trinta mil e setecentos e quinze) atendimentos realizados tanto presencialmente na sede do IGEPPS, como nas agências dos Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas) e nas unidades móveis - IGEPPS Itinerante.

Ainda no segundo semestre, o IGEPPS realizou a condecoração do reconhecimento das contribuições para o fortalecimento do sistema previdenciário do Estado, homenageando personalidades civis e militares, concedendo-lhes a medalha do Mérito Previdenciário. A condecoração antecedeu a solenidade de abertura do 57º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), que reuniu mais de 2 (dois) mil participantes no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém.

Ademais, vale salientar que os investimentos estão trazendo uma rentabilidade acima da meta atuarial. Registra-se que até o segundo trimestre, a carteira Funprev rendeu R\$210.858.119,22. Outro ponto, no trimestre em referência, está relacionado às ações desenvolvidas no âmbito da Educação Previdenciária, a qual está alinhada à ODS-4 que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, especialmente aos nossos beneficiários. Essa ação atingiu 1.001 (mil e um) segurados e beneficiários capacitados nos municípios de Belém (Região Guajará), Castanhal (Região Guamá), Altamira (Região Xingu) e Paragominas (Região Rio Capim), representando 391% da meta planejada para o ano de 2024.

Nesse sentido, os diversos atores envolvidos na gestão dos regimes próprios de

previdência estadual, por meio da Educação Previdenciária, têm oportunidade de adquirir e aperfeiçoar seus conhecimentos na matéria, sejam eles servidores ativos e inativos (segurados) e seus dependentes; sejam eles os dirigentes e conselheiros das entidades, como gestores; sejam os servidores públicos que atuam nos órgãos da administração pública estadual nas áreas de gestão de pessoas, planejamento e finanças, controle e supervisão e, por fim, a mídia, os sindicatos e as associações que atuam como formadores de opinião para toda a sociedade.

Em suma, a atual gestão continuou com ações voltadas para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, bem como investiu em tecnologia de ponta e segurança da informação visando a ampliação dos serviços digitais, aliados à celeridade e qualidade dos serviços ofertados. Para o ano de 2024 pretende-se dar continuidade aos avanços nas ações e metas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, financeira e de investimentos, destacando-se a obtenção do Nível máximo de Certificação Institucional do Programa Pró- Gestão, rumo ao topo no ranking dos melhores RPPS do Brasil.

Esse é o nosso Relatório.

**Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva**  
**Presidente do IGEPPS**